



WALLACE THIMOTEO DA SILVA

Pacificação das relações na filtragem de informação:
efeito nos usuários brasileiros do Facebook em período de
polarização política

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

WALLACE THIMOTEO DA SILVA

PACIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES NA FILTRAGEM DE INFORMAÇÃO: efeito nos
usuários brasileiros do Facebook em período de polarização política

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

WALLACE THIMOTEO DA SILVA

PACIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES NA FILTRAGEM DE INFORMAÇÃO: efeito nos
usuários brasileiros do Facebook em período de polarização política

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de
Informação em Ciência e Tecnologia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa

Rio de Janeiro

2021

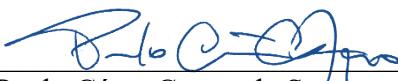
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

WALLACE THIMOTEO DA SILVA

PACIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES NA FILTRAGEM DE INFORMAÇÃO: efeito nos
usuários brasileiros do Facebook em período de polarização política

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de
Informação em Ciência e Tecnologia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

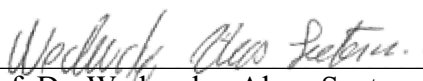
Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021.



Prof. Dr. Paulo César Castro de Sousa – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Wedencley Alves Santana
Universidade Federal de Juiz de Fora

*Dedico aos pesquisadores e aos educadores:
que me motivam cada dia a aprender e a ensinar.*

À minha esposa, companheira e inspiração por estar comigo em mais este projeto. Aos familiares, em especial aos meus pais e irmã, pois são minha base para a vida. A todos os colegas que fiz no decorrer do programa cuja amizade não se limitará ao tempo. Agradeço ao meu orientador e amigo, prof. Paulo César Castro, por sua dedicação nas mais interessantes conversas e por sua parceria em compartilhar conhecimento e experiência para o melhor resultado seja deste trabalho, dos artigos publicados ou das participações em eventos científicos. A toda coordenação e professores do PPGCI, em especial ao prof. Gustavo Saldanha, cujo empenho inestimável de recepção, acompanhamento e ouvidoria do corpo discente torna o percurso mais saudável possível. Aos auxiliares de educação por serem de grande importância para o funcionamento da instituição. E a cada integrante da banca de qualificação e de defesa que, através das leituras e releituras, fez críticas e colaborou com ideias enriquecedoras para as reflexões aqui pretendidas.

*“Nós moldamos nossas ferramentas e
depois nossas ferramentas nos moldam.”*

Marshall McLuhan (ideias de suas obras)

RESUMO

Propõe-se a discutir o aperfeiçoamento e as implicações dos agentes algorítmicos de gerenciamento de informações no tratamento do gigantesco universo de dados disponível nas mídias sociais digitais. Para isso, dedica-se a estudar um filtro de conteúdo chamado *snooze* (modo soneca, na versão brasileira), anunciado em 2017 pelo site de rede social do Facebook, que permite aos usuários gerenciarem melhor os fluxos informacionais de seus *feeds* de notícias, ocultando publicações indesejadas de “amigos” por até 30 dias. Tomando o uso do recurso como uma ação de informação de mediação, bem como as notícias sobre ele, o objetivo da pesquisa é demonstrar o efeito de “pacificação das relações” nos usuários brasileiros diante da polarização político-ideológica decorrente das eleições gerais de 2018 no país. Para abordar esse fenômeno como característico do novo regime global de informação que tem a internet como ambiente principal, foram empregadas como metodologias a pesquisa documental, através de *clipping* digital de notícias, a análise de conteúdo sobre postagens no Facebook e a revisão bibliográfica da Ciência da Informação, Comunicação Social, Ciência da Computação e Ciência Política. Conclui-se que a pacificação das relações tem sido utilizada, dentre diversas outras estratégias, como possível forma de manutenção da interação entre os usuários e, assim, permitido a não interrupção dos fluxos informacionais, pilar fundamental para os negócios dos sites de redes sociais. Tais “soluções” apresentam grande potencial de enfraquecer a consciência democrática das pessoas, com base nisso, aponta-se como possíveis caminhos a maior discussão sobre responsabilidade pública e cidadania colaborativa.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Comunicação Social. Filtro de Conteúdo. Redes Sociais. Ciência Política.

ABSTRACT

It is proposed to discuss the improvement and implications of the content in the treatment of the gigantic universe of data available in digital social media. For this, it is dedicated to studying a content filtering called Snooze (Soneca mode, in the Brazilian version), announced in 2017 by the Facebook social network site, which allows users to better manage the informational flows of their news feeds, hiding unwanted publications of “friends” for up to 30 days. Taking the use of the resource as an action of mediation information, as well as news about it, the objective of the research is to demonstrate the effect of “pacification of relations” on Brazilian users in view of political-ideological polarization due to the 2018 general elections in the country. To address this phenomenon as a characteristic of the new global information regime that has the Internet as a main environment, documentary research methodologies were employed, through digital news clipping, content analysis on Facebook posts and the bibliographical review of the Science Information, Social Communication, Computer Science and Political Science. It concludes if the pacification of relations has been used, among several other strategies, as a possible way to maintain the interaction between users and, thus, allowed no-interruption of informational flows, fundamental pillar for the business of social networking sites. Such “solutions” have great potential to weaken people’s democratic conscience, based on this, it is pointed out as possible paths a greater discussion about public responsibility and collaborative citizenship.

Keywords: Information Science. Social Communication. Content Filtering. Social Networks. Political Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Comparação entre Recuperação da Informação e Filtragem de Informação	77
QUADRO 1 – Exemplo da matriz de dados elaborada das publicações do Facebook	119
TABELA 2 – Categorização da unidade de registro temática.....	121
TABELA 3 – Categorização da unidade de registro contextual	122
GRÁFICO 1 – Classificação das postagens em unidades temáticas (2017-2018).....	122
GRÁFICO 2 – Postagens classificadas em unidades temáticas ao longo do tempo (2017-2018)	123
GRÁFICO 3 – Postagens de acordo com o local autodeclarado de residência do perfil (Estado)	124
GRÁFICO 4 – Classificação das postagens em unidades de contexto.....	125
GRÁFICO 5 – Relação das postagens classificadas em unidades temáticas por unidades de contexto em relação ao número de interação dos usuários.....	126
IMAGEM 1 – Postagem pública de perfil do Facebook feita por usuário de São Paulo (09/10/2018)	128
IMAGEM 2 – Postagem pública de perfil do Facebook feita por usuária do Rio de Janeiro (06/10/2018)	128
GRÁFICO 6 – Nuvem de palavras dos termos mais frequentes nas postagens	129
TABELA 4 – Postagens (apenas texto) com referências ao sentimento de harmonização das relações através do uso da ferramenta <i>snooze</i> , expressos no termo “paz”	130

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SOCIABILIDADE EM REDE E CAPITALISMO INFORMACIONAL	22
2.1	Considerações sobre o ambiente info-comunicacional contemporâneo	22
2.1.1	<i>Cibercultura como paradigma das relações sociais</i>	<i>22</i>
2.1.2	<i>Realidade sociotécnica das redes sociais digitais</i>	<i>35</i>
2.2	Constituição de um novo regime de informação.....	42
2.2.1	<i>Origem política dos novos atores e das novas lógicas de poder.....</i>	<i>42</i>
2.2.2	<i>Conceitos e questões do novo regime de informação.....</i>	<i>49</i>
2.3	Capitalismo de vigilância no novo regime de informação.....	55
2.3.1	<i>Capital social e sociabilidade pelos sites de rede sociais</i>	<i>55</i>
2.3.2	<i>Capitalismo informacional sob o aspecto da vigilância</i>	<i>57</i>
3	SISTEMAS DE FILTRAGEM DE INFORMAÇÃO NA INTERNET	69
3.1	Agentes inteligentes de gerenciamento de informações	69
3.1.1	<i>Seleção de conteúdos na ecologia informacional</i>	<i>69</i>
3.1.2	<i>Origens, componentes e definições do tratamento de informações</i>	<i>73</i>
3.2	Filtragem de informação das mídias sociais digitais.....	83
3.2.1	<i>Do ranqueamento de páginas aos filtros de conteúdo</i>	<i>83</i>
3.2.2	<i>Filtros de conteúdo do Facebook</i>	<i>89</i>
4	CONTEXTO TECNO-POLÍTICO DE IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA SNOOZE	94
4.1	Papel dos algoritmos nas interações sociais.....	94
4.1.1	<i>Definições das aplicações algorítmicas</i>	<i>94</i>
4.1.2	<i>Formação de uma sociedade algoritmizada.....</i>	<i>96</i>
4.2	Ambiente político-comunicacional de 2018	101
4.2.1	<i>Polarização das eleições gerais brasileiras</i>	<i>101</i>

4.2.2	<i>Releituras do conceito de esfera pública</i>	106
5	EFEITO NOS USUÁRIOS BRASILEIROS DO FACEBOOK	112
5.1	Estudo sobre o filtro de conteúdo <i>snooze</i>	112
5.1.1	<i>Abordagem teórico-metodológica da análise de conteúdo</i>	112
5.1.2	<i>Descrição dos métodos de pesquisa</i>	116
5.1.3	<i>Tratamento dos resultados e interpretações</i>	122
5.2	Os possíveis usos atribuídos à filtragem de informação	132
5.3	Efeito de harmonização nas interações sociais digitais	139
5.4	A base do des-contrato da rede	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

Desde as primeiras versões da Arpanet¹ na década de 1960 até seus desdobramentos com o nome de Internet no século XXI, é possível observar uma série de importantes inovações que facilitaram a produção, o armazenamento, a distribuição e o acesso informacional. E diante de uma revolução concentrada em tecnologias da informação e comunicação² foi também estabelecida uma nova forma de coletividade, que teóricos de distintos campos alcunham de “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, “sociedade em rede”³, dentre diversas outras nomenclaturas que poderíamos destacar. As mencionadas terminologias apontam para uma perspectiva teórica, assumida em torno da informação, como um dos principais conceitos-chave para compreender as dinâmicas sociais da contemporaneidade. Recorre-se, neste sentido, às possibilidades de análise informacional a partir de suas características técnica, econômica e cultural, por exemplo, ou da ênfase estabelecida nos processos e conteúdos produzidos através das tecnologias de um determinado tempo.⁴

De forma geral, o aperfeiçoamento das ferramentas de compartilhamento de informações, como as que estão presentes nos sites de redes sociais (a exemplo do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube etc.), e o crescimento de uma cultura participativa sinalizaram a vigência de um novo regime de informação⁵, definido pelo modo como nos relacionamos uns com os outros, com o conhecimento e com a disseminação de conteúdos e ideias baseados na constituição de uma inteligência distribuída. Tal ambiente, engendrado também pela ampliação do acesso dos usuários às tecnologias digitais, impulsionou a interatividade de aprendizagem e

¹ A rede Arpanet foi pensada a partir da Arpa – Advanced Research Projects Agency, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, passando a ser chamada de Internet posteriormente na década de 1980 (CASTELLS, 2007).

² Toma-se usualmente a expressão “tecnologia da informação e comunicação” ou sua sigla “TIC” para se referir a dispositivos técnicos com capacidade de auxiliar a comunicação entre sistemas computacionais e usuários humanos através do tratamento de informações (LÉVY, 1993). Com origem na década de 1970, estas tecnologias surgem a partir da combinação entre a telecomunicação analógica e a informática, figuradas na criação dos computadores conectados em rede (LEMOS, 2010). Alguns exemplos que podem compor esta terminologia são dispositivos como computadores, tablets, celulares, seus softwares e aplicativos em geral, além das redes que estes integram, afinal, a popularização da internet foi responsável por potencializar o uso das TICs no meio social.

³ O surgimento da sociedade em rede seria explicado pela interseção entre duas tendências autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e a tentativa da “antiga sociedade” de reorganizar-se com o uso destes dispositivos técnicos como forma de poder (CASTELLS, 2007).

⁴ A informação acabou se tornando um conceito-chave, pois suas dimensões possíveis fazem parte dos estudos empenhados pela Sociologia, Ciência Política e Economia, por exemplo, trazendo consigo diferentes perspectivas e critérios de análise (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

⁵ De forma introdutória, o significado de regime de informação mais imediato trata de um modo informacional estabelecido como aspecto dominante na formação social, ou seja, que tem o processamento e transmissão da informação como fontes de produtividade e do poder, fenômenos elevados pela nova realidade tecnológica. Nesta realidade são definidos quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais através de complexas relações e agências sobre a cultura, a política e a economia (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

a produção na rede e com a rede, resultando na construção de um universo informacional inimaginável, que tem ganhado expressão sob o termo “*big data*”⁶. Temos hoje um volume abissal de dados, como consequência da passagem das medidas definidas em bytes, a partir dos primeiros anos da informática voltada ao grande público, para as de yottabytes atuais (equivalente a 10^{24} bytes ou 1 septilhão de bytes).⁷ E tamanha realidade é apoiada também no fato de que governos e empresas de tecnologia estão coletando cada vez mais dados gerados pelos usuários e, conforme estes registros eletrônicos são feitos, o armazenamento chega a números quase incalculáveis.

Com o avançado desenvolvimento da internet, principalmente nas primeiras décadas do século XXI, o acesso informacional tem sido marcado cada vez mais pelo uso de variados mecanismos de seleção, organização, classificação e categorização de conteúdos. Embora a expansão das redes tenha trazido consigo o benefício de disponibilizar um grande acervo de dados para a sociedade, acabou gerando, nas palavras de muitos pesquisadores, “um caos informacional”, tornando a navegação cada vez mais dispersa e pouco propositiva. Sendo assim, os novos motores de busca, filtros de conteúdo e interfaces com organização inteligente, por exemplo, têm assumido o importante papel de tratar grandes quantidades de dados. E estas ferramentas constituídas por processos computacionais baseados na matemática, que podem ser traduzidos como ‘algoritmos’, ao gerenciarem os fluxos de informação dos quais dependemos também passam a auferir o poder de habilitar e atribuir significados aos discursos, aos processos, às coisas, às pessoas, à medida que determinam como são percebidas pelos usuários.

Considerando o cenário apresentado, este trabalho atenta-se ao surgimento de uma ferramenta de filtragem de informação, chamada *snooze* (modo soneca, na versão brasileira). Anunciada em 2017 pela plataforma, a opção permite a seus usuários gerenciar melhor os fluxos de conteúdo de seus “*feeds* de notícias”, ocultando publicações indesejadas por até 30 dias.⁸ Ao final do prazo pré-determinado, o solicitante recebe uma notificação para decidir se desativa ou

⁶ A expressão normalmente é atribuída a pelo menos duas dimensões, sendo assim, pode se referir à sua realidade concreta de armazenamentos de dados por memórias de computador, isto é, discos rígidos (HD); ou à sua condição potencial de concentrar uma grande quantidade de dados manipuláveis e interpretáveis. Segundo o filósofo francês Eric Sadin: “*Le double vocable serait apparu en 2008 et aussitôt entré dans le Oxford English Dictionary sous cette définition: ‘Volumes de données trop massifs pour être manipulés ou interprétés par des méthodes ou des moyens usuels’.*” (2015, p. 20).

⁷ Levando em consideração a unidade básica que os computadores e sistemas digitais utilizam: os terabytes crescem em petabytes, que aumentam em exabytes, sucedidos pelos zettabytes e, além desses, temos os yottabytes. Cf. FOLEY, John. As big data explodes, are you ready for yottabytes? **Forbes**, New Jersey, 21 June 2013. Disponível em: <https://www.forbes.com>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁸ Cf. ALVES, Paulo. Facebook lança botão que silencia amigos e páginas temporariamente. **TechTudo**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2017. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2020.

não o bloqueio parcial de informações na rede. Dispondo, até então, da posição de terceiro país mais ativo no Facebook, atrás apenas dos EUA e da Índia⁹, o Brasil teve ampla repercussão do filtro de conteúdo *snooze* nos canais de notícias especializadas, que recomendavam a utilização da filtragem de informação como opção para gerenciamento das opiniões produzidas pelos contatos de relacionamento on-line. A simplicidade para configuração e o certo sarcasmo contido na ideia de sugerir que seria possível “colocar alguém para dormir”, diante da insatisfação com determinados conteúdos (e os pontos de vista incluídos neles), contribuíram em alguma medida para sua popularidade.

Além da adesão por parte dos usuários brasileiros e o dinamismo encontrado em sua funcionalidade, que vem recebendo alguns *upgrades*, o que torna a *snooze* objeto de interesse desta pesquisa é também a proximidade do seu lançamento com um importante episódio do cenário político nacional. As eleições gerais de 2018 – para renovação dos cargos de presidente da República, governadores, senadores (renovação de dois terços), deputados federais e estaduais – trouxeram para observação de muitos analistas o elemento de uma profunda polarização político-ideológica, que se estabeleceu de forma acentuada na internet. O pleito foi marcado por uma nova dinâmica na democracia brasileira em que, pela primeira vez, a internet superou os meios de comunicação tradicionais como ferramenta de propaganda e influência de campanha eleitoral. As mais variadas informações sobre os candidatos passaram a ser acessadas pelos eleitores, principalmente, nas mídias sociais digitais e por aplicativos de mensagens, como o WhatsApp¹⁰, deixando o momento de horário eleitoral na TV e no rádio em segundo plano.¹¹ Um dos resultados desta mudança foi o acirramento do debate através da internet que, além de possuir códigos próprios de sociabilidade, também dispõe de modos distintos de interação na esfera pública.

A atmosfera lardeada pelas funções de filtragem de informação no ambiente on-line, baseadas em técnicas automatizadas de categorização, classificação e ordenação, apresenta-se como terreno fértil para uma nova condição sociotécnica, em que mecanismos algorítmicos

⁹ Cf. COSTA, Thaís. Quais são as redes sociais mais usadas no Brasil em 2019? **Rock Content**, São Paulo, 20 set. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/blog>. Acesso em: 8 out. 2019.

¹⁰ De acordo com o *Digital News Report 2019*, desenvolvido pelo Reuters Institute for the Study of Journalism, após uma eleição polarizada, a confiança dos brasileiros no meio digital caiu 11 pontos, de 59% para 48%. Os brasileiros permanecem entre os que mais utilizam as mídias sociais no mundo e, segundo o relatório, o WhatsApp tornou-se a principal rede para discutir e compartilhar notícias, com 53% de adesão, apenas atrás da Malásia (50%) e África do Sul (49%). Cf. CAI confiança dos brasileiros no meio digital. **Associação Brasileira de Imprensa**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2019. Disponível em: <http://www.abi.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

¹¹ HOUS, Débora; PASSOS, Paulo. Internet supera TV em influência na eleição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7. out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 8 nov. 2019.

assumem um protagonismo, em grande parte, nas mãos de especialistas humanos. Ainda que sejam desenvolvidos e até gerenciados inicialmente por nós, acabam ganhando autonomia para coletar dados (*inputs* que podem se originar de pessoas ou de dispositivos técnicos) e, depois de processá-los segundo lógicas, no geral, muito pouco claras ou complexas, devolvem diferentes resultados (*outputs*) que podem impactar os usuários nas suas tomadas de decisão. Na verdade, até mesmo outros artefatos técnicos (como um carro autônomo) podem ter suas ações definidas a partir de algoritmos.

Ao passarmos a transferir para estes dispositivos computacionais parte do processo de transformar informações em conhecimento, é preciso refletir sobre qual o alcance de suas capacidades para interferir nas escolhas da vida cotidiana com vistas à participação na esfera pública, se considerarmos que contribuem para seleção de quais conteúdos serão mais relevantes ou não na arena social. Sendo assim, deve também ser considerado até que ponto toda esta conjuntura apresentada afeta alguns dos elementos que fundamentam a noção de Estado e sociedade, considerando a emergência de outros modos de representação dos cidadãos e, portanto, de um diferente tipo de contrato social. Ao serem propostos como soluções à incapacidade humana de lidar com o *big data*, estaríamos demandando aos algoritmos uma nova forma de saber através do trabalho de ordenação, hierarquização e valoração do conhecimento. E à medida que são programados e confiados para busca de informações, passam a ser mediadores da percepção e do pensamento entre usuários e o universo que os cerca a partir de uma realidade nem sempre muito confiável ou verossímil.

O objetivo geral da pesquisa é discutir o aperfeiçoamento e as implicações dos filtros de conteúdo, regidos por lógicas algorítmicas, no tratamento do gigantesco universo informacional disponível nas mídias sociais digitais. Para isso, dedica-se a demonstrar a ferramenta *snooze* como um fenômeno que é reflexo do impacto que estes novos mecanismos têm sobre as relações sociais mediadas por computador. Para tal, toma como referência teórica o conceito de pacificação social¹², elaborado na Ciência Política, acionando-o como um parâmetro para avaliar a “harmonização” das relações sociais, nas quais a informação, que é parte fundamental desse processo, é agora objeto das filtragens algorítmicas. Ao analisar como o recurso do Facebook foi percebido e utilizado pelos usuários, tem-se o intuito de identificar os fatores sociotécnicos envolvidos nesta emergente forma poder informacional, implícito na

¹² Proveniente de uma classe de teorias sobre contrato social, que contribuem para compreender a origem da construção de Estados, governos e regimes políticos a partir da abdicação de certos direitos por parte dos cidadãos em nome da vivência dócil na sociedade civil (ROUSSEAU, 2018).

capacidade destas novas ferramentas de processamento de dados. Por fim, pretende-se propor, a partir das conclusões levantadas pela pesquisa, caminhos possíveis para contornar as consequências nocivas geradas por estes mecanismos informacionais. Ao serem utilizados para determinar as condições de participação dos discursos sociais e políticos, eles condicionam a convivência interpessoal na fatalidade de uma espécie de isolamento informacional.

Com base nas premissas apresentadas, tem-se no escopo desta pesquisa as hipóteses de que a utilização da nova ferramenta *snooze* está atrelada em grande medida a motivações de teor político por parte dos usuários brasileiros do Facebook. E esta percepção decorreria do fato de que o cenário de profunda polarização político-ideológica – no período anterior às eleições de 2018 – ensejou expressiva adesão aos recursos do novo filtro de conteúdo. Neste sentido, é possível que esta tenha sido uma das estratégias por parte da empresa para gerenciar melhor os conflitos recorrentes entre pessoas nas redes, algo corroborado pela recente experiência do pleito estadunidense de 2016, cujo prejuízo poderia ser o abandono da plataforma. A partir destas constatações e à medida que os usuários reconhecem no filtro de conteúdo *snooze* a função de promover a pacificação das relações sociais, por sua capacidade de poupá-los do contato com opiniões divergentes das demais pertencentes à mesma rede e que resultassem em posterior conflito, é alcançado o efeito da harmonização, ainda que o interesse por trás dela seja mais de um cunho econômico.

A discussão acerca do crescimento de conteúdos informativos e as diferentes possibilidades de acesso e disponibilização no meio social propiciadas pela internet justificam-se como tema de importante relevância para a Ciência da Informação, considerando-se que o campo apresenta como uma de suas principais preocupações a “produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação.” (GRIFFITH, 1980 apud CAPURRO, 2003, p. 4). E diante deste interesse científico, levou-se em conta como oportuna fonte de pesquisa o volume considerável de usuários comentando, através de postagens no site, sobre as possibilidades de solução para o problema dos embates políticos conflituosos por meio dos usos de um filtro de conteúdo. Afinal, o contato inicial com este material suscitou os diversos questionamentos sobre o caso, que serviram de base para as projeções teóricas acerca dos possíveis efeitos que os processos de filtragem de informação estavam produzindo nos usuários brasileiros do Facebook em período de polarização política.

Fazem parte do *corpus*, portanto, as publicações de perfis contendo as impressões dos usuários acerca da ferramenta *snooze* desde o momento de anúncio e seu lançamento no final de 2017 até a consolidação de uso pelo público geral ao longo do ano de 2018, demarcando

desta forma o período de principal interesse. E para dar conta do problema de pesquisa, o material coletado foi submetido ao método de análise de conteúdo, com finalidade de avaliar os padrões de uso conferidos ao filtro de conteúdo de acordo com a frequência das menções feitas pelos próprios usuários. Foram estudados os elementos do discurso predominantes dos *posts* e posteriormente categorizados em recorrências temáticas (dimensão semântica) e vocabulares (dimensão linguística), além de serem levadas em conta as demais variantes, como: data de pesquisa dos dados, palavra-chave empregada, filtro utilizado para triagem de conteúdos (seleção do ano de publicação), local autodeclarado de residência do perfil (Estado), data da publicação, tipologia e conteúdo da postagem (com textos, imagens, *emojis*, fotos, vídeos, links etc.), número das reações na rede (curtidas etc.), comentários e compartilhamentos.

Como marco teórico para discutir as questões propostas, buscou-se levantar, através de pesquisa bibliográfica, os pontos de vista sobre o tratamento informacional no campo da Ciência da Informação. E por estabelecer relações com o objetivo de estudo, tomou-se para revisão os campos fronteiriços da Ciência da Computação: dentro de suas especificidades a respeito de armazenamento e recuperação de informação; e da Comunicação Social: no que diz respeito às influências teóricas na área para abordar a condição das relações sociais tecidas sob o aparato das novas tecnologias da informação e comunicação. Já no que diz respeito aos argumentos derivados das ideias de contrato social, recorreu-se ao campo da Ciência Política com base nas teorias que versam sobre conjuntura social, para investigar a principal hipótese de pesquisa, que depreende o efeito de “pacificação social” como parte dos usos de filtros de conteúdo nas principais mídias sociais digitais.

O primeiro capítulo trata das características do ordenamento social contemporâneo disposto nos usos conferidos às tecnologias a partir dos recursos da informática e da internet, assim como do panorama político-econômico prefigurado em um modo de capitalismo informacional. E com objetivo de considerar os novos atores sociais, as formas de acesso à informação e o seu uso efetivo na realidade de um ambiente info-comunicacional, introduzimos à discussão o olhar da cibercultura como novo paradigma das relações sociais. Após isso, consideramos o aporte teórico de estarmos lidando com a constituição de um novo regime, caracterizado por diferentes modos de interação e com constituições próprias de poder e governança diante da integração entre cultura, tecnologia da informação e comunicação e subjetivação. Reunimos, por fim, os pontos arrolados para debater com mais especificidade as características da formação de novas lógicas de acumulação, que tem no *big data* a perspectiva de se tratar agora de um emergente ativo comercial a ser obtido por meio de estratégias de vigilância, estas baseadas por sua vez no monitoramento comportamental dos usuários.

Abordamos com isso os fatores gerais e centrais nos aspectos políticos, econômicos e sociais em que as ferramentas de filtragem de informação na internet se encontram.

As questões trazidas no segundo capítulo partem do conceito de ecologia informacional para discutir em mais detalhes a apropriação da sociabilidade por sites de rede sociais. E com vistas a observar de maneira mais profunda a filtragem de informação existente nestas plataformas de interação on-line, é apresentada toda esta realidade da presença de agentes inteligentes de gerenciamento de informações no novo contexto contemporâneo. Relacionamos com isso as ideias presentes nos mecanismos de tratamento de informações com os aportes conceituais da Ciência da Informação, em transversalidade com o campo da Ciência da Computação, descrevendo assim: as origens, componentes e definições conceituais do fenômeno através de suas características ferramentais e técnicas. E para aproximar a discussão teórica com as questões práticas do objeto estudado, perpassamos inicialmente pelas inovações tecnológicas do ranqueamento de páginas até os filtros de conteúdo, discutindo em seguida sobre as próprias ferramentas presentes no site de rede social do Facebook.

No terceiro capítulo tratamos sobre a emergência de uma cultura relacionada com os fatores sociotécnicos produzidos pelos algoritmos, designando com isso uma nova forma de como os indivíduos buscam, percebem, pensam e entendem a informação. O cenário é compreendido, portanto, com base na contabilidade por detrás destes agentes inteligentes ou algorítmicos de gerenciamento de informações no que chamaremos neste trabalho de sociedade algoritmizada. E como forma de contextualizar os dados coletados para observação, inclusive, respaldando a metodologia escolhida para análise, são introduzidas algumas das principais circunstâncias históricas que compõem a condição polarizada do ambiente tecno-político brasileiro de 2018. A partir de tal realidade, trazemos para discussão a necessidade de uma releitura do conceito de “esfera pública”, haja vista as novas dinâmicas de tornar a transmissão de informações acessível e ampla agora através das mídias sociais digitais e não apenas pelos meios de comunicação de massa. Completa-se com isso a parte de discussão teórica-conceitual para adentrarmos aos resultados de pesquisa levantados para este trabalho.

Diante de toda a discussão apresentada a respeito das implicações que mecanismos para tratamento de informações podem incidir na realidade de estruturação social de uma sociedade em rede, abordamos no quarto capítulo o levantamento de dados realizado sobre o filtro de conteúdo *snooze*. E com base no percurso metodológico da análise de conteúdo, são descritas as etapas seguidas de pesquisa e a aplicação do método, desde a organização da análise, exploração do material até o tratamento dos resultados e interpretações. A coleta e a pré-análise feita dos dados a serem observados podem ser consideradas como partes de um primeiro

momento, o que inclui a indicação das hipóteses e dos objetivos; sendo esta fase sucedida por um segundo momento com o trabalho de codificação e categorização dos elementos do discurso; encerrando, com isso, na apresentação interpretativa da pesquisa, em que são levantados os significados das inferências realizadas. Considerando os resultados, são discutidos de forma geral os usos atribuídos às ferramentas de filtragem de informação e ao *snooze* no ambiente das mídias sociais digitais. Após isso, as relações sociais são também pensadas a partir do conceito clássico de contrato social, com base na realidade atual, em direção à demonstração sobre o possível efeito de harmonização nas interações sociais digitais através dos processos de filtragem de informação.

2 SOCIABILIDADE EM REDE E CAPITALISMO INFORMACIONAL

2.1 Considerações sobre o ambiente info-comunicacional contemporâneo

2.1.1 *Cibercultura como paradigma das relações sociais*

A sociedade do século XXI pode ser caracterizada, sobretudo, pela emergência de novas estruturas sociais e informacionais. Neste sentido, o meio social é observado em estruturação e mútua reação aos sistemas técnicos, permeados por transformações nos modos de produção, de acumulação, de apropriação de bens e da organização do poder (ALBAGLI; MACIEL, 2011). Ao nos referirmos a estes termos, estamos tratando mais especificamente das relações humanas realizadas através da mediação dos computadores e com base na capacidade de conexão deles, de forma global, instantânea e simultânea, com a internet. E para melhor entendimento desta realidade contemporânea, é necessário observar os estatutos que operam e orientam este ambiente que se foi construindo com as novas formas de sociabilidade on-line, a partir da Web 2.0, em que as condições de acesso (tecnológicas, mas também discursivas) foram modificadas radicalmente com o tempo.

Serão realizadas neste início de capítulo breves discussões acerca da sociabilidade que se estabelece a partir dos usos conferidos às tecnologias da informação e comunicação e da internet. E o ponto de partida traçado é observar o contexto de estruturação da vida em sociedade agora também baseado em sistemas de informação e comunicação cujas dinâmicas de interação social são responsáveis pelo crescimento de um expressivo volume de dados produzidos nas redes. Neste aspecto é entendido que a internet não se restringe apenas à ideia de infraestrutura por onde a informação trafega, mas diz respeito também a uma variedade de fenômenos de natureza sociológica (CASTELLS, 2007). À medida que é pensada a sua possibilidade de ligar pessoas, organizações e instituições, por exemplo, esta condição de conexão em rede também evoca uma conjunção de fatores sociotécnicos expressos na formação de novas relações sociais, envoltas por diferentes modos de interação e com constituições próprias de poder e governança.

Discutir sobre sociabilidade na contemporaneidade, portanto, significa lidar não apenas com os elementos humanos de vivência em comunidade, mas também com as condições tecnológicas que assumem grande importância nas relações em sociedade. Com isso, é possível falar sobre o estabelecimento de uma emergente cultura, chamada, por muitos autores, de cibercultura e reconhecida por resumir em um nome os diferentes efeitos simbólicos dos

processos socioculturais correlacionados com os avanços da rede. Afinal, como se pode observar ao longo da história, há uma mútua interferência entre homens e técnicas, que, por sua vez, apresentam-se como “parte material e artificial dos fenômenos humanos [...]” (LÉVY, 1999, p. 22). A informática e a internet podem ser consideradas como amplificadoras das interações sociais, tratando-se de tecnologias responsáveis também por construir um novo tipo de coletividade sob a formação de um paradigma cultural emergente e bastante distinto do que já havia sido experimentado até o momento na história.

A ideia de cibercultura conquistou grande reconhecimento acadêmico e popularidade nos mais variados campos durante as últimas décadas. Bastante inspirado no pensamento do matemático estadunidense Norbert Wiener (1948), o conceito aponta para as manifestações ou expressões humanas orientadas pelo advento tecnológico da informática.¹³ Baseado nestes pressupostos, Pierre Lévy articula a definição de cibercultura como: “[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (1999, p. 17). Toda esta nova dinâmica cultural ocorre neste ambiente virtual, por onde passa a se estabelecer boa parte das comunicações sociais na atualidade, sendo muitas vezes nomeado também de rede, nos casos em que se busca destacar as suas características infraestruturais.

A internet trata-se de um meio de comunicação e, ao mesmo tempo, de um espaço social de base técnica para a organização contemporânea da sociedade. Levando em conta a ampla dimensão dos efeitos gerados por um novo tipo de sociabilidade, ao qual pode-se acrescentar o prefixo “ciber”, advindo notadamente das tecnologias digitais, referimo-nos à cibercultura dentro da perspectiva de constituir um novo paradigma sociotécnico. É possível apontar com isso a existência de uma cultura tecnológica, agora em fase avançada, através da qual as inovações técnicas passam a ser usadas de maneira mais intrínseca e propositiva na vida cotidiana, constituindo um tipo de “natureza artificial” do meio social. Haveria, desta forma, um marco de transição histórica em meados do século XX para este novo período, conforme é defendido por André Lemos, pois:

Se a tecnocultura moderna foi a forma técnica que emergiu da dominação da natureza (Descartes e Bacon) e da domesticação energética do mundo (Heidegger), a cibercultura, por sua vez, é a forma contemporânea da técnica que joga com os signos desta tecnonatureza construída pela astúcia da tecnocracia. (2010, p. 19).

¹³ O termo “cibercultura” advém da junção do prefixo “ciber” derivado da palavra grega *kubernetes*, que significa ‘controle’, ‘timoneiro’ (a arte do controle, da pilotagem, do governo), com a palavra “cultura” (WIENER, 1948).

É a partir das compreensões advindas da cibercultura, como um novo paradigma das relações sociais na contemporaneidade, que podemos discutir algumas dimensões de grande relevância para tratar desta sociabilidade estabelecida através da rede. E isso é plausível à medida que os novos aparatos técnicos se tornam extensões da própria consciência cultural humana no contato com o universo social. Sendo assim, serão apontados a seguir alguns aspectos importantes para o reconhecimento deste ambiente info-comunicacional, onde se encontram diversas ferramentas de gerenciamento de informações que serão discutidas.

Interatividade digital

Conforme aponta Frédéric Vandenberghe (2005), o sociólogo alemão Georg Simmel foi um dos pioneiros a tratar da interação como método para entender as diferentes formas de coletividade existentes. A sociedade seria o resultado das relações interativas e associativas entre os indivíduos, através das quais eles mantêm contato uns com os outros a partir de uma questão de consciência do senso de comunidade. Neste sentido, a análise da sociedade é fundamentada em uma forma de “relacionismo”, conceito que diz respeito à correlação contígua entre os mais diversos fatores, como: o indivíduo e o grupo, o material e o espiritual, o particular e o universal, o fugaz e o eterno, assim por diante. Todos estes elementos estariam em mútua conexão a partir de uma rede rizomática, afinal, como afirma Leopoldo Waizbort (2000), o mundo, para Simmel, é o mundo das relações, em que tudo está em relação com tudo. Ao conceber a sociedade como uma realidade construída a partir do aspecto organizador e unitário nas relações entre os indivíduos, é possível identificarmos nestas ideias o que mais tarde se consolida como os estudos de redes ou, como preferem alguns, da Sociologia das Redes. Partindo dos pressupostos de Simmel sobre a existência e a importância dos atos comunicacionais dos indivíduos na realidade social, é preciso entender como estas dinâmicas agora ocorrem através de interações e associações mediadas por tecnologias digitais.

A noção de interatividade decorrente da integração com dispositivos técnicos está bastante relacionada com os estudos de Norbert Wiener, que parte do conceito de informação como a perspectiva central para entender o ser humano. E isso ocorre não só em dimensões sociais, mas também biológicas, de modo que a relação entre indivíduos, assim como a sua relação com a natureza, é estabelecida a partir de trocas informacionais (WIENER, 1948). Baseando-se nesta perspectiva, a sociedade é analisada considerando sempre as atividades informativas presentes no cotidiano, pois a vida social estaria intimamente estruturada por sistemas de informação e comunicação entre diferentes atores ou actantes. Com isso a ideia de

informação em Wiener deve ser compreendida como forma de ação, tratando-se de “uma diferença que gera uma diferença [...]” (BATESON, 1987, p. 321, tradução nossa)¹⁴.

O ideário da máquina cibernética de Wiener contém a simulação da mente humana, e é com base nestes pressupostos que foram criados os primeiros computadores interativos na década de 1950. Neste início, o conceito de interação ainda se restringia à possibilidade do “diálogo” entre os *inputs* humanos e a resposta computacional. Posteriormente, com o avanço do desenvolvimento tecnológico, foi sendo construída cada vez mais a necessidade de estabelecer melhores condições técnicas de interatividade, conceito que se consolidou ao ser chamado na informática de “interface”, cujo objetivo é criar um *common ground* (ambiente comum) para facilitar a interação homem-tecnologia. Com isso, é possível pensar que, na segunda metade do século XX, ocorre uma verdadeira revolução de aprimoramento na interatividade entre os humanos e os dispositivos de informática, resultando assim na invenção de *plugs* e válvulas e indo até as concepções mais sofisticadas de periféricos e programas intuitivos, como teclados, mouses, ícones de navegação, barras de menus etc. (LE MOS, 2010).

Desde o início da informática, muito foi discutido sobre interatividade, inclusive, sobre a existência de diferentes níveis presentes nos dispositivos, que variam de acordo com as realidades técnicas de cada período histórico. A tendência do desenvolvimento tecnológico é de se chegar cada vez mais às concepções wienerianas de integração gradativa entre as tecnologias e a cognição humana, buscando atingir um estágio de aparente “não-mediação”, o que afetaria, de forma bastante peremptória, a relação entre sujeito e objeto. Seguindo o entendimento de interação dentro de uma perspectiva técnica e social, Pierre Lévy considera que uma mídia ou um dispositivo de comunicação podem ser medidos quanto ao grau de interatividade existentes, de acordo com alguns fatores cruciais, como:

[...] – as possibilidades de apropriação e de personalização da mensagem recebida, seja qual for a natureza dessa mensagem; – a reciprocidade da comunicação (a saber, um dispositivo comunicacional “um-um” ou “todos-todos”); – a virtualidade, que enfatiza aqui o cálculo da mensagem em tempo real em função de um modelo e de dados de entrada; – a implicação da imagem dos participantes nas mensagens; – a telepresença. (LÉVY, 1999, p. 84).

Ao pensarmos sobre cibercultura e as formas de interatividade através das interfaces da informática, estamos tratando não apenas de uma simples relação com os novos aparatos técnicos, mas, como caracteriza Laurence Lampert, de algo pertencente à capacidade humana

¹⁴ No original: [...] *a difference which makes a difference* [...]

para criar “o mundo dentro da matriz do computador [...]” (1993 apud WAITE 1996, p. 379, tradução nossa)¹⁵. Além disso, os novos dispositivos baseados agora em informação digital (isto é, baseada em códigos computacionais (chamados de bits e bytes) passaram a dispor cada vez mais de complexas interfaces gráficas como suporte físico para estabelecer uma relação mais ágil e confortável entre humano e o computador.

Com o alto grau de refinamento da interatividade que os dispositivos digitais proporcionam, tornou-se possível falar mais diretamente em realidades virtuais, caracterizadas principalmente pela superação cada vez mais sofisticada das fronteiras entre os agentes em interação (humanos e máquinas). Além disso, o aperfeiçoamento das tecnologias digitais conectadas à internet as torna cada vez mais miniaturizadas, de forma que passam a se apresentar com interfaces em escalas (físicas) que fogem à nossa percepção. Sendo assim, esta “ocultação” da presença dos aparatos tecnológicos nos processos comunicativos permite deixar os usuários “mais próximos” dos conteúdos e aparentemente “mais distantes” das realidades materiais dos aparelhos utilizados (LEMOS, 2010).

Como um novo ambiente info-comunicacional em que as relações humanas ocorrem via redes de informática, o ciberespaço é constituído pelas características de desterritorialização e desmaterialização das coisas. Se considerarmos que a camada da informação composta de códigos computacionais (bits e bytes) é inacessível (sem mediação) ao ser humano, a materialidade da mediação tecnológica é potencialmente subtraída da vida real e vinculada ao imaginário social. Sendo assim, nesta realidade contemporânea: “A relação entre tempo e espaço deveria ser de agora em diante processual, mutável e dinâmica, não predeterminada e estagnada” (BAUMAN, 2001, p. 143), à medida que o advento da internet trouxe a possibilidade de transpor as barreiras que limitavam a velocidade e mobilidade, evocando com isso uma condição de leveza e liquidez nos processos sociais e nos relacionamentos, que independem dos lugares geográfico e das coincidências temporais. Com o estreitamento dos mais diferentes tipos de pessoas a partir da interface dos terminais de computadores, a nova realidade em rede se mostrará mais suscetível ao surgimento da polarização de ideias (BAUMAN, 1999) em vez de permitir a construção de um ambiente para o convívio da pluralidade de vozes, conforme discutiremos mais adiante.

De um modo geral, a virtualidade, como aquilo que se contrapõe ao conceito de atual, conforme defende Pierre Lévy (1999), é um dos fatores principais da cibercultura e também faz

¹⁵ No original: [...] the world inside the computer matrix.

referência à importante propriedade da informação digital. A interatividade nas tecnologias digitais tem como principal característica a sensação da não-mediação técnica nas situações de uso, aparentando certo contato direto dos dispositivos com a cognição humana. E todo este cenário contribuirá para o aumento da produção de conteúdos na rede, que, por sua vez, passaram a ser difundidos agora com base em um modo comunicacional e informacional próprios (CASTELLS, 2003). É neste novo ambiente, significativamente “naturalizado”, que as interações sociais do cotidiano passam a se estabelecer de modo complementar à vida real. Com isso, cada ação de informação executada pelos usuários no ciberespaço passa a fazer parte de um grande fluxo de conteúdos que vai constituir um grande sistema universal de dados.

As novas dinâmicas de sociabilidade

A sociabilidade nos moldes tradicionais da Sociologia diz respeito ao compartilhamento de valores por meio das instituições sociais, que assumem a função de reprodução dos símbolos em comum de cada sociedade ao longo da história, seja na figura do Estado, da família, da religião, da escola etc. E na perspectiva de Arnold Gehlen (1988), estas formas de organização social seriam instâncias artificiais para estabilizar e orientar o agir humano, diante do desmantelamento do automatismo disposto nos instintos, dos quais nos “libertamos”. Gehlen discorre que, com o desenvolvimento da consciência, a humanidade teria adquirido a capacidade de redução de suas condições instintivas, que advém da disposição de inibir ou mesmo de adiar a satisfação de suas necessidades e interesses.

Uma das principais prerrogativas das instituições, portanto, é estabilizar o meio social com a produção de sentidos. Contudo, a partir do rompimento moderno com a figura destes papéis referenciais, sobretudo pelos aspectos de subjetivação e individualismo, surge uma nova condição simbólica baseada na autonomia humana. Assim a responsabilização de estabelecer explicações sobre a vida vai se esvaziando do âmbito das instituições, afinal, o Iluminismo teria trazido em seu movimento a emancipação permanente do espírito das amarras institucionais (GEHLEN, 2001). E o que será possível observar dentro desta perspectiva apresentada é que as tecnologias da informação e comunicação ocuparão grande parte destes espaços deixados, envoltas pelas promessas e proposições de situar-nos em novas bases de segurança simbólica.

A sociabilidade contemporânea deixa de ser institucional, racional e individual para se tornar tribal, afetiva e plural, isto é, baseada na valorização do sentido de comunidade e do compartilhamento da emoção coletiva. É por isso que Michel Maffesoli (2001) distingue as interações que ocorrerão na contemporaneidade não mais pela definição tradicional, mas pelo termo “socialidade”. A palavra demarca as relações da ordem do sensível e das sensações, cujo

meio social passa a ser formado pela pluralidade dos valores de forma complexa, dinâmica, ambivalente e fluída. A descrença no progresso moderno afastou as sociedades do sentimento comunitário, acelerando uma nova onda de valorização do indivíduo, principalmente na busca de sua autopreservação e suficiência.¹⁶ Porém, todo o conhecimento científico produzido e as inovações tecnológicas no século XX foram capazes de evocar características, como: comunicação livre, horizontal e em conectividade em nível global, que reascenderam o senso de coletividade até então afetados (CASTELLS, 2003).

As novas tecnologias da informação e comunicação foram apropriadas pelo meio social, elevando-se cada vez mais às funções de organizar, explicar e dar sentido àquilo que outrora não foi possível na Modernidade. E à medida que os usos dos dispositivos técnicos por parte dos atores sociais traziam a racionalidade e objetividade como elementos preponderantes, a emergência da cibercultura revelará uma relação sociotécnica com fatores também da ordem do emocional e do subjetivo, sendo estes residuais de um período passado. E toda esta nova relação com a vida passa a ser estabelecida no “agora absoluto”, em que passado e futuro não importam mais (MAFFESOLI, 2001), pois enquanto o período moderno é organizado pela razão e progresso contínuo, com sua ênfase temporal no futuro, a contemporaneidade desloca o tempo para uma direção diferente, em que o foco está no presente.

O mundo do início do século XXI é marcado por uma busca de modelos de sociedade diferentes diante da falência dos símbolos modernos, em que as novas configurações de relacionamento são baseadas na experiência tribal, como alternativa de superação às ideias tradicionais de contrato social. A sociabilidade do pensamento iluminista era constituída por princípios racionais, de modo que os indivíduos precisavam interagir em nome do bem viver na cidade, o que também consistia em uma forma de vinculação não espontânea e formal. Já as interações humanas, estabelecidas a partir desta nova fase de transição contemporânea e que

¹⁶ O sentido de Modernidade é compreendido neste contexto como o período de superação da Idade Média com marco na Revolução Francesa (1789), decorrente de pelo menos quatro fatos históricos bastante influentes: o Humanismo Renascentista (XIV), a Descoberta do Novo Mundo (XV), a Reforma Protestante (XVI) e a Revolução Industrial (XVIII). Todos estes acontecimentos movimentaram o Ocidente para o empreendimento de um projeto que romperá com a tradição do pensamento medieval, devido a uma profunda crise na Europa produzida pelo estabelecimento do conhecimento na autonomia da razão em oposição ao princípio de autoridade da fé. Baseada no aspecto da razão como fonte primeira de autoridade e legitimidade, o projeto moderno influenciou a forma de lidar com a vida para a direção de duas noções nucleares: a busca pelo progresso e a valorização do indivíduo (MARCONDES, 2010). E com o início do colapso desta visão de mundo, sobretudo, com os desdobramentos de eventos históricos de grande tensão, como a Segunda Grande Guerra Mundial (1939), a Revolução Comportamental (1960) e a Queda do Muro de Berlim (1989), houve uma ruptura em diversas esferas sociais. Porque, embora tivesse a razão como principal fonte de autoridade e legitimidade, além dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade como planos para melhorar as condições de vida dos indivíduos, testemunhou o surgimento de problemas e conflitos em escala global (BAUMAN, 1999).

tem como característica marcante a mediação das tecnologias digitais, constituem vínculos formados pelas emoções, como um novo modelo contratual entre os indivíduos. A característica principal deste tipo de sociabilidade é que os laços são temporários, formados por alguns tipos de minicontratos sociais provisórios, mas ao mesmo tempo profundos, uma vez que têm na afetividade e no desejo seus princípios de legitimação (MAFFESOLI, 1998).

A cibercultura resultante destes processos sociais, econômicos, tecnológicos e políticos carregará, em grande parte, os pressupostos de potencializar os agrupamentos sociais. E isso se dará, muitas vezes, em resposta ao modo individualista e racionalista propiciado pela cultura moderna. Neste aspecto, Marshall McLuhan acreditava que, enquanto a cultura do impresso destribilizou a sociedade, na medida em que a tecnologia utilizada possuía caráter individualizado, subjetivo e, portanto, voltada para si, a eletricidade e todas as invenções derivadas a partir dela resgataram a experiência social do “estar em grupo” e de se comunicar com o “outro”, “uma vez que nossa nova cultura da era de eletricidade volta a dar base tribal a nossas vidas.” (MCLUHAN, 1972, p. 50). A condição sociotécnica contemporânea é baseada no conceito de tribo, em que surge um novo modo de vinculação entre as pessoas através dos usos das tecnologias digitais.

Os pressupostos conceituais, que formam a ideia de “aldeia global” de McLuhan, parecem ter captado as condições deste mundo novo, que passa agora a conviver compartilhando conhecimento e cultura sob uma perspectiva de ampla conectividade, pois:

[...] onde a interdependência resulta da interação imediata de causa e efeito na estrutura total. Tal é o caráter de uma aldeia ou, desde o aparecimento dos meios de comunicação eletrônica, tal é o caráter da aldeia global [...] (MCLUHAN, 1972, p. 38).

É por isso que McLuhan parte de um consenso histórico entre teóricos, que considera o período que sucede à Guerra Fria (1947) como o início de uma emergente dinâmica de contato entre países, no qual a ideia de separação simbólica e territorial que havia na época rompe-se, abrindo caminho para uma era de relações globais. E o fato, somado à revolução microeletrônica iniciada na década de 1970, possibilitará um fluxo maior de intercomunicação entre pessoas. Por isso, a metáfora da “aldeia global” possui grande sentido na sugestão de uma inovadora condição de realidade espaçotemporal no meio social, embora não seja um fenômeno de aspecto tão virtuoso, conforme acreditava McLuhan.

Imersa em uma aura comunitária e apoiada pelo suporte tecnológico da internet, a sociedade contemporânea passa a dispor de uma nova forma de sociabilidade e, com isso, diversos nomes atribuídos às interações propostas pelas redes surgiram, como: comunidades

virtuais, cibernsiedade, grupos on-line, dentre outros. Maffesoli entenderá que a concepção das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais resgata o contato com algumas bases consideradas ultrapassadas. Por exemplo, ele afirma que hoje vivemos a “sinergia do arcaico e do desenvolvimento tecnológico’. No caso, as tribos e a Internet.” (MAFFESOLI, 2014, p. 67). O arcaico tem a ver justamente com o que está relacionado ao afetivo e emocional, portanto, estaríamos vivendo hoje um movimento distinto da perspectiva racional herdada pelo pensamento iluminista. Afinal, a internet, ao mesmo tempo que é revolucionária e resultante do grande avanço do conhecimento científico, passa a evocar, anos mais tarde depois de sua criação, diversas demandas de utilização para situações bastante banais e da ordem das emoções, como: sites de namoro, chats de relacionamento, diários virtuais etc. Considerando estas questões, o filtro de conteúdo *snooze* indicaria um esgarçamento mais geral do tecido dessa socialidade constituída no emocional ou pelo menos em períodos de polarização política.

A tribo é um espaço de comunhão que possui uma forma de vitalismo, em que é possível furta-se de qualquer forma de obediência ou padronização e cuja valorização está em todo tipo de experiência do instante e dos instintos¹⁷. Com isso Maffesoli desdobra o conceito de tribo e o transpõe para o contexto contemporâneo, de maneira que “ao contrário da estabilidade induzida pelo tribalismo clássico, o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão.” (MAFFESOLI, 1998, p. 107). O tribalismo, portanto, está diretamente relacionado com a necessidade de a coletividade experimentar algo em comum. Sendo assim, é por isso que a socialidade é baseada no senso comunitário, gregário e de empatia. Neste sentido, André Lemos (2010) destaca que a sociedade do final do século XX é fundamentada por uma ética da estética e não mais pela moral universalizada, de modo que o compartilhamento é visto como uma ação informacional primordial, caracterizado por um modo de existência no ambiente social das redes.

O desafio para discutir sobre comunidades virtuais reside em superar a noção tradicional de territorialidade, em que os vínculos deixam de ser do tipo espacial para se tornar algo do campo das afinidades, portanto, da ordem simbólica. E segundo Pierre Lévy, a comunicação on-line provoca um tipo de desvinculação entre sociabilidade e localidade e, com isso, outros modos de interação humana emergem. Assim:

¹⁷ Neste aspecto, o sociólogo francês Michel Maffesoli parece se inspirar nos princípios ligados aos escritos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que, ao tratar da genealogia da moral, propõe que a proposição de consciência constituída na Modernidade resultou no que ele chama ser a “má consciência”, baseada na castração dos impulsos humanos (NIETZSCHE, 1998).

[...] o desenvolvimento das comunidades virtuais se apoia na interconexão. Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. (LÉVY, 1999, p. 127).

A flexibilização na expressão da sociabilidade também é um fator bastante característico das tecnologias digitais, pois as pessoas podem se conectar e se desconectar em um curto espaço de tempo, de modo que as vinculações ocorrem de forma provisória e temporária. Diante deste cenário, o modelo informatizado de interações ocorrerá por meio de uma estrutura comunicacional e de livre circulação de mensagens. Como resultado destas condições, as trocas e relações informacionais entre usuários acontecerão de forma caótica, por sua multidirecionalidade, entropia, coletividade e personalização (LEMOS, 2010), o que, com o tempo, requisitará o auxílio de alguns agentes de gerenciamento de informações.

O padrão de sociabilidade é baseado agora na associação extremamente seletiva entre os membros, em que a rede, na condição de ser uma instância de organização das interações, potencializa a possibilidade da construção de laços fortes, ou seja, de contatos mais íntimos, mesmo que, na maioria dos casos, conecte pessoas por laços fracos. É dentro desta perspectiva que Maffesoli acredita que a internet tem um potencial maior de agrupamento de pessoas, baseada em um senso mais colaborativo, afetivo, solidário e constituído, sobretudo, por um tipo de prazer coletivo, em que há satisfação e identificação na ajuda mútua. Agora “os processos de atração e de repulsão se farão por escolha. Assistimos à elaboração do que proponho chamar ‘*sociabilidade eletiva*’” (MAFFESOLI, 1998, p. 121, grifo do autor).

Há também uma forma de recompensa simbólica diante de uma comunidade virtual, que está atrelada à reputação que se tem diante dos demais usuários. Desta maneira, a benfeitoria prediz reciprocidade, baseada em uma norma de conduta social digital construída pela opinião pública das redes. Se o debate coletivo na esfera pública foi estabelecido na Europa através dos jornais impressos no século XVIII e mais tarde ampliado pelos meios de comunicação de massa ao longo do século XX, pode-se dizer que a internet expandiu de forma inimaginável a noção de público, uma vez que estamos falando de um campo extremamente mais aberto e participativo que o das mídias tradicionais (LÉVY, 1999). Neste aspecto, a informática e as redes são marcadas por um senso democrático presente em sua origem ideológica, histórica e na sua própria condição de provocar uma condição de “estar on-line” com os demais. A grande questão é que estes mesmos princípios democráticos e libertários iniciais da internet foram sendo, paulatinamente, sequestrados pelos interesses capitalistas e monopolistas das empresas que têm dominado a web nos últimos 20 anos, conforme será aprofundado mais adiante.

Cultura participativa e inteligência distribuída

A internet é caracterizada pelo interesse de potencializar a prática de compartilhamento de conteúdos desde seu lugar de origem, afinal, esta aspiração está historicamente vinculada aos momentos iniciais de criação dos computadores modernos pelos pioneiros da informática, *hackers* e pesquisadores. Por serem recém-egressos da academia, que dispunha de um ambiente de mútua colaboração e de partilha de conhecimentos, boa parte destes novos profissionais de informática tinham ideias bastante claras de que a informação precisava ser livre, democrática e aberta a todos. E tudo isso se deve a pelo menos uma das muitas inovações contidas nesta tecnologia, que é a capacidade de maior integração entre usuários. Este ideário foi responsável pelo rápido crescimento de conteúdos na rede, uma vez que é resultado dos “princípios, enraizados na Internet, da abertura e da cooperação.” (CASTELLS, 2003, p. 29).

Com diferentes modos de informação ou de conhecimento surgindo através dos usos atribuídos à internet desde a década de 1990, a possibilidade de compartilhamento de dados, ideias e conteúdos entre grupos de usuários transformou-se em algo cada vez mais naturalizado e fluído em grande parte do mundo. E será a partir dos anos 2000, já no auge dos estudos sobre os efeitos da internet durante a chamada Web 2.0, que surgirão dois importantes conceitos para tratar não apenas da emergência de uma maior capacidade de participação do público na produção de conteúdos informacionais, mas também de toda uma nova cultura fundada em um modo de inteligência que passa a ser distribuída. Anterior a este momento, tínhamos o que poderia ser chamado ainda de Web 1.0, quando se dispunha apenas de plataformas e sites sem muitas opções interativas e dinamismo de conteúdos (KÜSTER; HERNÁNDEZ, 2013).

A internet viabiliza a instância sociocultural de estarmos continuamente em contato com uma rede de pessoas para coproduzir e compartilhar conteúdos. É o que muitos especialistas passam a chamar de “cultura participativa”, cujo termo faz referência principalmente às transformações no modo como o público se relaciona com as mídias contemporâneas. A referência a uma cultura de compartilhamento das redes aponta para uma nova forma de produção cultural e de interações sociais agora realizadas em comunidades on-line. Afinal, os papéis de produtores e consumidores de informação são agora potencialmente dinamizados, de forma que estes podem se alterar e se alternar continuamente (JENKINS; GREEN; FORD, 2013). Será com base na nova realidade, que surgirão movimentos, como o *fandom*¹⁸, tendo o

¹⁸ Aglutinação das palavras inglesas “*fan*” (fã) e “*kingdom*” (reino), traduzida como o ‘reino dos fãs’. A expressão é normalmente utilizada para referir-se à subcultura dos fãs produzida pelo compartilhamento entre eles de conteúdos midiáticos com os quais possuem interesses comuns (JENKINS, 2009).

público tomado não mais como ator coadjuvante já que pode assumir a coprodução dos conteúdos e dos produtos culturais dos quais foram historicamente apenas consumidores. O usuário torna-se um multiplicador de informações e a mercadoria adquirida inicialmente pode ser entendida apenas como um ponto de partida para possíveis desdobramentos.

O ambiente das redes passa a ser caracterizado por sentimentos baseados em um tipo de vínculo amistoso e de solidariedade com outros que possuem e compartilham os mesmos interesses (JENKINS, 2009). E toda esta dinâmica traz consigo não apenas benefícios ao meio social, mas também grandes preocupações, como, por exemplo, quando os dados dos usuários são capturados a serviço do marketing das grandes companhias. Se o vasto público da internet é incentivado a permanecer constantemente conectado às diferentes plataformas on-line, através das quais supostamente exerce seu direito de consumir e de produzir conteúdos, tal presença digital tornou-se o insumo central do capitalismo informacional que vem sendo forjado nas duas primeiras décadas do século XXI.

Outro fator que passa a ser mais bem explorado como parte das discussões acerca desse emergente modo de produção informacional, que resulta do modelo de organização social em rede proporcionado pela internet, é o de “inteligência distribuída”. Esta característica viabilizada pelas redes tecnológicas foi responsável pela amplificação e convergência de novos modelos mentais e, conforme Maria Nélida González de Gómez (2012, p. 48) articula, o conceito aponta para “uma pluralidade de microprocessadores resolvessem, cada um, uma pequena parte do problema, mas ao finalizar os processos parciais, todas as peças se encaixam e o problema fica resolvido”, algo proveniente de uma forma de processamento paralelo de informações. Por analogia do funcionamento dos microprocessadores computacionais, estamos tratando de diversas inteligências individuais, que se reúnem através da maior sinergia de competências humanas em função da necessidade de solução de problemas globais e comuns.

Como introduzido, a Web 2.0 representou, sobretudo, o prenúncio da reorganização das relações entre produtores e seus públicos dentro do mercado de internet, assim como um conjunto de abordagens adotadas pelas empresas de tecnologia na busca por tirar proveito da criatividade das massas, do coletivismo e da produção participativa. Contudo, mesmo em meio aos conflitos de interesses públicos e privados que passaram a se estabelecer na internet, a essência colaborativa tem sido um elemento que vem perdurando ao longo dos anos. É por isso que, se podemos observar uma nova sociabilidade em formação nas últimas décadas, esta seria baseada em grande parte no potencial comunitário, associativo e agregador embutido nas tecnologias da informação e comunicação desenvolvidas desde o início da segunda metade do século XX (LE MOS, 2010).

Somada à capacidade colaborativa da rede, o processo de digitalização das coisas, isto é, a transformação de textos, sons e imagens em informação digital, permitiu o processamento de conteúdos em uma escala jamais vista antes, pois é baseado na “velocidade de cálculo dos computadores.” (LÉVY, 1999, p. 52). A facilidade e a praticidade de produção, gestão, recuperação e circulação de conteúdos através da internet, por meio das suas mais variadas ferramentas, significou para os usuários um grande ânimo de adesão às novas práticas tecnológicas, passando a tornar possíveis projetos que, outrora, eram meramente ideais e impensáveis de concretização. A digitalização solidificou novas formas de acesso e compartilhamento de informações através das ferramentas computacionais, e estas, por sua vez, não apenas estabeleceram outras possibilidades de aprendizado, mas também configuraram um outro modelo de transmitir saberes e produzir conhecimentos. A internet e a consequente sociedade em rede que ela proporcionou levaram o homem a colocar em prática novos modos de inteligência e raciocínio para contato com a experiência do pensamento, afinal a obtenção de conteúdos pode ser considerada uma necessidade fundamental humana e, como tal, a história tem revelado ser comum nos adaptarmos para atender aquilo que nos é essencial, pois: “A hipótese subjacente é que os seres humanos têm necessidade de informação da mesma forma que necessitam de alimento ou abrigo. A necessidade de informação tem então o status de uma necessidade física fundamental.” (LE COADIC, 1996, p. 40).

De um modo geral, Manuel Castells (2003) chega a localizar três pilares responsáveis pelo surgimento destas novas dinâmicas que formam uma cultura da internet: o alto investimento dos governos em políticas de informação, seja para favorecimento da ciência ou da tecnologia sob a alcunha de *big science*; a cultura *hacker* fundamentada nos ideais de livre acesso às tecnologias de rede como ferramentas para se instituir uma espécie de democracia participativa e aberta a todos os cidadãos; e, por fim, o surgimento de um novo nicho empresarial, visto como uma oportunidade de fazer dinheiro através de uma emergente estrutura que fornece um novo tipo de poder sobre a vida social.

O surgimento e consolidação de sites de rede sociais, como o Facebook, Twitter, Instagram e demais plataformas, vêm revelando cada vez mais a caracterização da internet como um novo lugar social, envolto por uma cultura participativa em que os usuários passam a assumir novos papéis na produção e distribuição de conteúdos e por onde se estabelecem novas dinâmicas de interatividade na rede e com a rede. Neste paradigma contemporâneo de configuração das relações sociais na internet, possibilitadas a partir da mediação das tecnologias digitais, a informação torna-se o bem comum a conectar os usuários. É sobre esta emergente

estrutura social, baseada numa realidade sociotécnica de redes sociais digitais, que pretendemos discorrer.

2.1.2 Realidade sociotécnica das redes sociais digitais

O emprego do termo “rede social” refere-se a uma metáfora atribuída aos relacionamentos estabelecidos entre pessoas de uma coletividade que compartilham valores em comum por meio de interações, agrupamentos e associações. E a criação desta estruturação social decorrente das novas tecnologias será convencionalmente chamada de rede social digital, devido ao ambiente computacional a partir do qual são realizadas as conexões sociais. Com os fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, surgiram diversos websites que passaram a adotar especificamente a possibilidade de interação pública e pessoal entre usuários, em que estes acessavam uma mesma comunidade on-line por meio de perfis ou páginas pessoais. E a estas categorias que suportam e permitem expressar as redes sociais no ciberespaço passou-se a atribuir o nome de “sites de redes sociais” (BOYD; ELLISON, 2007 apud RECUERO, 2014, p. 102). Ao trazer consigo ferramentas específicas para criação de conexões, estas plataformas ampliam em grande grau a capacidade de interação por parte dos atores e este aspecto envolverá diversos elementos e fenômenos, a exemplo dos mecanismos de filtragem de informação.

À medida que a internet é apropriada como plataforma de mediação para comunicação e trocas informacionais, surgem cada vez mais novas ferramentas, assim como são ampliados os usos conferidos às tecnologias digitais conectadas em rede para a sociabilidade. Com a consolidação de *sites*, *blogs*, *softwares*, aplicativos etc. no ciberespaço, tornou-se comum a utilização do termo “mídia digital” na tentativa de melhor identificá-los e isso se deve justamente por funcionarem como canais de comunicação social de um modo geral. Já aqueles que lidam mais especificamente com redes de relacionamento – inclusive, este era o termo inicialmente utilizado: sites de relacionamento – passaram a ser chamados mais tarde de “mídias sociais digitais”.¹⁹ Sendo assim, partiremos do entendimento de que todas estas plataformas on-line recebem a designação tradicional de serem um meio ou um canal de

¹⁹ Ao longo dos anos foram elaborados diferentes termos e designações para descrever as aplicações e as possíveis operações que podem ser realizadas a partir destes sites, seja por parte de pensadores e pesquisadores, pelas descrições utilizadas pela grande mídia ou por proposições feitas pelos seus usuários. A diversidade de nomenclaturas sobre estes componentes acaba provocando uma pluralidade de significados ou mesmo a criação de sinónimas, até então inexistentes, mas que se tornam corriqueiras pelo uso (RECUERO, 2014). Este é o caso de terminologias, como: “redes sociais”, “sites de redes sociais” e “mídias sociais”, que, embora estejam altamente correlacionadas no dia a dia, apresentam consigo determinadas peculiaridades necessárias para um preciso emprego no contexto acadêmico, como se pretende fazer através deste trabalho.

comunicação. No entanto, os sites de redes sociais são distintos das demais formas de mediação por computador pela possibilidade de suporte especializado para a sociabilidade entre usuários.

Atores e suas representações identitárias

Diferente da relação convencional que a Sociologia estabelece entre o termo “ator social” com indivíduos reais que fazem parte de uma coletividade, a presença humana no espaço das redes sociais digitais é condicionada pela mediação das tecnologias digitais conectadas à internet e expressa sempre em uma forma de representação, chamada de perfil. Este modo de retratar o usuário pode ser considerado parte das construções identitárias no ciberespaço e serve como suporte elaborado pelos próprios atores para comunicar características de sua personalidade e de sua individualidade (RECUERO, 2014). Como estas interações não são realizadas face a face, torna-se necessária a existência do perfil como forma de recuperação das informações sobre o usuário para que sejam possíveis a percepção e a familiaridade na relação com o outro. É nesta dimensão que claramente as redes podem ser estimadas como um novo espaço social, pois, o processo de sociabilidade está relacionado com a maneira pela qual nos colocamos e somos percebidos diante da interatividade (VANDENBERGHE, 2005).

De um modo geral, as imagens (representação) expressas nas obras das artes plásticas, fotografia, cinema e nas tecnologias digitais fazem parte da “superfície”, mesmo que tenham a intenção de revelar a profundidade de alguma coisa. E por serem externas, estão suscetíveis a sofrer dissociações. Sendo assim, uma representação social pode ser uma tentativa de dar algum sentido verdadeiro àquilo que está se buscando significar (DIDI-HUBERMAN, 2017). Da mesma forma, as imagens podem tratar-se de um simulacro e, nestes casos, consideradas como a constituição de um perfil *fake* (falso). Estas construções identitárias de si que ocorrem no ciberespaço dificilmente são discerníveis, seja pela limitação que há na codificação do corpo e da mente em informações digitais ou pela fluidez e dinamismo que a virtualização da persona pode carregar consigo. É por isso que no contexto das redes, pode-se falar em identificação e não mais em identidade (usada no sentido estático), pois no caso da experiência digital é preciso retratar o termo sempre como uma ação dinâmica.

Uma interessante contribuição que se pode apresentar ainda sobre os atores sociais e suas representações identitárias vem de André Lemos (2010), ao apropriar-se das ideias de ciborgue de Donna Haraway (2009).²⁰ Neste sentido, Lemos defende a emergência de uma

²⁰ A partir do *Manifesto for Cyborg*, a filósofa estadunidense Donna Haraway difunde, através de um ensaio escrito em 1985, a ideia do ciborgue, que, em meio à cultura contemporânea surge como uma evolução do mundo surgida

dimensão interpretativa e não mais protética da hibridização homem-máquina através das redes, o que sugere denominar de *netcyborgs*. Assim ele evoca uma forma de avatarismo²¹ assumido pelos perfis de usuário nas redes, em que são encarnados neste suporte a personalização de um indivíduo (LEMOS, 2010). E será a partir da compreensão de como os atores sociais constituem suas representações e fazem do ciberespaço um lugar das expressões de si que podemos entender a importância da construção de um perfil nas conexões estabelecidas no ciberespaço. Os mecanismos presentes nos sites de redes sociais, como os filtros de conteúdo, por exemplo, servirão como recursos que auxiliam na manutenção de como os usuários são percebidos. Conforme gerenciamos os fluxos de informações sobre nós e sobre os outros, atribuímos a estas ferramentas um certo nível de mediação da percepção e do pensamento, como poderemos aprofundar adiante sobre as dinâmicas de interação presentes nestas estruturas sociais digitais.

Dinâmicas de conexão em rede

As conexões em rede são consideradas os principais fatores de estudo sobre as relações sociais digitais, pois, conforme introduzido, é a partir delas que são formadas as estruturas comunitárias no ciberespaço. Mas as interações estabelecidas no ambiente on-line se distinguem entre si de acordo com o grau de intensidade (laços fortes e fracos), com as possíveis motivações e também com as diferentes dinâmicas nas quais um tipo de capital social pode ser encontrado entre os atores sociais existentes (RECUERO, 2014). É possível chamar este sistema comunicacional interativo de mídia social digital, constituído assim como um canal e suporte através dos quais é produzida, arquivada e recuperadas a participação humana na rede. Os registros informativos que os usuários deixam no ambiente digital, através de seus diferentes processos sociais, são chamados de rastros digitais.

Conforme tratado no pensamento de Georg Simmel (1964), a capacidade de interação compreende uma demanda de comunicação entre atores sociais. Sendo assim, é continuamente uma atuação que traz reflexo comunitário para os usuários em relação a seus pares. E diante da circunstância de mediação por um dispositivo técnico, estamos tratando de uma ação informativa que tem por finalidade gerar um resultado: a reciprocidade com o outro no

a partir da ruptura entre humano e animal, animal-humano e máquina, e físico e não físico. Embora o conceito de ciborgue fosse uma crítica feminista contra as problemáticas construções das tradições ocidentais do patriarcado, colonialismo, essencialismo, naturalismo etc., a captura feita por Haraway de um novo momento da condição humana, acabou sendo utilizada por diversos outros acadêmicos para discutir questões de diversos outros contextos (HARAWAY, 2009).

²¹ Derivado do sânscrito *Avatāra* (descida) e advindo do hinduísmo, o termo “avatar” neste sentido trata-se de uma manifestação corporal de seres imortais. Sendo assim está relacionado com formas de representação normalmente baseadas na disposição de imagens, que incorporam entes espirituais (JUNG, 2000).

ciberespaço. Este processo ocorre em circunstâncias bastante específicas, como por exemplo: “os atores não se dão imediatamente a conhecer. Não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela mediação do computador.” (RECUERO, 2014, p. 31). Pode-se dizer com isso que, na maioria das vezes, o ato interativo na rede tem como alvo um objetivo positivo, isto é, a ação de informação de uma pessoa a outra, gerando ainda mais informação como resposta.

É preciso lembrar que uma rede social trata-se de um fenômeno primariamente existente no ambiente real e que não necessariamente dispõe de alguma forma de mediação tecnológica. E no cenário contemporâneo em que as tecnologias da informação e comunicação se tornam comuns para diversos usos, inclusive para o da sociabilidade humana, surgem diversos fenômenos de ordem social no ciberespaço – sob dinâmicas diferentes – ao levarmos em conta a condição que os aparatos tecnológicos conferem ao *modus operandi* das interações. Neste aspecto, para Alex Primo existem diversas formas de relação entre usuários nas redes, das quais conceitua pelo menos duas importantes dimensões: “interação reativa” e “interação mútua”. Enquanto a primeira diz respeito à relação sistêmica do usuário com a plataforma utilizada na rede (site de rede social) através do uso de links, botões *follow*, *unfollow*, (seguir, não seguir) ou *accept a friend* (aceitar amigos), acionamento de filtros de conteúdo a exemplo do *snooze* (modo soneca) no Facebook etc.; a segunda representa a interatividade relacional, cooperativa e dialógica entre os atores sociais através de seus perfis:

[...] a **interação mútua** é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada **interagente** participa da construção inventiva e cooperada da relação, afetando-se mutuamente; já **interação reativa** é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta. (PRIMO, 2003, p. 62, grifo do autor).

Embora as duas formas (reativa e mútua) sejam classificadas como distintas entre si, não se pode perder de vista a sua relação nas dinâmicas sociais. Sendo assim, uma ação do tipo reativa pode acabar estimulando uma posterior interação mútua ao adicionar um amigo à rede do usuário e assim passarem a se comunicar, por exemplo; mas também desestimulando em algumas circunstâncias, como é o caso de mecanismos com funções de filtragem ou bloqueio, por exemplo, responsáveis por gerar um reflexo no sistema que medeia a relação comunicativa entre as pessoas e que, por sua vez, produz certo impacto social de ruptura, seja em menor ou maior grau. Neste sentido, podemos pensar que há formação de diferentes laços relacionais entre os usuários, considerando que observamos variações nas regularidades ou nos padrões de interação que envolvem os comunicantes.

Um laço social é a percepção de uma efetiva conexão entre atores envolvidos por uma interação e, de acordo com a sua intensidade, pode ser classificada como fraca ou forte. A diferença estaria no grau de proximidade, intimidade e intencionalidade de se manter em contato entre atores. Para Manuel Castells (2003), a internet apenas difunde aquilo que é proposto pelas relações sociais no ambiente real, de modo que é capaz de manter os laços fracos e os laços fortes de relacionamento. Muito embora as redes sociais digitais pareçam estar mais condicionadas para a participação dos indivíduos através dos laços fracos, isso se dá devido a todos os aspectos anteriormente apresentados sobre sociabilidade na contemporaneidade.

Dentro dos estudos sobre as interações que ocorrem nas redes há um fator bastante discutido que busca analisar o valor construído a partir das relações estabelecidas entre os usuários, chamado de capital social. Embora não haja consenso preciso entre os muitos autores que se utilizam do conceito, a própria composição das palavras sugere referir-se à capacidade de produção de algum bem, que, neste sentido, diz respeito a alguma forma de sociabilidade. Sendo assim, o termo “capital” mostra-se bastante inspirado pela definição oriunda da economia clássica e, ao mesmo tempo, recorre ao aspecto sociológico. Trata-se, portanto, de algo relacionado a um tipo de civilidade que *“refere-se à conexão entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que emergem dela.”* (PUTMAN, 2000 apud RECUERO, 2014, p. 45, grifo do autor). A ideia de capital social possui uma condição dicotômica que diz respeito a sua dimensão individual e coletiva, necessária para a formação de uma comunidade complexa ao dispor, com isso, de alguns valores fundamentais para constituí-la, assim como para admissão e manutenção de seus membros.

Um dos pensadores clássicos na utilização do termo “capital social” é Pierre Bourdieu, que, bastante influenciado pela visão marxista nas análises acerca da sociedade, compreenderá a existência não apenas de um capital econômico, refletido nos bens e posses do trabalho, mas também cultural e social. Estes últimos são considerados ativos que podem ser convertidos entre si de modo que, ao possuírem também uma dimensão simbólica, um determinado tipo de capital pode ser utilizado no contexto coletivo para conferir algumas formas de vantagens no meio social. Isso ocorrerá em conformidade com os interesses individuais de uma pessoa pois, conforme Bourdieu aponta:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por *ligações* permanentes e úteis. (2007, p. 67, grifo do autor).

O capital social também disporia de uma diversidade de padrões de comportamento que seus membros adquirem ao longo da vida e, através destes, passam a ter acesso a determinados grupos e ambientes sociais. Estas formas de condicionamento são chamadas de *habitus* e, em se tratando de um conjunto de práticas distintas e distintivas que tem a finalidade de orientar as ações de um indivíduo em determinado contexto social, carregam consigo a capacidade de unificar, mas também de separar pessoas e grupos. Com isso, estamos falando de:

[...] esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Embora o pensamento de Bourdieu esteja bastante relacionado com a análise dos ativos utilizados para ganhos materiais, com objetivo de entender melhor a realidade de uma sociedade estratificada em meio às dinâmicas da luta de classes, interessa-nos, especialmente, a sua compreensão no âmbito simbólico de que capital é recorrentemente sinônimo de alguma forma de poder. Entretanto, entendemos que as ideias apresentadas pela sociologia do cotidiano de Michel Maffesoli (1998) parecem estar mais próximas das dinâmicas ocorridas nas redes sociais digitais, em que as microrrelações – expressas pelo modelo social das tribos – explicam em grande medida a realidade de como se estabelecem as questões sociais na internet. O pensamento estruturalista, em que a sociedade seria definida do topo para a base parece representar melhor o auge da modernidade e seu declínio, não contemplando assim os processos vivenciados pelas sociedades contemporâneas. De todo modo, as ideias de Bourdieu tem seu prestígio na investigação dos usos informacionais contextualizados à realidade dos regimes de informação presentes nas redes sociais digitais. E se tomarmos o capital social como uma forma de mediação simbólica da interação, conseguimos explicar, a partir de um importante ponto de vista, a construção dos valores construídos no ciberespaço para obtenção de uma das formas de poder e, neste caso, referimo-nos ao do tipo informacional.

De maneira específica, buscamos entender não apenas as relações, mas também as trocas simbólicas contidas nos usos atribuídos a um terceiro elemento (o filtro de conteúdo) que servirá como um agente de gerenciamento de informações. Estes mecanismos são oferecidos por grande parte das plataformas de mídias sociais digitais para auxiliar nas situações em que há conflito de interesses em uma determinada rede de usuários. Desta forma, trata-se de uma dimensão negativa de capital social, pois embora o usuário permaneça em conexão com o outro, estabelece uma ruptura propositiva e temporária. E isso ocorre por meio de uma ferramenta presente nos sites de redes sociais que exerce papel de uma subcamada de mediação

tecnológica, considerando que o indivíduo já se relaciona com o meio digital por intermédio de um computador (*hardware*) e agora passa também a ter o contato com as informações disponíveis no ciberespaço de acordo com outra mediação estabelecida por um filtro de conteúdo (*software*).

As interações entre os atores presentes nas redes produzem dinâmicas que influenciam diretamente as estruturas sociais existentes e, embora estas sejam formadas especialmente pelas ações comunicativas e informacionais que visam somar e construir a cooperação, não se pode ignorar que, em meio a isso, também há aquelas cujo objetivo, pelo contrário, busca enfraquecer ou até mesmo destruir um laço relacional. Como parte também dos processos sociais, o ciberespaço está sujeito a associações e rupturas, afinal, Simmel (1964) salienta que tanto cooperação como conflito fazem parte dos rearranjos da sociedade que, embora conflitantes, podem ser separados e assim classificados apenas conceitualmente. Um sistema inteiramente harmônico não conseguiria subsistir, pela sua própria incapacidade de mudança e desenvolvimento, que decorrem ao mesmo tempo da agregação e do conflito. Estes elementos, mesmo que pareçam paradoxais, têm o potencial de fortalecer a estrutura de um sistema, seja aumentando a união de pares com laços fortes, por meio da polarização, ou repelindo os laços mais fracos para redes mais contíguas. Desta forma, todos estes são fenômenos relacionados, à medida que uma atitude de cooperação pode gerar competição e esta, por sua vez, resultar em conflito, e assim por diante (SIMMEL, 1964).

As interações sociais em rede podem ser compreendidas, portanto, como geradoras de processos sociais reconhecidos a partir de seus padrões, decorrentes de pelo menos três dinâmicas: competição, cooperação ou conflito. As relações sociais que constituem as estruturas sociais em rede podem ser, portanto, de diversas naturezas. Enquanto a cooperação é resultado dos interesses individuais e do próprio capital social envolvido entre os atores e das escolhas de afinidades na formação de um grupo, a competição pode ser reconhecida como uma modalidade de luta social e o conflito será a manifestação em maior grau de hostilidade e ruptura (RECUERO, 2014).

Para se constituir uma comunidade, é necessário que a maioria das interações seja do tipo cooperação, pois esta é a forma de organização social primordial tanto no ambiente real quanto no digital. Além disso, é preciso lembrar que uma estrutura não pode ser rompida apenas através da competição ou do conflito, mas a própria ausência de interações entre os membros de um grupo pode enfraquecê-la ou mesmo fragmentá-la. E como apresentamos, embora as conexões estabelecidas possam ser tomadas como os principais fatores de estudo sobre as redes sociais digitais, as conexões rompidas são também de grande importância. Afinal, os momentos

de conflito rearranjam os grupos sociais, permitindo maior dinâmica de fortalecimento dos laços, à medida que reduzem os membros a interagirem sob relações mais profundas entre si e, portanto, sob a aura de microinteresses coletivos, como é comum contemporaneidade.

2.2 Constituição de um novo regime de informação

2.2.1 Origem política dos novos atores e das novas lógicas de poder

Diante da atual conjuntura de estruturas sociais estabelecidas pelas redes sociais digitais, é preciso identificar os agentes sociais responsáveis pela construção desta nova realidade sociotécnica e que tem no espaço público da internet a vigência de um regime baseado em novas formas de sociabilidade, principalmente a partir da Web 2.0 (CASTELLS, 2007). E toda esta integração entre cultura, tecnologia, subjetivação e suas consequências na esfera político-econômica vêm sendo estudada pelo campo da Ciência da Informação com base no ponto de vista teórico-metodológico de um regime de informação²². Considerada por muitos pesquisadores ainda em desenvolvimento, esta proposta de análise tornou-se um importante recurso na tratativa dos dilemas contemporâneos que envolvem, por exemplo, circulação de fluxos informacionais, vigilância, controle, filtragem de informação, pós-verdade etc. na atual constituição das estruturas sociais contemporâneas.

Derivado do latim *regimen*, a palavra “regime” tem a ver com ‘ação de conduzir’, ‘governança’; ou ‘administração’, sendo assim, um regime de informação trata-se de um complexo de relações e agências do fenômeno de informacionalização²³ sobre a cultura, a política e a economia. Pode-se dizer ainda que esta estrutura seria o:

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

proposição destes conceitos serve-nos como ferramenta-chave da subárea das Políticas de Informação, pertencente ao campo da Ciência da Informação, para refletir e direcionar neste

²² O termo “*régime of information*” (regime de informação) foi proferido pela primeira vez pelo filósofo alemão Bernd Frohmann (1995) para uma conferência sobre Ciência da Informação, ministrada na década de 1990.

²³ O fenômeno da informacionalização está relacionado com as contribuições oferecidas pelas tecnologias da informação e comunicação às novas lógicas produtivas do conhecimento, que por sua vez permitiram o surgimento de diferentes formas de interação e também de transformação social, viabilizando a construção das estruturas sociais contemporâneas (LEÃO, 2003 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

capítulo a discussão sobre os sujeitos, culturas, dispositivos e tecnologias, que resultam da constituição de novos modos de produção e poder estabelecidos por um emergente regime de informação.

A observação sobre a gestão de políticas informacionais, como matéria de estudo para identificação do regime em questão, pode ser tomada, no contexto pós-guerra, a partir das iniciativas governamentais de investimento em ciência e tecnologia. As primeiras ações públicas com intuito de constituir um programa capaz de gerenciar as relações propostas entre política, informação e poder dentro de um sistema social se estabeleceram inicialmente em âmbito estritamente estatal, a exemplo das diretrizes construídas pelos governos dos Estados Unidos e Reino Unido em meados do século XX. Após isso, um segundo momento emerge marcado por uma preocupação internacional dos países sobre como lidar com o conhecimento científico também influenciado pelas experiências obtidas até então na história humana.²⁴

Com o término da Segunda Grande Guerra Mundial, a ciência passou a ter grande visibilidade pública, como um caminho estratégico para se conseguir atingir objetivos econômicos e sociais, uma vez que diversas invenções e máquinas utilizadas para finalidades bélicas foram deixadas como herança do progresso obtido no período histórico, o que fez com que fossem incorporadas aos poucos ao projeto moderno de aperfeiçoamento do bem-estar humano através da produção dos bens de consumo. Tornou-se comum neste contexto a prática de integrar o desenvolvimento científico às políticas públicas, marco que gradualmente serviu como modelo a ser implantado pelos mais diversos governos, sejam em países já industrializados ou em desenvolvimento, configurando com isso uma certa uniformidade global entre si. Este contexto histórico será nomeado por Léa Velho de “internacionalização das políticas de CTI [Ciência, Tecnologia e Inovação]” (2011, p. 130).

O movimento propiciado entre Estado e comunidade científica, no início da década de 1950, exprime uma relação bastante próxima e promissora da sociedade com a produção de conhecimento, diante das promessas de solução dos diversos problemas sociais existentes. Tal marco leva alguns autores a nomear o momento de Infância das Políticas de Ciência (SALOMON, 1977 apud VELHO, 2011) ou Época Dourada dos Cientistas (RIP, 1994 apud VELHO, 2011). O alto investimento governamental, especialmente nas políticas públicas adotadas nas nações vitoriosas do pós-guerra, ficou bastante conhecido nos países

²⁴ Na década de 1950, o conhecimento científico era visto como motor do progresso humano e por dispor de certa autonomia passa a ser pensado rigorosamente livre de valores e de influências sociais, fato que com o tempo foi alterado pela constatação do envolvimento de cientistas em diversos aparelhos de guerra (VELHO, 2011).

industrializados como *big science*²⁵. A ação notadamente caracterizada por uma postura estatal de grande financiamento científico, envolta por uma “cultura feita de uma crença tecnocrática no progresso dos seres humanos através da tecnologia [...]” (CASTELLS, 2003, p. 53), carregava também consigo um objetivo implícito de obtenção do máximo poder informacional em meio a uma nova corrida de disputas²⁶ que se formava no âmbito global.

À medida que a ciência foi sendo vista como base de tecnologia, o uso da palavra “informação” ficou cada vez mais relacionado a conhecimento e esta ideia se mostra ainda mais consolidada com a proposição da *Teoria Matemática da Comunicação* (*The Mathematical Theory of Communication*), publicada pelos engenheiros estadunidenses Claude Shannon e Warren Weaver em 1949.²⁷ O desígnio oferecido ao termo é referencialmente marcado sob a definição de “comunicação de conhecimento” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 149), até que mais tarde foram sendo exploradas diversas outras perspectivas de seu significado.²⁸ Portanto, ao nos referirmos às políticas de informação, estamos tratando deste nexo informacional vinculado ao conhecimento e como política que passa a fazer parte da constituição do próprio Estado moderno, estabelecido em um novo modelo de soberania²⁹.

Ao agir como responsável pela geração, recepção e agregação de informações, o aparelho estatal compunha para si um certo poder informacional aos moldes como se formam outros capitais vistos nas obras de Pierre Bourdieu, por exemplo (1996 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). É possível pensar com isso em uma forma de soberania surgida a partir da

²⁵ O termo “*big science*” diz respeito aos grandes investimentos, parcerias e filiações institucionais recebidos pelos atores estatais e demais comunidades participantes na produção de conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Um dos grandes exemplos deste tipo de empreendimento estatal pode ser tomado no desenvolvimento da própria internet, que contava com o dinheiro do governo e passou a ser aprimorada por instituições como: o Instituto de Tecnologia de Massachusetts e a Universidade da Califórnia, dentre diversas outras (CASTELLS, 2007).

²⁶ A mudança paradigmática da corrida global por novas formas de poder pode ser vista no Relatório Weinberg do Comitê Consultivo e Científico do Presidente dos EUA de 1963 e nas agendas internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), por exemplo, uma vez que evocam propositadamente a responsabilidade de controle do Estado como agente da elaboração e implantação do conhecimento científico e da tecnologia (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

²⁷ Em um primeiro momento, a circunstância teórica se dava em torno das transmissões de sinais, que partem de uma ponta a outra por meio de um sistema de informação, como: o rádio, o telefone ou a televisão. Algo que mais tarde será bastante discutido por haver uma diferença entre os níveis sintáticos (máquinas) e semânticos (humanos) da informação (WERSIG, 1997).

²⁸ O acadêmico inglês Michael Buckland, por exemplo, trabalha com a ideia de informação em três aspectos: entendida como processo, conhecimento e como coisa. No que diz respeito ao seu uso em questão, denota aquilo que é percebido em “informação-como-processo”: o conhecimento comunicado a respeito de algum fato particular, assunto ou evento; aquilo de que se é informado ou contado; inteligência, notícias (BUCKLAND, 1991).

²⁹ O termo “soberania” dentro da retórica do direito político natural significa um contrato estabelecido entre o Soberano (governo) e o súdito (povo). Trata-se da reformulação de um princípio importante da trajetória iluminista para separação entre religião e política, uma vez que outrora a soberania emanava de Deus, através do qual provinha toda forma de autoridade (ROUSSEAU, 2018).

produção do conhecimento e, de maneira bastante propositiva, Maria Nélida González de Gómez argumenta que esta compreensão é permeada por uma nova constituição comunicacional e informacional como:

[...] pré-requisito de todos os contratos sociais, cujas premissas tácitas deveriam incluir a vinculação comunicacional e a circulação de informações entre todos os atores sociais, seja como condição de constituição dos “coletivos das pessoas privadas” que deverão assumir papéis programados nos planos institucionais de ação, seja pela demanda de publicidade dos atos de governo, como responsabilidade dos representantes diante dos representados. (2002, p. 27-28).

Embora as políticas de informação fossem propostas como parâmetros para gerenciamento da ciência e da tecnologia, tamanho empreendimento não conseguiu dar conta de todos os fatores e atores envolvidos sob a jurisdição da informação e isso decorreu da instabilidade provocada pelas recentes transformações sociais da época. Tal fato começa a ser percebido a partir da década de 1960, período que abrigou, por exemplo, uma sucessão de rupturas no campo cultural, responsável por originar diversas manifestações envoltas por um apelo maior dos ideais de liberdade e igualdade, culminando na Revolução Comportamental (1968). Com isso, é possível dizer que uma segunda fase das políticas de informação surge influenciada, sobretudo, por estes movimentos sociais e de contracultura que potencializaram um posicionamento bastante crítico sobre os reais impactos do conhecimento científico na esfera social (VELHO, 2011).

No início da década de 1970, o conhecimento científico já não era mais visto como algo neutro e exclusivamente ligado aos objetivos de progresso social, passando a ser percebido como um ente agora vinculado ao seu tempo e, portanto, influenciável por interesses nem sempre objetivos e democráticos. E isso é demonstrado no questionamento da autonomia dos cientistas e de todo um ideal sobre a necessidade de controle das agendas de pesquisas, que se levantam para “melhor” direcionar os estudos e inovações na resolução dos problemas sociais. Será a partir desta abertura que ocorre a chamada “virada ética” nas políticas científicas, passando a ser pensadas agora sob demandas, caminho este de domínio até então do mercado:

A relação entre ciência e tecnologia ainda era concebida como linear, mas agora com ênfase na demanda. Ou seja, não é mais a ciência que empurra a tecnologia (science push), mas o mercado, as necessidades dos usuários [isto é, as demandas produzidas pela própria sociedade] que puxam o desenvolvimento científico (demanda pull). Nessa relação entre ciência e tecnologia, as empresas eram tidas como possuidoras de capacitação e habilidades para julgar as demandas do mercado, identificar oportunidades tecnológicas e articular necessidades e demandas. Portanto, as empresas saberiam até que tipo de ciência elas precisariam. (VELHO, 2011, p. 140).

O setor mercadológico, traduzido agora como a nova lógica capaz de suprir as necessidades sociais, influencia na atividade dos pesquisadores à medida que o direcionamento de seus trabalhos está agora fortemente ligado à esfera produtiva. A reconfiguração deste cenário introduz uma nova realidade, em que a comunidade científica deixa de ser a figura proeminente nas políticas científicas para dar lugar a outros atores. E será a partir do encaminhamento para um mundo envolto em processos de globalização que a ciência precisará contar com a recém-chegada de agentes fora de seu campo para o estabelecimento de novas diretrizes tecnocientíficas. Sendo assim, o conhecimento passa a se apresentar de forma multivariada, envolvendo “além de pesquisadores, também os políticos e servidores públicos, economistas, especialistas em marketing, industriais – até a composição dos comitês e painéis para alocação de recursos e avaliação da Política de CTI [...]” (VELHO, 2011, p. 144). As políticas públicas em torno da ciência e tecnologia abrangem com isso não apenas o apoio, mas também o financiamento para além da esfera pública, contemplando os interesses do setor privado de modo bastante propositivo, algo que marcará uma nova forma de capitalismo, conforme se pretende discutir ao longo deste trabalho, de forma a apresentar mais profundamente o contexto comunicacional e informacional que a internet instaurou.

Torna-se de crucial importância pensar as origens das políticas de informação acerca da ciência e tecnologia como base para construção do atual regime, pois é a partir dos fatores introduzidos por estas diretrizes ao longo do tempo que uma nova forma de lidar com a informação é consolidada. E estes marcos nos permitem perfazer um caminho reflexivo para pensar as arquiteturas e o modo pelos quais os fluxos produtivos se estabeleceram na sociedade contemporânea. Com base neste contexto, procederam grandes transformações que culminaram em uma infraestrutura em rede decorrente, sobretudo, da propositiva mudança relacionada a um diferente modo de produção, muitas vezes ilustrado nas ideias de transição de uma sociedade industrial para uma pós-industrial (BELL, 1999); da equiparação da informação agora vista como *commodity*³⁰, não sendo apenas um artigo de competência do planejamento estatal, mas também dos mercados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012); e da construção de uma dinâmica de relações entre os atores sob uma condição sociotécnica, estabelecida agora por redes (LATOUR, 2012); além de outros desdobramentos adjacentes, conforme abordaremos.

³⁰ O termo “*commodity*” é utilizado no sentido de a informação ser a matéria-prima responsável pela emergência de novas atividades, que passam a contar com a sua produção, processamento e distribuição como principal função do setor econômico. Diferente de uma realidade anterior que antes a vinculava em uma posição secundária na economia mundial (PORAT, 1977).

Como reflexo do desenvolvimento tecnocientífico apoiado pelas próprias políticas de informação – inicialmente do setor público e mais tarde do privado –, é possível observar de maneira mais explícita na década de 1970 a emergência de uma revolução técnica com o surgimento de novas tecnologias da informação e comunicação, responsáveis por provocar diversas mudanças nas esferas sociais, culturais e econômicas (GIDDENS, 2008). Sendo assim, o cenário histórico da informática é completamente transformado pelas descobertas da microeletrônica, marcadas pelo progresso técnico que permitia o funcionamento computacional a partir de um único chip.³¹ Tal feito impulsionou a comercialização dos microprocessadores e ampliou a difusão dos equipamentos no mercado, resultando assim em “diversos processos econômicos e sociais em grande amplitude” (LÉVY, 1999, p. 31), à medida que eram superadas as barreiras técnicas, até então existentes, para a disseminação mais ampla e popular em diversas esferas sociais para além do ambiente estatal (militar) e científico.

Os equipamentos desenvolvidos em etapa posterior à revolução microeletrônica carregavam consigo algumas características bastante próprias, dentre as duas principais: a possibilidade da veiculação de diversas formas de mensagens através de um único suporte (texto, imagem, som, vídeo etc.) e um diferente modo de produção, armazenamento e distribuição da informação, que deixa de ser do tipo “um-todos” para se tornar “todos-todos”. A capacidade de lidar com conteúdos informativos a partir de códigos binários de computação (traduzidos para 0 e 1), ou seja, por meio digital, foi crucial para implementação de novas padrões de interação técnica e social (LÉVY, 1999). Com isso, as TICs elevaram a realidade sociotécnica que se formava a uma condição “pós-midiática”, superando a possibilidade comunicativa massiva, centralizada, unidirecional e vertical, como era comum aos tradicionais *mass media* (como: a televisão, o rádio, a imprensa e o cinema), e passando a constituir o que se convencionou chamar de “novas mídias”, baseadas agora em uma categorização mais individualizada, interativa, multidirecional e em rede (SODRÉ, 2010).

Diante da realidade de uma nova fase marcada pela automação da produção industrial através de aparelhos eletrônicos, computadores e redes de dados, passam a ser propostos

³¹ Um dos principais fatores que impediam o acesso aos equipamentos dessa época, por exemplo, era a realidade de computadores ainda construídos com peças (hardwares) muito grandes, fazendo com que os aparelhos ocupassem diversas salas de escritórios e até mesmo ginásios esportivos inteiros. Além disso, havia um alto custo conferido às peças necessárias para construção dos equipamentos devido à escassez de produção (LEMOS, 2010). Mas em 1967, o engenheiro estadunidense Marcian Hoff foi um dos principais responsáveis por tirar do papel a ideia do microprocessador. Com este passo, a informação ganhou a capacidade de poder ser processada em qualquer lugar, afinal um dos primeiros projetos de computador eletrônico tinha as seguintes características: “[...] pesava 30 toneladas, foi construído sobre estruturas metálicas com 2,75 m de altura, tinha 70 mil resistores e 18 mil válvulas a vácuo [...]” (CASTELLS, 2007, p. 78–79).

diversos termos para traduzir a infraestrutura que se formava. E a ideia de “sociedade da informação” foi uma das muitas tentativas de sintetizar a observação por parte dos teóricos sobre as transformações concentradas nos avanços técnicos, cujos fatores principais seriam bastante evidenciados por “remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” e “por um processo de profunda reestruturação [do capitalismo] caracterizado por maior flexibilização de gerenciamento [...]” (CASTELLS, 2007, p. 39). Em um sentido mais amplo, ao nos referirmos à infraestrutura de informação, estamos indicando a convergência existente entre as tecnologias de comunicação, a telecomunicação e a informática, tendo a internet como um dos principais fatores resultantes desta imbricação.

É por causa desta nova fase, chamada também de sociedade pós-industrial, que podemos apontar uma emergente forma de organização da política e da economia, tomando a infraestrutura de informação disposta agora como comunicacional e produtiva, através da qual passa a acontecer grande parte da dinâmica de transmissão e geração de novos valores capitais. E à medida que estes modelos econômicos e tecnológicos conseguem se estabelecer, incorporam uma dimensão estrutural e estruturante das atividades sociais em um processo de transformações em cadeia³². Será com base nesta perspectiva que Paul Zurkowski (1984) utilizará o termo “infoestrutura” para descrever o contexto em que as tecnologias contribuem para alterar o modo como fazemos uso de ações informativas e, que por sua vez, afetam profundamente a vida social contemporânea.

Como parte da composição sociotécnica, a consolidação do processo de globalização na década de 1990 também contribuiu para amplificar as mudanças decorridas ao longo do século em escala mundial. A internet foi responsável por integrar realidades e experiências de comunidades e organizações para além das fronteiras nacionais e de maneira bastante veloz, permitindo com isso a cadeia de transformações sociais. A revolução técnica, provocada pelo desenvolvimento e consolidação da mediação por computadores em conexão com a internet, possibilitará um fluxo maior de intercomunicação e isso refletirá em um movimento de integração principalmente no âmbito econômico e logo também na esfera social. Com isso, as políticas de informação passam agora a ser baseadas no estabelecimento das redes como forma de universalização do acesso e distribuição de conteúdos através de suas aplicações e serviços.

³² Próximo à ideia apresentada, a pesquisadora argentina (radicada no Brasil) Maria Néida González de Gómez aponta o conceito de *information production chain* (cadeia de produção de informação) para responder esta característica dos regimes de informação, em que seria possível observar um “processo sequencial, no qual a informação circularia entre diferentes atores, organizações e finalidades.” (2012, p. 45).

Considerando as mudanças relacionadas à compreensão do papel da informação como política de Estado e posteriormente como insumo para o mercado, é que se pode dizer que a sociedade contemporânea se constitui em uma forma de organização traduzida nos termos de um regime de informação. E isso ocorre à medida que os diversos setores da esfera social são transformados pelas diretrizes de como lidar com a ciência e tecnologia, resultando nos avanços técnicos em direção à construção das redes tecnológicas, que passam a configurar um dinamismo próprio aos fluxos de informação e conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b). Assim são constituídas novas estruturas econômicas, culturais, comunitárias e estatais como marco das atuais configurações de práticas, meios e recursos de informação, cujo desafio é compreender analiticamente os diversos fatores que constituem as questões deste novo regime de informação.

2.2.2 Conceitos e questões do novo regime de informação

Ao evocar o termo “regime de informação”, o filósofo alemão Bernd Frohmann chama a atenção para a necessidade de uma abordagem mais ampla dos estudos sobre políticas de informação na literatura científica. Estas discussões eram realizadas até então pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação com a característica de serem restritamente preocupadas com a esfera informacional política-estatal. Frohmann, no entanto, estende as fronteiras do campo para também compreender os fatores híbridos emaranhados em “sistemas” ou “redes” por onde o poder agora é exercido através de relações mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação (1995). Com isso, ele avança da visão instrumental sobre a eficiência de fluxos informacionais e volta-se também para a mútua relação entre ciência, tecnologia, processos sociais e discursos. Pode-se dizer que duas correntes de pensamento permeiam o conceito de regime de informação: a Teoria Ator-Rede (TAR), trabalhada por Bruno Latour, e outra alicerçada na concepção de “poder”, construída por Michel Foucault.

Para compreender a fundamentação teórica acerca do que seriam estas “redes” para Frohmann, é preciso retomar as concepções de David Bloor (1991), que traz como uma de suas principais contribuições ao tema a proposição de tomar as explicações do desenvolvimento científico e tecnológico de forma simétrica³³. Será com base nestes pressupostos que Latour,

³³ O princípio metodológico de simetria parte do reconhecimento de que os mesmos tipos de causas tomadas para explicar as crenças, como verdadeiras ou falsas, devem ser valorizadas, uma vez que não há diferença essencial entre acerto e erro. Em outras palavras, é preciso o mesmo tratamento de importância entre os vencidos e os vencedores diante da análise de um fenômeno, sem distinguir qual destes atores seria mais importante que o outro, por exemplo (BLOOR, 1991). Seguindo este pensamento de David Bloor, Bruno Latour e Steve Woolgar desenvolvem o conceito de simetria, ao propor uma nova versão, que eles chamam de simetria generalizada, na

Michel Callon, Madelaine Akrich dentre outros sociólogos franceses passarão a entender os fenômenos que se apresentam no meio social por “coletivos”, isto é, mobilizações dos elementos de diversos campos: natural, social, técnico, e, portanto, de entes humanos e não-humanos, cujas ideias deram origem na década de 1980 à Teoria Ator-Rede. Dentro desta perspectiva, os actantes³⁴ híbridos fariam parte de uma rede heterogênea de “fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes.” (FREIRE, 2006, p. 55).

O objetivo da Teoria Ator-Rede consiste em “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus enredos” (LATOUR, 2004 apud FREIRE, 2006, p. 54), partindo sempre dos princípios de simetria e também das mediações técnicas. Tem-se com isso, portanto, a ideia de observar os vestígios dos fenômenos pretendidos, sendo necessário encontrar ao menos um agente para que sirva de pista para busca de outros presentes no mesmo processo por meio da rede de associações. Assim, pode-se dizer que para Frohmann o conceito de regime de informação deve ser tratado como um tipo de base teórica com a finalidade de diagnosticar os padrões informacionais existentes de cada época, que podem ser percebidos através dos processos sociotécnicos envolvendo as relações e conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e artefatos científicos e tecnológicos (1995). Um regime de informação demanda o mapeamento não só de fatos, mas de sujeitos e objetos conectados de forma não-linear, cuja ação intencional e a intencionalidade correspondem a todo um coletivo.

Outra grande contribuição ao conceito de regime de informação vem das ideias de “poder” presentes nas obras de Foucault, sendo postuladas pelo filósofo ao pesquisar sobre a própria constituição da sociedade e ao buscar entender em quais condições são forjadas as relações de força entre os indivíduos. Neste sentido, Foucault (1979) refere-se às formas de estruturação política que se efetivam de modo discursivo através de um poder informacional, regulamentando com isso: as linguagens, os enunciados tidos como verdadeiros do conhecimento, os procedimentos técnicos etc. Trata-se, portanto, de uma instância para além

qual incluem para o debate o pressuposto de que natureza e sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum e geral de interpretação. É sugerido a partir disso uma análise do meio social de forma simétrica, em que deveria haver o tratamento proporcional de elementos não-humanos, que outrora eram entendidos de forma compartimentada. Mesmo que Bloor conseguisse em seus pressupostos obter um senso de proporção por não fazer atribuição de valores aos fatores de um fenômeno, a adequação da realidade em categorias entre o que seria do âmbito natural e do social predispunham em si mesmas uma forma de assimetria (LATOUR, 1994).

³⁴ Em inglês, a palavra “*actor*” (ator) se limita a humanos, portanto, utilizamos muitas vezes “*actant*” (actante), termo tomado à semiótica para incluir não-humanos na definição (LATOUR, 2001 apud FREIRE, 2006, p. 55).

do Estado e de outras instituições, que opera como um regime de verdade e conta com dispositivos de poder para sancionar estatutos de subjetividade e verificação.³⁵

Uma das formas de *dispositifs* (dispositivos) para se conseguir tais objetivos e bastante presentes no contexto dos regimes contemporâneos são os info-comunicacionais (rádio, televisão e a internet, por exemplo), responsáveis por assumir o papel de construir e formular identidades oficiais, individuais e coletivas. Estes se configuram ainda como um importante elemento que se insere no contexto maior do regime de informação, mediando as relações que se estabelecem entre “discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.” (AGAMBEN, 2005, p. 9). É com base neste conceito de “dispositivo”, elaborado por Foucault, que Maria Nélida González de Gómez (1999a) trabalhará o regime dentro de uma visão especialmente atrelada às relações entre política, informação e poder.

Os dispositivos de informação podem ser concebidos como uma rede de produtos e serviços capazes de transferência de informação e que assumem ao mesmo tempo a condição de serem estruturais e estruturantes. Neste aspecto, González de Gómez também se apoia no fato de que este novo contexto despontou diversos processos de transformação social, dentre estes, o que ela cita ser um “modo de informação” (1999a), argumentação bastante inspirada no trabalho de Mark Poster (1984), como uma nova lógica de gestão e domínio social. Derivada inicialmente do conceito de “modos de produção” da teoria marxista, o modo de informação indica uma dinâmica nas relações entre economia e cultura à luz dos avanços tecnológicos, cujas principais diferenças estariam no fato de que seria a informação e não mais o trabalho a principal esfera de dominação. O conhecimento torna-se assim o responsável por suprir as necessidades informacionais a partir da produção de outros conhecimentos, que se dispõem através de diferentes formas de uso (POSTER, 2000).

Em alguma medida, um dispositivo de informação pode ser relacionado às mediações estratégicas das relações de poder, o que corresponde a um ponto de vista semelhante ao entendimento de Latour sobre o significado das técnicas, como um objeto arrastado por estes processos, pois estas “não são fetiches. São imprevisíveis, mediadores e não meios, meios e fins ao mesmo tempo: eis por que se esteiam no tecido social.” (LATOURE, 2001, p. 226). As

³⁵ O filósofo francês Michel Foucault considera as relações de poder provenientes do que ele considera ser parte dos processos de criação dos sujeitos ou da subjetivação. Em uma de suas mais célebres frases, ele dirá que, em meio a todo o progresso iluminista e sua promessa de conferir ao homem melhores condições de vida, estava embutido também outro propósito, pois: “As ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas.” (FOUCAULT, 1987, p. 183).

tecnologias comumente eram vistas como algo material ou sociológico, em que a primeira visão dizia respeito a entendê-las como actantes que interferem e têm vontade própria; e a segunda como entes neutras. Mas Latour (2001) introduz neste aspecto a perspectiva de tradução (translação), que seria justamente a mobilização mútua de seres e coisas, em que dois agentes realizam ações terciárias, que originalmente não constavam em suas trajetórias isoladas, sendo responsabilidade de todos os envolvidos o resultado deste entrelaçamento. Haveria com isso uma profunda relação entre ciência, tecnologia e sociedade e é neste sentido que, através dos campos da Sociologia, Ciência Política e Economia, estuda-se como os fenômenos humanos se apresentam, à medida que o movimento tecnológico é condicionado ao mesmo tempo condiciona diferentes modos de vida³⁶ no meio social.

Embora Foucault (1979, p. 12) proponha que “cada sociedade tem seu regime de verdade”, com estatutos, contratos e regras responsáveis por definir as diretrizes das ações realizadas pelos atores de um grupo, a informação enquanto dispositivo ou parte dele contribui não apenas para a realidade local, mas também é capaz de determinar condicionamentos em uma escala global. É nesta perspectiva que Sandra Braman evoca o fato de que a atual conjuntura dos fluxos de informação, comunicação e cultura abrange não apenas atores estatais, mas também não-estatais e que ainda envolve o aspecto de se tratar de um sistema cujos sujeitos do regime e suas características estão em constante desenvolvimento. Com isso, ela propõe a ideia de um regime emergente de política global de informação (BRAMAN, 2004), que opera em um espectro mais amplo, e problematiza que uma das principais questões para o reconhecer e interpretar é a limitação de dar conta de todos fenômenos e processos que envolvem a tomada de decisões em vários locais e atores. A teoria de regime de Braman seria, portanto, uma forma de complementar e contextualizar melhor a análise para compreensão da infraestrutura de informação que se forma no globo.

Para melhor compreender este regime global de política de informação, Braman também lança mão do conceito de “campo”, de Pierre Bourdieu (1991 apud BRAMAN, 2004, p. 14), e o de sistema adaptativo complexo. Ao se referir à concepção bourdieana, ela designa o pressuposto de regime como uma estrutura de possibilidades e probabilidades, que podem

³⁶ Embora a expressão “modo de vida” venha sendo utilizada com frequência nas Ciências Sociais, assumindo, muitas vezes, certa pluralidade de significados, entenderemos como produto dos inúmeros parâmetros culturais de processos de subjetivação sobre os indivíduos, em meio à face social em que se vive. Os dispositivos de poder, de saber e de subjetividade, por exemplo, seriam agentes deste fenômeno (AGAMBEN, 2005).

restringir ou incentivar determinadas direções na esfera social. Embora Braman utilize parte dos conceitos de uma teoria estrutural da sociedade, ela ressalta que:

[...] difere delas por ver as relações sociais como dinâmicas ao invés de estáticas, flexíveis ao invés de fixas, engajadas na luta por posições dentro do campo ao invés de tratar essas posições como inevitáveis e resultantes da agência [...] (2004, p. 14, tradução nossa)³⁷.

As tecnologias da informação e comunicação, por exemplo, seriam capazes de interferir na autonomia dos campos e dos diversos atores presentes, de modo distinto das máquinas da era industrial, pois as mídias digitais podem ser consideradas como meta-tecnologias: ao mesmo tempo que são agências, reformam também as estruturas. Nesta direção, Braman entende o Estado como um campo, sendo ao mesmo tempo compreendido de forma sistemática, mas também aberta, isto é, ela parte da compreensão foucaultiana de governabilidade, que trabalha com a ideia de estruturas formadas por diversas ações, envolvendo as esferas sociais, culturais e econômicas.

No que diz respeito às ideias de sistema adaptativo complexo, Braman entende que os Estados-nação e regimes globais são assim considerados pela mútua interferência que há entre as entidades e subsistemas relacionados a eles. Assim, qualquer mudança ocorrida em grupo de atores mobiliza, em alguma medida, todo o sistema, tornando-o dinâmico, algo que “os estudiosos de relações internacionais têm apontado para a ‘interdependência em cascata’ [...]” (ROSENAU, 1984 apud BRAMAN, 2004, p. 17, tradução nossa)³⁸, percorrido por estudiosos das relações internacionais na forma do próprio fenômeno de globalização, em que ocorrem reformulações de posição sobre várias questões, levando em consideração a formação de regimes em diversas áreas nas quais não havia sido vistas antes. Estas características se encontram na própria abordagem foucaultiana de entender o Estado-nação como um regime composto por múltiplos fatores, baseado nos conceitos de governança e governamentalidade³⁹,

³⁷ No original: [...] differs from them in viewing social relations as dynamic rather than static, flexible rather than fixed, engaged in struggle over positions within the field rather than treating those positions as inevitable, and resulting from agency [...]

³⁸ No original: [...] scholars of international relations have been pointing to the ‘cascading interdependence’ [...]

³⁹ Governamentalidade no sentido foucaultiano trata sobre o tipo de poder que é exercido pelo governo, quando normas e valores são interiorizados pelos habitantes não sendo necessário o uso de força. Governar neste aspecto implica processos sutis de dominação que passam inicialmente pelo conhecimento das sociedades para suscitar a confiança das populações, isto é, convencer em vez de constranger (FOUCAULT, 2008b).

isto é: “[...] o contexto cultural e social a partir do qual surgem os modos de governança e pelos quais eles são sustentados.” (BRAMAN, 2004, p. 13, tradução nossa)⁴⁰.

Caracterizada por sua transversalidade, o termo “regime de informação” além de ter uma clara relação com a estruturação sociotécnica promovida pelas tecnologias da informação e comunicação, também diz respeito ao estabelecimento de determinados princípios de valor. Neste sentido, é preciso retomar a dimensão do conceito que trata sobre regimes de verdade para discutir a produção simbólica da cultura construída através de estruturas semânticas responsáveis por correlacionar os valores da informação com critérios de verdade e credibilidade na sociedade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Com isso, o regime de informação também é entendido como um “regime de valor”, termo originalmente postulado por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2006), que designaria diferentes maneiras de avaliar pessoas e objetos. Seguindo por este caminho, Hamid Ekbia (2009) associa estas ideias aos regimes de verdade de Foucault, que pensa as relações a partir de jogos de verdade colocados em certas epistemes⁴¹, constituindo assim estratégias de governo, porque existem poderes investidos que incidem sobre os corpos, produzindo subjetividade e linguagem. E no contexto de um regime, cada sujeito discerne e avalia a informação nas suas diversas circunstâncias diante das práticas na vida cotidiana (EKBIA; EVANS, 2009).

O regime de informação oferece visibilidade a estas relações informação-poder, em que os conteúdos informativos presentes nas tecnologias digitais seriam os elementos que além de trafegarem através delas, também as dinamizaria. Se o saber é construído a partir das relações de verdade, a circulação de conteúdos por meio das tecnologias da sociedade contemporânea constitui parte dos jogos de verificação, isto é, da subjetividade, do poder e do saber baseados em um conjunto de regras de produção da verdade (FOUCAULT, 1984). Desta forma, González de Gómez aponta que: “Como princípio de valor, a informação oscilaria entre ser considerada como *commodity*, sujeita aos jogos concorrenciais ou monopólios dos mercados, ou como força constitutiva, sendo da ordem das políticas e das estratégias dos Estados.” (2012, p. 53). É neste sentido que a informação precisa ser considerada como parte da composição de diversas perspectivas, inclusive como nova componente para entendimento da dimensão sociotécnica do capitalismo atual, conforme discutiremos.

⁴⁰ No original: “[...] the cultural and social context out of which modes of governance arise and by which they are sustained.

⁴¹ Para Michel Foucault (2008a), episteme não é uma forma de conhecimento, mas um tipo de racionalidade constituída por conjunto de práticas discursivas que formam sistemas formalizados, como a ciência.

2.3 Capitalismo de vigilância no novo regime de informação

2.3.1 *Capital social e sociabilidade pelos sites de rede sociais*

Os sites de empresas como os extintos Friendster e Orkut ou o MySpace, Facebook, Twitter e Instagram permitem que os atores sociais realizem diversas interações com uma rede de relacionamento, basicamente, através da simples criação de perfis ou páginas pessoais para identificação. Além disso, contam com a opção de interação reativa de agregar amigos e conhecidos aos contatos, formando assim grupos de pessoas para trocas de mensagens, compartilhamentos de conteúdos, dentre outros atributos relacionados à comunicação. Com base nestas funcionalidades, as plataformas viabilizam a formação de estruturas sociais digitais claramente percebidas nas interfaces que dispõem em seus mecanismos de agregação, a exemplo da “lista de amigos”, “seguidores”, “adicionados” etc. Todos estes elementos em conjunto servem como instrumentos comunitários que auxiliam e aceleram a criação de associações entre indivíduos através da internet (LEMOS, 2010).

Diante da capacidade de maximização das relações, potencializam-se também em grande escala as repercussões de vários fenômenos sociais e comunicacionais que têm as redes digitais como ambiente. Vale destacar, por exemplo, a maior visibilidade das pessoas que, embora dependa das associações realizadas a partir de um perfil, é bastante significativa se comparada com o que seria possível na vida real. Neste sentido, os sites de redes sociais podem gerar um impacto positivo na interação entre indivíduos, auxiliando-os na manutenção do contato face a face, além de melhorar o capital social dos usuários, pois, quanto maior for percebida a sua presença, maior será sua capacidade de comunicar-se com amigos, familiares e mesmo com pessoas distantes do seu círculo de relacionamentos (CASTELLS, 2003). Sendo assim, a quantidade de interações nas redes contribuirá para a produção de diversos valores capitais de uma pessoa. O acúmulo de um valor, por sua vez, pode gerar outros valores.

Uma das consequências da maior visibilidade oferecida pelas redes, por exemplo, é a popularidade, que é uma qualidade derivante e que diz respeito não apenas à condição de o usuário poder ser visto na rede, mas também de sua posição de destaque na estrutura de suas conexões. Outro fator que advém da potencialização dos mecanismos oferecidos é a reputação, relacionada à “percepção construída de alguém pelos demais atores e, portanto, implica três elementos: o ‘eu’ e o ‘outro’ e a relação entre ambos.” (RECUERO, 2014, p. 109). Este ainda será a interpretação de nossas ações na internet, que acabam contribuindo para estabelecer determinadas formas de comportamento no ambiente onde ocorrem as interações. É possível

dizer, com isso, que o valor da reputação talvez seja o de maior importância em uma rede social digital, pois será a partir deste que selecionamos em sites como o Facebook, por exemplo, em quem confiamos e, assim, convidamos para fazer parte da nossa rede pessoal de contatos. Ou que, no Twitter, passamos a seguir alguém. E isso possui uma relação imediata com a dimensão qualitativa da rede e não com os números de conexões que um usuário pode fazer, embora um perfil com boa qualificação em importância esteja mais apto a receber conexões que outro com baixa qualidade. A reputação, então, gera uma forma de capital social relacional, à medida que interfere nas ligações criadas pelos atores, assim como um capital cognitivo, pois trata-se do tipo de informação que representa uma pessoa.

Conforme discutimos, é possível constatar que os dispositivos computacionais e os sistemas que os conectam não são meramente tecnologias, mas que devem ser considerados como importante parte da base estrutural de uma nova forma de organização social, em que ocorre um remodelamento nas relações estabelecidas entre governos, organizações, instituições, empresas, usuários, clientes e cidadãos através das redes. Desde a consolidação dos microcomputadores para uso doméstico⁴² e o surgimento de diversas empresas provedoras de serviço para conexão on-line na década de 1990, o projeto de expansão da internet foi sendo cada vez mais influenciado pelas demandas do setor privado, cujos interesses estavam atentos às oportunidades que as novas tecnologias trariam para o mercado a partir do potencial de alcance público e de geração de novos negócios.⁴³

As dinâmicas contemporâneas tornam claros os novos mecanismos desenvolvidos pelo capitalismo para dar conta de um novo modo de circulação de mercadorias, cujo produto, a informação, não é apenas objeto da troca mercantil, mas está baseado também em seu valor-de-uso, uma vez que é compartilhada (CARAÇA, 1993). Sendo assim, a circulação de informação pode ser caracterizada a partir de seu compartilhamento e, diferentemente do

⁴² Como marco do início da indústria dos computadores domésticos, temos a popularização das primeiras calculadoras eletrônicas da Micro Instrumentation and Telemetry Systems – MITS, fabricadas pela pequena empresa do engenheiro estadunidense Henry Roberts, que ficou conhecido como o “o pai do computador pessoal”. Ele também foi responsável pelo desenvolvimento do Altair 8800 em 1974, um microcomputador projetado pela MITS Altair. Estes lançamentos deram início à corrida da informática, sendo considerada por muitos pesquisadores como o ponto culminante da chamada era da informação. Anos mais tarde, em 1981, como contrapartida ao que vinha sendo oferecido no mercado, a International Business Machines Corporation – IBM lançou sua versão de computador com o nome Personal Computer – PC (Computador Pessoal), conhecida por se tornar um dos principais modelos de microcomputadores a serem distribuídos (LEMOS, 2010).

⁴³ Um novo rumo é assumido a partir dos anos 1990 para o desenvolvimento da conexão em rede, chamada até então de Arpa-Internet. Diferente de quando foi assumida em 1984 pela agência governamental estadunidense *National Science Foundation* – NFS (Fundação Nacional de Ciências), que muito contribuiu para a visão de tornar o acesso à informação entre computadores em domínio público e livre para toda a sociedade (CASTELLS, 2003).

significado clássico de distribuição do produto, o contexto em rede traz uma nova dimensão, em que o valor passa a ser traduzido na informação comunicada. São evocadas, com isso, algumas novas características, que serão responsáveis por aferir qualidade, como a capacidade de *spreadable* (propagabilidade), entendida como o potencial de compartilhamento ou não de um determinado conteúdo de mídia. Neste atributo estão envolvidas estruturas econômicas, atributos de conteúdos de mídia, redes e sujeitos dispostos a compartilhar conteúdos (JENKINS; GREEN; FORD, 2013). Para obter sucesso comercial, as plataformas precisam oferecer a viabilidade técnica de partilha da informação para provocar o desejado engajamento, que seria mobilizar a interação social a partir do potencial interesse dos usuários em consumirem algum conteúdo. Neste sentido, compartilhar agora tem a ver com a criação de um novo nexo econômico estabelecido entre público e conteúdo.

Os consumidores contemporâneos não consomem apenas, mas, além de também poderem produzir, contribuem para a circulação da informação ao recomendarem aos participantes de suas redes sociais digitais os conteúdos com os quais se identificam de acordo com suas necessidades (gostos, desejos, paixões etc.). Na contemporaneidade, a ação informativa de compartilhamento mostra-nos que o usuário da Web 2.0 não é mais tomado como o mero consumidor de informação dos *mass media*, contudo, coprodutor dos negócios das plataformas capitalistas (mesmo que indiretamente), à medida que cede suas informações pessoais e privadas devido ao seu novo papel social.

Na atual conjuntura, não estamos tratando apenas de contribuições cognitivas dos consumidores para dar forma aos produtos, mas também da tendência empresarial de se utilizar da crescente produção dos próprios dados sobre indivíduos, para que a partir da manipulação destes, sejam construídas diversas mercadorias baseadas em um novo modelo econômico. Ao passo que ocorre esta reestruturação mercadológica, a informação também se torna um insumo essencial para sobrevivência social dos indivíduos, que precisam dispor deste novo capital informacional para existirem enquanto atores nas redes. E diante deste complexo cenário, pode-se dizer que uma das principais características deste capitalismo de informação do atual regime é a vigilância dos dados.

2.3.2 *Capitalismo informacional sob o aspecto da vigilância*

Um dos primeiros a reconhecer a nova posição da informação no regime que se formava na década de 1960 foi o economista austro-estadunidense Fritz Machlup, com base na observação sobre uma significativa mudança que vinha ocorrendo na força de trabalho de sua época, na qual os funcionários de empresas privadas passaram a lidar cada vez mais com uma

forma de produção sumariamente baseada no conhecimento. E para dispor de uma nova dimensão do conceito de informação, Machlup parte da ideia de “conhecimento comunicado”, que ele justifica através da seguinte afirmação: “Consequentemente, nos usos comuns da palavra, toda informação é conhecimento.” (1962, p. 8, tradução nossa)⁴⁴. Sendo assim, a relação que se faz entre o ato informativo e a cognição está fundada na ideia de que informar seria uma ação de transmitir conhecimento socialmente novo, e este, por sua vez, é resultado de ter sido informado.⁴⁵

Reconhecido também como o pioneiro na utilização do termo “sociedade da informação”, a partir de uma abordagem voltada para o mercado, Machlup propôs que estaria sendo construída uma nova coletividade caracteristicamente marcada por uma maior ênfase na produção informacional. E ao defender o surgimento de uma indústria do conhecimento através das operações de alguns setores econômicos estadunidenses, consolidou o pressuposto de que a informação poderia ser tratada como um recurso econômico. Com isso, o autor faz emergir a observação de uma nova categoria de riqueza, diferente daquelas construídas baseadas nas relações tradicionais anteriormente estabelecidas (MACHLUP, 1962).

Outra importante contribuição para se pensar a economia da informação vem de Daniel Bell. Ele defende a existência de uma nova forma social sustentada na proeminência da informação, que passa a ser a base para a estrutura central da nova economia, fundada nos serviços que têm o conhecimento como principal insumo (BELL, 1999). Embora fosse um dos precursores da utilização da ideia de haver uma sociedade do conhecimento ou sociedade da informação, optava mais pelo termo “sociedade pós-industrial”. Com ele, buscou pontuar que não acreditava que todas as mudanças seriam consequências das tecnologias, além de enfatizar a condição social de vivenciarmos uma fase de mudanças. Por volta da década de 1970, Bell (1999) observa que os novos grupos sociais formados passam a ser afetados por um conjunto de eventos provocados pela sociedade pós-industrial, tais como: o aumento da vida média da população, o desenvolvimento tecnológico, a difusão da escolarização e da mídia. E ao perceber que o aumento do número de funcionários que trabalhavam em escritórios havia ultrapassado a quantidade de operários, ele concluiu que a nova realidade social estava alicerçada

⁴⁴ No original: Hence, in these ordinary uses of the word, all information is knowledge.

⁴⁵ A correlação entre informação e conhecimento é bastante comum e presente na extensa literatura sobre os conceitos de informação. Diversos teóricos a definem como, por exemplo, o processo em que os dados ao serem tratados são transformados em conhecimento, isto é, a informação se torna conhecimento quando um usuário a utiliza para solucionar algum problema de sua necessidade (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

predominantemente no setor dos serviços informacionais. Sendo assim, o poder do mercado seria estabelecido agora na oferta de conhecimento que tivesse valor de interesse no meio social.

A percepção sobre a redução da classe operária foi se consolidando com o final da Segunda Guerra Mundial, pois se tornava cada vez mais notável que o trabalhador industrial tradicional estava sendo substituído por um novo tipo, que Peter Drucker (2006) chamou de “trabalhador do conhecimento”. Este funcionário trata-se agora de alguém que precisava aliar o trabalho manual com o saber teórico, o que fundaria o surgimento de uma era da informação. Com isso, Drucker (2006) rememora que um dos grandes marcos pós-guerra foi o regresso dos soldados dos campos de batalhas para colocações imediatas em alguma universidade, como garantia de conseguirem empregos mais seguros. E este teria sido um dos emblemáticos fatos de um movimento de elevação do conhecimento a um patamar de valor maior que o trabalho simplesmente operacional, o que o tornaria como um recurso essencial para a economia. A partir disso, a sociedade passou a experimentar um processo de reorganização e redefinição dos valores que constituíam suas estruturas econômicas e sociais, apontado por Drucker no fato de que: “As indústrias que se mudaram para o centro da economia nos últimos 40 anos têm como seu negócio a produção e distribuição de conhecimento e informação, ao invés da produção e distribuição de objetos.” (1994, p. 166, tradução nossa)⁴⁶.

A nova era da informação fica ainda mais acentuada pelo rápido crescimento de conteúdos que passaram a ser produzidos, distribuídos e negociados através da mediação da informática no final do século XX. Os benefícios trazidos com os avanços técnicos no campo econômico impulsionaram o movimento de virtualização da informação e comunicação em diversos setores da sociedade, alterando em grande medida a organização do trabalho e rearranjando o ciclo de produção do capitalismo contemporâneo. O conjunto de tecnologias que surgiram a partir deste período consolidaram a importância da informação como capital, caracterizada sobretudo pela digitalização das coisas. E por meio da codificação em sinais computacionais, as mercadorias digitalizadas puderam trafegar por uma nova forma de transporte que, embora conte com uma parte material – chips, metais, transistores etc. –, carrega em sua capacidade de processamento e transferência uma nova noção espaçotemporal das relações de trabalho e do processo produtivo.

⁴⁶ No original: The industries that have moved into the centre of the economy in the last 40 years have as their business the production and distribution of knowledge and information rather than the production and distribution of objects.

Shoshana Zuboff (1982) defende que o marco importante da transformação no cenário contemporâneo foi a mediação por computador, que, para além da mecanização e automação das atividades laborais, trouxe também como objetivo a simplificação ou substituição do corpo humano como era comum nas esferas de produção das gerações técnicas anteriores. Zuboff entende que as novas tecnologias, além de realizarem as ações que as máquinas anteriormente faziam, possuem também o diferencial de produzir informação para o sistema de que fazem parte. E esta nova atividade econômica da era moderna pós-industrial reforça a ideia de que o capitalismo vive ainda mais fortemente, nos dias de hoje, a sua fase informacional, cuja lógica de acumulação é fundada principalmente na volumosa produção global de dados (*big data*).

Tomando como referência que um dado diz respeito a uma mínima forma de registro de um atributo, ente, objeto ou fenômeno, estamos nos referindo à computabilização de quase tudo que diz respeito à vida social, em cujo trabalho estão envolvidos diferentes atores humanos e não-humanos (como sensores que produzem, captam e processam informações). Governos, instituições não governamentais e empresas de diversas partes do mundo acentuaram ainda suas participações nesse processo, contribuindo para geração de desmesurados volumes de dados. E mesmo nós e nossas experiências passaram a ser traduzidas em linguagem informática⁴⁷, suscetíveis também a processamentos matemáticos chamados de algoritmos⁴⁸.

Nesse novo cenário sociotécnico, cujos insumos fundamentais são os dados e no qual o capitalismo põe em prática renovadas capacidades de acumulação, ascendem também novas formas de relacionamento social, às quais estão associadas lógicas novas de exercício da autoridade e de controle. Nesse sentido é possível resgatar, mesmo diante de outro contexto, o pensamento de Herbert Marcuse (1973): em meio à condição da nova racionalidade (ou irracionalidade) tecnológica, normalmente reside o interesse pela hegemonia. De forma que, na medida em que a sociedade industrial organizou a sua base técnica, é possível se instaurar a dominação dos diversos âmbitos da vida, perpassando a possibilidade de um cenário totalitário, afinal “não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não-terrorista que opera através da manipulação das

⁴⁷ A linguagem informática é constituída por uma sequência de 0 e 1 (dados binários) e baseada em uma lógica matemática na combinação desses valores que também podem ser chamados de bits (FRAGOMENI, 1986).

⁴⁸ Os algoritmos são conjuntos de procedimentos ou uma sequência de tarefas para se obter um cálculo específico ou resultado, como as etapas necessárias para calcule algo. Além disso, incorporam e processam elementos do mundo por meio de substratos matemáticos para reproduzir seus resultados de maneira culturalmente inteligível (FINN, 2017).

necessidades por interesses adquiridos.” (MARCUSE, 1973, p. 24-25). Fato que perpassa o controle do discurso, da ação e da cultura material e intelectual na sociedade da informação.

O capitalismo no novo regime de informação é guiado por uma lógica emergente de acumulação de riqueza que tem os dados como principal insumo. Desta forma, a realidade contemporânea revela de maneira clara a capacidade informacional que as redes possuem com o surgimento de ferramentas capazes de sondar os perfis dos usuários e converter estes dados levantados através de serviços, até então “gratuitos”, que podem ser posteriormente formatados em produtos para venda. Com isso, podemos tomar o *big data* como uma das consequências mais expressivas do capitalismo informacional, pois ele tem tido um papel estratégico sobre a vida dos diferentes atores sociais (individuais, organizacionais e institucionais), independente do lugar que cada um assume na produção, comercialização, consumo, distribuição, recuperação e processamento dos dados. É a partir da abordagem sobre esta nova realidade, em que os dados deixam de ser vistos apenas como agências ou efeitos da capacidade tecnológica, que Zuboff (2018, p. 18) deriva o conceito para o que será chamado de “capitalismo de vigilância”. Afinal, os dados dos usuários são capturados (com ou sem consentimento) por dispositivos governamentais e plataformas de grandes empresas, cuja conexão às redes digitais é condição fundamental para o empreendimento capitalista que transforma essa presença em ativos de vigilância.

O monitoramento e acompanhamento do comportamento e das atividades das pessoas passaram a ser atividades regulares no cenário das tecnologias digitais, sobretudo, em 2001, com as novas políticas de vigilância estabelecidas pelo governo dos Estados Unidos em resposta ao episódio terrorista de ataques às Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center de Nova Iorque. A partir do ocorrido, houve um aumento na interceptação de informações sobre pessoas e organizações em grande parte fundamentada pelo governo estadunidense, que passou a permitir a sondagem em maior grau de potenciais ameaças ao país, à medida que a preocupação com a segurança nacional se tornou prioridade mesmo que custasse em algum grau a liberdade das pessoas.⁴⁹ A partir desse período, pôde ser percebido um “vigoroso fortalecimento resultante do poder executivo e o subsequente enfraquecimento dos direitos humanos e do Estado de Direito.” (TSOUKALA, 2008, p. 49, tradução nossa)⁵⁰. No

⁴⁹ Cf. BUARQUE, Daniel. Após 11/9, EUA trocaram liberdade por segurança, diz pesquisador. **G1**, São Paulo, 27 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 15 jul. 2020.

⁵⁰ No original: [...] brisk strengthening of the executive power and the subsequent weakening of human rights and the rule of law.

final, estas práticas bastante influenciadas pelos argumentos usados pelos líderes políticos dos Estados Unidos e europeus acabaram influenciando uma postura vigilante no panorama mundial, de maneira que podemos pontuar o período como o início de novas perspectivas sobre os direitos à privacidade.

De forma direta ou indireta, as pessoas acabam renunciando à privacidade neste novo regime de informação quando entregam seus dados pessoais em troca dos “benefícios” oferecidos pelas empresas de tecnologia. E esta condição é muitas vezes relativizada em importância, porque embora sejam capturados detalhes até bastante íntimos dos indivíduos, o aparente sigilo exercido pelas empresas sobre estas informações minimiza alguma preocupação sobre o compartilhamento delas, uma vez que não importa a qualidade dos conteúdos (precisas ou imprecisas sobre a intimidade de alguém), pois a lógica está contida na quantidade obtida. Com isso, as organizações privadas, como Alphabet (Google e YouTube), Amazon (e suas subsidiárias), Facebook (incluindo Instagram e WhatsApp), Netflix, Twitter e tantas outras, com seus bilhões de usuários, têm não só grandes oportunidades de negócios, mas também a possibilidade de exercer a vigilância, o controle e o poder como nunca tiveram antes.

Nesse ambiente, cada comentário, acesso, clique ou mera visualização de conteúdos é indexado por websites, provedores, empresas de telefonia celular, sistemas operacionais, navegadores e uma série de outros intermediários, que podem utilizar essas informações para fins econômicos, políticos ou pessoais. (BEZERRA *et al.*, 2019, p. 39).

Apesar do adjetivo “grande”, *big data*, portanto, não é formado apenas pelos dados produzidos pelos governos ou pelas grandes empresas. Para ele contribuem também os dados que resultam das pequenas ações e discursos que os bilhões de indivíduos em todo o mundo realizam e produzem cotidianamente ao usarem as plataformas digitais. Instados a não se desconectarem em nenhum momento de suas vidas, os usuários vão transformando as suas interações, com outros usuários e com os dispositivos, em um volumoso conjunto que Zuboff (2018) chama de *small data*. Para as empresas, entretanto, todos esses pequenos dados, que formam uma espécie de *data exhaust* – como se fossem resíduos deixados para trás pelos usuários –, são fundamentais para a base do modelo de negócios que as sustenta.

É sobre esses dados, dos quais no geral o público ignora seu valor mercantil, que o capitalismo de vigilância prospera, na medida em que eles “são adquiridos, tornados abstratos, agregados, analisados, embalados, vendidos, analisados mais e mais e vendidos novamente.” (ZUBOFF, 2018, p. 31-32). O diretor de tecnologia da Electronic Frontier Foundation Chris Palmer sintetiza a política que está por trás da monetização do *small data* em benefício das

corporações: “Recebemos um serviço gratuito, e o custo são informações sobre nós mesmos. E o Google e o Facebook transformam essas informações em dinheiro de forma bastante direta.” (PARISER, 2012, p. 12). Ao se utilizarem dos dados dos usuários como matéria-prima de seus negócios, as empresas os submetem à análise com seus algoritmos. Um dos resultados mais potentes desse trabalho é o conhecimento detalhado de cada usuário, a partir do qual são possíveis a personalização e a segmentação da publicidade, vendida para diversas companhias frequentemente por meio de leilões promovidos por ferramentas de micromarketing⁵¹.

A própria forma como se dispõe este novo regime de informação potencializa o processo de produção, extração e análise de dados de modo a estabelecer e viabilizar contínuas estratégias para monetização e lucro sobre a experiência cotidiana. Zuboff (2018) enfatiza neste sentido que o termo “extração” é bastante preciso para a condição oferecida pela ambiência da rede, onde ocorrem capturas unidirecionais das informações sobre os usuários e, na maioria das vezes, sem consentimento, real consciência ou diálogo. As novas mediações técnicas feitas pelos computadores permitem a observação sobre ações e comportamentos da sociedade que anteriormente não eram possíveis de ser visibilizados, sendo rastreáveis agora a partir de todo o aparato de monitoramento montado. Com isso, o capitalismo de vigilância se mostra claramente pautado em um tipo de mercadoria cuja lógica de acumulação informacional paira sobre os indivíduos e suas práticas sócio-discursivas na internet. A mudança do comportamento humano é então o grande objetivo a ser alcançado para mercantilização e controle, uma vez que através da análise do *big data* é criado um potencial efeito imediato em torno das tomadas de decisão feitas pelas pessoas sobre suas vidas.

A discussão acerca de vigilância abordada nos estudos de Michel Foucault (1987) tange a realidade deste regime de informação a partir da observação sobre as novas possibilidades de subjugação por meio de mecanismos de extração e controle capazes de antecipar comportamentos, condicionando com isso um tipo de automatização. E toda esta regulamentação acaba não se restringindo apenas ao trabalho e ao mercado, mas perpassa toda a esfera social dos indivíduos, algo que Foucault nos situará em referência à ideia de uma sociedade disciplinar. Nesta percepção do universo social foucaultiano, o poder disciplinar se instaura de modo que as almas e os corpos são subjugados por regulamentos que prescrevem

⁵¹ Concebido desde a década de 1990, o micromarketing é uma das estratégias existentes do campo da publicidade, que enfatiza a tática de personalização de mensagens para consumidores segmentados. Um dos grandes exemplos de ferramentas baseadas nestes princípios é o Google Adwords, que analisa uma enorme quantidade de dados de usuários para ofertar a publicidade on-line certa para um público preciso (ZUBOFF, 2018).

os gestos de cada atividade. A mediação por computador passa a ser um ponto que determina todas as coisas como um mecanismo de dominação. Por isso, chamará de sociedade disciplinar os grupos que são regidos por uma espécie de biopoder, que são as técnicas para obter a sujeição por meio de controle dos corpos. Ainda para Foucault (1988), toda esta construção é parte do projeto capitalista, a fim de permitir o avanço positivista.

Gilles Deleuze retoma o conceito “disciplinar” e avança com o pressuposto da emergência de um novo mecanismo de vigilância, que tem como esfera do poder outra lógica: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.” (1992, p. 216). Ainda para Deleuze, esta “sociedade do controle” foi pensada a partir da Revolução Comportamental (1960), quando a busca por maior autonomia por parte de diversos movimentos sociais surgiu no Ocidente. Com isso, ocorre uma atualização do sistema capitalista que, mediante as duras críticas recebidas ao longo do século XX, reestruturou o poder disciplinar para a esfera do controle. Juntamente com estas questões, foi pensada também toda a informatização das atividades de trabalho, e neste aspecto começam a ser suscitadas diversas discussões acerca da mecanização contra a criatividade. Com isso, Deleuze argumenta que as tecnologias também permearão o poder na esfera social, em que a técnica será utilizada não mais apenas para uma lógica de produção, mas também voltada ao consumo. Os sujeitos, portanto, não devem mais se preocupar em “ser”, mas com o “poder ser”, pois enquanto na “sociedade disciplinar” há uma regulação através de palavras de ordem, na realidade do “controle” este mesmo dever fica presente na lógica, mas de forma sutil, sob forma de controle-estimulação (DELEUZE, 1992).

De acordo com Deleuze, podemos observar que se o poder outrora estava bastante relacionado com a propriedade dos meios de produção, neste novo regime agora tem a ver com os meios de modificação comportamental. E a partir da lógica do capitalismo de vigilância, isso é feito com base na perspectiva de que não há indivíduos, mas um grande organismo mundial, em que estaríamos suscetíveis a um vigia diferente da personagem orwelliana chamada de Big Brother⁵², contudo por um “outro” que Zuboff (2018, p. 44) chama de “*Big Other*”. O termo é uma tentativa de descrever a atual tendência tecnológica de viabilizar a produção e manutenção de dados sobre os indivíduos para diversas agências das quais as identificações, os interesses e

⁵² Trata-se de uma das personagens fictícias mais influentes no século XX pertencente ao livro chamado *1984*, do romancista inglês George Orwell. A obra retrata um contexto distópico de sociedade, em que os cidadãos estão sob constante vigilância mediante a diversos dispositivos técnicos, através dos quais são lembrados frequentemente de estarem sujeitos a autoridade de um líder chamado Big Brother. Cf. ORWELL, George. 1984. Companhia das Letras: São Paulo 2019.

os usos são ocultados pela infraestrutura técnica e legal desse regime de informação. Com isso, a expressão “other” (outro) representa não apenas um ator, mas os múltiplos presentes na cadeia de produção de informação – o que talvez fosse mais bem traduzido na palavra “others” (outros) – e ao mesmo tempo diz respeito à dimensão que o capitalismo contemporâneo possui de um sistema de poder descentralizado, cuja governabilidade torna-se meramente administrar, gerenciar, mas sem de fato liderar. Este novo modo de governo se deve especialmente às tecnologias da informação e comunicação, que distribuem a capacidade de processamento em múltiplas agências (HARARI, 2016).

Neste contexto em que parece ser possivelmente difícil desvencilhar-se da vigilância, Sandra Braman (2006) evoca o conceito *panspectron* baseado no modelo pan-óptico⁵³, bastante utilizado nos estudos de Foucault, para descrever o contexto do atual regime de informação cuja arquitetura é atualizada e adequada ao contexto do *big data*. O padrão de vigilância contemporâneo não tem como foco os corpos acucados por um tipo de observador central, de modo que o objetivo não é mais o indivíduo particular, mas os dados sobre estes para que assim sejam previstas as suas ações, oferecidas as recompensas e aplicadas as punições como resposta altamente personalizada. O *panspectron* é um mecanismo de controle com recursos adicionais capazes de gerenciar em níveis bem próximos a totalidade dos atores em rede e isso é feito através de pelo menos duas táticas de vigilância principais: uma baseada na estratégia de ocultar dos cidadãos as informações que seriam de seu interesse através da transparência, isto é, do *overload* (sobrecarga) de conteúdos disponibilizados e com isso alguns assuntos específicos tornam-se invisibilizados; e outra baseada na imprecisão de nunca se saber quando, como ou por que alguém pode se tornar visível na tela *panspectral*, isto é, de alguma tecnologia digital.

Bastante inspirado na segunda operação de vigilância do *panspectron*, Didier Bigo postulou o termo “*ban-opticon*”, uma segunda variação sobre o tema que traz como combinação a aglutinação das palavras “*ban*” (banimento) descrito por Giorgio Agamben, e “*opticon*”, ou seja, ‘ótica’, conforme utilizado por Foucault. O modelo *ban-opticon* diz respeito a um regime de exceção e exclusão que seria viabilizado pelas tecnologias de controle da informação a partir das práticas de isolamento e rejeição, estas muitas vezes aplicadas a “qualquer cidadão que não corresponda à imagem social a priori que alguém tem de sua

⁵³ O projeto arquitetônico criado pelo jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, chamado de pan-óptico descreve como deveria ser a construção de uma penitenciária ideal, com objetivo de permitir que um único vigilante pudesse observar os prisioneiros, sem que estes tivessem a dimensão de estarem sendo observados ou não. Séculos mais tarde, Michel Foucault (1987) revisita o conceito, ampliando-o para estudar os problemas acerca da penalidade ao longo da história da sociedade moderna.

identidade nacional (por exemplo, filhos de imigrantes de primeira geração, grupos minoritários).” (BIGO, 2008, p. 19, tradução nossa)⁵⁴. E este movimento teria se formado a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, à medida que passaram a ser rejeitados alguns estereótipos estrangeiros devido ao medo instaurado na população e a criação midiática de uma paranoia. Diferente da condição foucaultiana de vigilância baseada na disciplina, o *ban-opticon* mostra-se mais conectado com o tema da insegurança em relação ao outro, embora se possa aferir que a própria sensação de insegurança suscita comportamentos, que podem ser convertidos em ações disciplinares.

A maior parte das observações sobre este novo regime de informação conduz para a percepção cada vez maior do condicionamento social aos moldes de uma subjetivação subalterna, seja pela promessa de segurança que os dispositivos oferecem aos problemas sociais ou mesmo do desarranjo causado pela insegurança, em que seria necessária a vigilância contínua, como forma de garantir a “proteção” necessária contra acontecimentos imprevisíveis, resultando com isso em indivíduos condicionados a planos pan-ópticos de si mesmos. É neste sentido que Jonathan Crary (2016) postula diversas críticas a esta força homogeneizadora e controladora do capitalismo contemporâneo, que se mostra cada vez mais comprometida com o aprimoramento da produção e do consumo, sendo:

[...] incompatível com qualquer estrutura inerente de diferenciação: sagrado-profano, carnaval-dia útil, natureza-cultura, máquina-organismo e por aí vai. Assim, tornam-se inaceitáveis quaisquer reminiscências do sono como algo de certa forma ‘natural’.
(CRARY, 2016, p. 22).

Ao elaborar a ideia de vivenciarmos um período lardeado pela lógica 24/7 (24 horas por dia, sete dias da semana em atividades), Crary (2016) defende que, embora as tecnologias tenham trazido consigo os pressupostos de solução, produziram alguns paradoxos, pois ao mesmo tempo que conquistamos liberdade com a facilidade oferecida em muitas esferas, ficamos aprisionados aos controles de uma maior submissão às rotinas lógicas dos dispositivos técnicos. Existe, portanto, uma ilusão da autonomia no consumo uma vez que os aparelhos tecnológicos conferem a noção de que conseguimos organizar melhor nossas tarefas do dia a dia, estendendo assim nosso campo de atuação mental. Contudo, isso refletirá na condição de constante acesso mediado com a própria vida, de modo que: “Submeter-se a esse arranjo se

⁵⁴ No original: [...] any citizen who does not correspond to the a priori social image that one holds of his national identity (e.g. the children of first-generation immigrants, minority groups).

torna quase irresistível devido ao temor do fracasso social e econômico – medo de ficar para trás, de ser considerado antiquado.” (CRARY, 2016, p. 54).

Diante das novas formas de condicionamento provocados na contemporaneidade, Yuval Harari (2016) discute em seus trabalhos justamente esta emergente tendência social em direção ao uso e à dependência cada vez maior da datificação das coisas. À capacidade que as tecnologias de comunicação e informação dispõem de processar os dados da realidade e dados comportamentais humanos em uma escala estratosférica como meios para auxiliar nas tomadas de decisão, gerando uma espécie de idolatria da informação, Harari chama de “dataísmo”. A nova religião funda-se nas crenças desenvolvidas em torno do entendimento de que “o Universo consiste num fluxo de dados e o valor de qualquer fenômeno ou entidade é determinado por sua contribuição ao processamento de dados.” (HARARI, 2016, p. 321). Ainda segundo esta visão, não teríamos como lidar com o tamanho do volume informacional, portanto, é imperativo confiar aos algoritmos esta competência.

A informática surge no novo regime como uma nova alternativa para realização de aspirações com base na segurança de respostas precisamente elaboradas e processadas. Esta dependência criada para utilização destas ferramentas faria parte do projeto de vigilância deste regime, à medida que são essenciais (as ferramentas) para uma vida mais eficaz. Com isso, o *big data*, para Harari, pode se tornar a nova religião do século XXI, uma vez que, através desta, o *homo sapiens*, com suas limitações, perde sua posição central para as tecnologias. Estas são muito mais eficazes em processar volumosos conjuntos de dados que vão produzir as informações e gerar os conhecimentos e a sabedoria necessárias à solução dos problemas da vida. A maior virtude desta religiosidade dos dados é tornar possível a liberdade de informação, pois esta passa a ser vista como o maior bem de todos.⁵⁵ Afinal parte-se do pressuposto de buscar a adesão de conexão de todas as coisas a um sistema, por meio das mídias para maximizar a produção e consumo dos fluxos de dados.

⁵⁵ Tamanha característica é bastante trabalhada no filme *O Círculo* (*The Circle*, título original), adaptação do romance de mesmo nome de Dave Eggers, que narra a história da jovem Mae Holland (Emma Watson), recém-contratada pela empresa de tecnologia e mídia social liderada pelo CEO Bailey (Tom Hanks). A trama narra a imersão de Mae na utilização das inovações da companhia, que aceita a participar do projeto *SeeChange*, um dos produtos que envolve usar uma pequena câmera, do tamanho de um broche, e expor a vida ao mundo de forma pública e ininterrupta. Ao apresentar o produto durante um evento, surge um interessante diálogo entre as personagens Bailey e Mae, em que é enfatizado que ao não compartilhar nossas experiências, estaríamos privando e roubando das outras pessoas o conhecimento sobre possíveis acontecimentos da vida e isso iria de encontro com um dos direitos básicos humanos: a informação. Cf. Direção: James Ponsoldt. Estados Unidos; Emirados Árabes Unidos: EuropaCorp, 2017. 1 vídeo (110 min). Disponível em: <https://tv.apple.com>. Acesso em: 1 jun. 2020.

Ainda parecem estar em aberto quais serão os próximos passos das transformações sociopolíticas em torno do contemporâneo regime de informação lardeado pelas práticas de um capitalismo de vigilância. O que a realidade das políticas de informação herdadas no século XX revela é que o surgimento da internet e a sua proposta de maior abertura democrática consolidaram a participação de múltiplos atores na construção do conhecimento, além de contar com a maior participação social na formulação das diretrizes que sustentam os interesses coletivos. Contudo, é bastante peremptório também observar a captura financeira destes ideais, de modo que a informatização da vida social passa a servir como fonte para os negócios do capitalismo. Há com isso uma tensão no cenário contemporâneo entre a ideia originária de liberdade da internet e a intenção mercadológica por parte de grandes corporações e governos. Neste sentido, entender o meio social diante do papel ocupado pelas tecnologias da informação e comunicação como infraestruturas da vida cotidiana é de fundamental importância. Faz-se necessário, assim, um olhar atento à constituição de comunidades inteiras de usuários reunidos através de redes sociais digitais, levando em conta os condicionamentos e estímulos presentes nas práticas de interação na internet, por onde se instaura um novo tipo de sociabilidade.

3 SISTEMAS DE FILTRAGEM DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

3.1 Agentes inteligentes de gerenciamento de informações

3.1.1 Seleção de conteúdos na ecologia informacional

Entre a gama de opções e configurações disponíveis nos sites de redes sociais para interação entre pessoas, encontram-se algumas que funcionam como agentes inteligentes para gerenciamento de informações. E estas ferramentas existem seja para dar conta do volume informacional disponível nas plataformas on-line ou mesmo administrar o capital social produzido e presente nas interações entre usuários. Estamos falando, portanto, de verdadeiras máquinas algorítmicas de tratamento de conteúdos, auxiliando na pesquisa, na ordenação e na filtragem de conexões e interesses informacionais. Estes agentes têm sido utilizados como importantes recursos para lidar com os desafios de trabalhar com uma volumosa quantidade de dados para fins de sociabilidade muito superior às que a capacidade humana poderia dar conta. Portanto, trataremos de algumas definições importantes destes agentes, especialmente dos que funcionam baseados em filtros de conteúdo, considerados na discussão da atual realidade como elementos de crucial importância para tratar de sociabilidade na internet, uma vez que oferecem uma nova maneira de os indivíduos perceberem e interagirem com o mundo social.

Com intuito de explorar mais detalhadamente o universo técnico em que as novas formas de interação ocorrem, trataremos neste capítulo sobre as lógicas informacionais por detrás das mídias digitais, que se apresentam na forma de sites de redes sociais. Sendo assim, para se chegar a esta finalidade, assumiremos o clássico entendimento do campo da Ciência da Informação de estarmos lidando com um problema complexo, pertencente a uma verdadeira “ecologia informacional” cujo conceito visa a compreender os variados processos sociais e actantes responsáveis por produzir e distribuir informações (SARACEVIC, 1996). E isso inclui também os próprios sistemas e mecanismos maquínicos de coleta, seleção, editoração, julgamento, avaliação, publicação etc. de conteúdos, sendo estes componentes um ponto de interesse que se pretende ponderar nesta parte em um nível mais aprofundado. Com isso, visamos compreender os padrões de tratamento informacional propostos pelo que pode ser chamado de cadeia ecológica informacional. Neste sentido, destacaremos as funções de filtragem de informação que operam como agentes inteligentes para gerenciamento do imensurável volume de dados disponibilizados aos usuários, além de auxílio nas interações realizadas através dos sites de redes sociais.

A invenção da imprensa, em plena Renascença, tem um papel fundamental para a consolidação da ciência moderna, a partir da qual a produção e a comunicação do conhecimento cresceram em uma dimensão sem precedentes na história humana. E como resultantes destes processos históricos, surgiram as primeiras instituições e serviços especializados de informação modernos – a exemplo das bibliotecas conforme conhecemos hoje –, assim como foi sendo formada uma grande massa de usuários destes instrumentos, além de elaborados sistemas e mecanismos próprios de seleção e tratamento de conteúdos. Tais recursos tinham como objetivo dar conta da explosão informacional de então. Todo este conjunto de elementos compõe uma verdadeira ecologia informacional e, conforme defende Tefko Saracevic, trata-se do resultado de uma complexa relação sócio-ecológica aos moldes do conceito elaborado pelo campo da Biologia, que envolve em termos práticos:

[...] os produtores de conhecimento (autores, inventores, pesquisadores, coletores...) e as instituições onde trabalham ou residem; os financiadores dessas instituições e trabalhos; os editores (em qualquer *media*), incluindo seus próprios mecanismos de seleção, editoração, julgamento, avaliação, publicação...; os canais de divulgação; os *reelaboradores* (por exemplo, produtores de bases de dados, em qualquer *media* também) incluindo seus mecanismos próprios de seleção, tratamento, disseminação...; as bibliotecas e serviços de informação, também com seus mecanismos; os usuários e suas instituições [...] (1996, p. 58, grifo do autor).

Embora a tecnologia possua um papel preponderante para o funcionamento e aperfeiçoamento das formas de lidar com a informação, é preciso lembrar que a ecologia informacional tem sempre o meio social e os fatores fundamentais derivados deste, como por exemplo: a economia, a política, a cultura, a educação etc. Pode-se dizer, com isso, que são vários os atores que produzem, fazem uso e liberam informações na sociedade contemporânea e cada qual com um ponto de vista singular e sob interesses próprios. O bibliotecário seria então, para o campo da biblioteconomia, a personificação de um dos atores primordiais no aspecto informacional, responsável pela ação de gerenciar as informações a serem disponibilizadas para a sociedade. Em sua atividade de seleção de conteúdos, este agente decide se uma obra será incorporada a um acervo, sob a postura de fornecer acesso aberto aos conteúdos para os membros de sua comunidade (ROSENBERG, 2001). Cabendo-lhe ainda a possibilidade de exercer um lado censor, que, ao contrário, poderia conferir justificativas consideradas legítimas ou não para retirada de determinadas informações de circulação e, assim, dificultar o acesso público (ASHEIM, 1953).

Por outro lado, é preciso ressaltar que a função de gerenciador de conteúdos está presente também nas mãos de outras figuras públicas, como a dos editores de jornais e jornalistas de um modo geral, que, por ofício de suas profissões, fornecem um serviço que

resulta da seleção da informação que consideram mais interessante para seus públicos, sejam eles leitores de revistas e jornais, ouvintes de rádio ou espectadores de TV. Foi a partir da pesquisa sobre o processo por trás da escolha das notícias publicadas em um jornal que David White (1993) cunhou o termo “*gatekeeper*”. Com ele, o sociólogo estadunidense associou o editor de um jornal – que ele chamou genericamente de Mr. Gates – ao guardião de um portão. Na verdade, o editor era apenas o último de um conjunto de vários “portões” anteriores, ou outros jornalistas, ocupados com a tarefa de transformar acontecimentos em notícias. Mr. Gates era a derradeira cancela à qual chegava uma avalanche de conteúdos produzidos por três agências de notícias. Submetidos aos critérios subjetivos do editor, apenas uma parte, entretanto, ganharia as páginas do jornal no dia seguinte. Na verdade, é possível estender o papel de “filtro” dos guardiões dos portões também a outros produtos culturais da comunicação de massa (livros, filmes, músicas...), que, para chegarem ao público, são submetidos a tomadas de decisão muitas vezes baseadas nos “feelings” dos *gatekeepers*.

No âmbito governamental, é possível ainda controlar e restringir o fluxo de informações em uma dimensão bastante superior por meio de censura formal ou informal. E esta condição de um maior poder sobre os dados e fatos públicos fica bastante visível após a Primeira Grande Guerra Mundial. Neste aspecto, as figuras do assessor de imprensa e do relações-públicas serão preponderantes na discussão da seleção de informações, uma vez que os ofícios surgem como agentes mediadores entre seus clientes e os jornalistas, aos quais repassavam os posicionamentos oficiais de empresas, atores públicos e governos (SCHUDSON, 2010). A exemplo disso, o presidente estadunidense Theodore Roosevelt, sendo o primeiro a criar uma sala de imprensa na Casa Branca, contratou para si um quadro técnico de profissionais responsáveis pelas conversações com a imprensa para divulgação de projetos, notícias da situação do país e diálogo com os públicos externos. A criação deste novo departamento governamental acabou repercutindo negativamente entre repórteres, que passaram a ter dificuldade de chegar a determinadas informações com o surgimento deste novo agente de comunicação, evocando até ponderações sobre os prejuízos à liberdade de imprensa na época.

De forma semelhante às exposições anteriores, a operação de seleção de informações se faz presente também nas comunidades científicas, a partir das quais são estabelecidos os critérios definidores do conhecimento que chegará ao público. Nesta perspectiva, um dos principais conceitos empregados para discussão é o de “paradigmas”, fundamentado por Thomas Kuhn ao investigar de que maneira as ciências se desenvolvem em sua prática, funcionamento e através de mecanismos na solução dos problemas propostos pela humanidade. Uma de suas grandes contribuições é contestar o progresso do campo científico não mais pela

ideia de acumulação ou progressiva refutação de hipóteses até a irrefutabilidade, nos moldes do princípio de falseabilidade popperiana⁵⁶, mas pela incorporação ou abandono de “modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (KUHN, 1998, p. 30), adotados pela comunidade de uma época como base para o desenvolvimento intelectual. Assim seria possível pensar que, em muitos casos, os critérios de seleção do conhecimento se pautem não apenas pela busca de uma “verdade”, mas pela validação da confiança do modelo científico do qual se partiu a investigação, estabelecendo um certo filtro do que seria admitido pela academia ou não.

Contemporaneamente, as reflexões sobre os usos informacionais não estão mais restritas a analisar os agentes de conteúdo no meio social, mas se debruçam, principalmente, sob a égide do atual consumo de informações, em que a nossa capacidade de entendê-las e controlá-las tem sido a cada dia superada. Tornou-se, então, preponderante pensar também sobre as implicações filosóficas sucedidas pela revolução tecnológica na sociedade e até que ponto estaríamos preparados para lidar com os novos desafios sociais, econômicos e morais com ferramentas que lidam com informações muitas vezes utilizadas sem as devidas reflexões críticas (SMITH, 1997). Portanto, não se trata apenas de uma questão de acesso ou não, mas de discutir a própria capacidade humana de apreensão dos conteúdos mediante o potencial de consumo oferecido pelas mídias eletrônicas e digitais. É em meio a este cenário que se discute os recursos de filtragem de informação na internet, “tipicamente projetados para classificar grandes volumes de informações geradas dinamicamente e apresentar ao usuário fontes de informação que provavelmente satisfaçam sua exigência de informação” (OARD, 1997, p. 141, tradução nossa)⁵⁷, concebidos como alternativas para ajudar os usuários, que correm cada vez mais o risco de ficarem sobrecarregados dos fluxos com os quais precisam lidar.

Com a excessiva produção de informações disponibilizadas na rede a partir dos anos 1990, tornou-se comum a presença de diversas ferramentas para auxílio no gerenciamento de informações. André Lemos chama estes mecanismos de agentes inteligentes e, embora fossem bastante rudimentares em seu início, seu funcionamento foi cada vez mais sendo aperfeiçoado com base na aprendizagem de inteligências artificiais sobre os hábitos, interesses e costumes de uma pessoa. E a partir destes registros, torna-se possível a tarefa de encontrar e realizar a

⁵⁶ Para o filósofo austro-britânico Karl Popper (1992), uma hipótese poder ser classificada como verdadeira ou falsa a partir de sua refutabilidade (ou falseabilidade). Ao resistir ao teste de refutação pela experiência, a hipótese poderia ser, então, considerada comprovada.

⁵⁷ No original: [...] typically designed to sort through large volumes of dynamically generated information and present the user with sources of information that are likely to satisfy his or her information requirement.

triagem de conteúdos, que podem ser considerados como mais relevantes ou não para um usuário (LEMOS, 2010). Sendo assim, as opções de tratamento informacional disponibilizadas especialmente nos sites de redes sociais podem servir como seleção, filtros, guias ou monitores de conteúdos e, a partir destas funções, fundam uma nova maneira de interação no trabalho de manipulação de dados, que até então era disposta na condição direta homem-máquina.

Estamos tratando, portanto, de um tipo de mediação da interatividade, tornando o contato do usuário de forma ainda mais indireta com o universo informacional. Contudo, é importante não deixar de considerar que, mesmo com o trabalho do *gatekeeper* humano, a experiência do leitor com a realidade (ou com os acontecimentos transformados em notícias) é totalmente mediada. O acesso a diversos conteúdos (conhecimento) disponibilizados para a sociedade – seja pelo jornalista, relações-públicas, editor de livros, bibliotecário, professor etc. – também é resultado de um trabalho de escolha e seleção, ou seja, de mediação. A diferença em relação aos *gatekeepers* algorítmicos seria em relação à quantidade de dados e à velocidade de processamento.

Ao trazermos para discussão um mecanismo de seleção de conteúdos presente na ecologia informacional contemporânea, assumimos que estas ferramentas substituem ou complementam a atividade do especialista humano, antes os únicos credenciados a lidar com o tratamento informacional (GILLESPIE, 2014). De qualquer forma, não se pode perder de vista a necessidade de levar em conta seus aspectos técnicos, no que diz respeito às atuais capacidades tecnológicas existentes, assim como a dimensão social permanentemente presente nas tensões entre os vários atores envolvidos na determinação destes novos usos informativos. Afinal, à medida que os agentes inteligentes facilitam o trabalho de administração de conteúdos por nós, são também cada vez mais questionadas as possíveis consequências que poderiam trazer para a experiência humana de contato com as informações diante da reconfiguração da realidade, até então presente na internet, e ter sido pensado como um espaço livre, democrático e aberto para o acesso de conteúdos. E para entender estes aspectos, optamos por observar as lógicas por detrás destas ferramentas, a partir das origens técnicas destes mecanismos, além de também debater a condição sociocultural que passa a ser construída com base na computação e modelização das interações sociais por algoritmos, como serão propostos adiante.

3.1.2 Origens, componentes e definições do tratamento de informações

Os protótipos para operações baseadas em filtragem de informação (FI) foram pensados na origem da história da informática e bem antes do embrionário projeto da internet na década

de 1970, com a elaboração dos protocolos iniciais de comunicação⁵⁸ entre dois *hosts* ou computadores conectados. A partir da iniciativa governamental estadunidense de criação de uma rede militar e acadêmica de computadores, foram interligados pela primeira vez na história quatro pontos de laboratórios de informática na Costa Oeste americana.⁵⁹ E o que dificultava a ampliação deste empreendimento era o fato de os equipamentos utilizados serem bastante distintos, exigindo com isso a necessidade da concepção de um protocolo que padronizasse a comunicação entre o maquinário eletrônico (CASTELLS, 2003). Foi então criado em 1971 o Network Control Protocol – NCP (Protocolo de Controle de Rede), a primeira padronização de comunicação entre computadores do tipo servidor a servidor e que passou a integrar mais tarde a Advanced Research Projects Agency Network – Arpanet. Com a possibilidade agora de expandir o projeto e construir mais conexões entre instituições governamentais para estimular a pesquisa científica em computação interativa, vários pesquisadores foram chamados para pensar em novas formas de aperfeiçoar o NCP, pois, à medida que outras máquinas foram sendo adicionadas na mesma rede, seriam necessárias soluções tecnológicas mais sofisticadas.

Devido às limitações técnicas que o modelo pioneiro apresentava, a partir de 1973, outro padrão de protocolo passou a ser idealizado. Surge então o Transmission Control Program – TCP (Programa de Controle de Transmissão), com a capacidade de tratar os dados de maneira diferente, quebrando-os em pacotes (MAIA, 2013). Muito embora o TCP realizasse bem a tarefa de transferências de informações, não conseguia lidar com identificação das máquinas, exigindo ainda um aperfeiçoamento no modelo. Foi quando, através da união de dois importantes cientistas da computação estadunidenses, Robert Kahn, da ARPA, e Vint Cerf, da Universidade de Stanford, e os esforços de diversos outros pesquisadores do campo, criou-se um protocolo intrarrede, chamado Internet Protocol – IP (Protocolo de Internet)⁶⁰, que seria uma forma de localizar por endereçamento o conteúdo na internet, atribuindo um código identificador próprio (AMARAL, 2012). Em 1978, outros cientistas da computação estadunidenses da Universidade da Califórnia do Sul, chamados Jonathan Postel e Steve Crocker, juntamente com Cerf acrescentaram ao TCP a tecnologia recém-criada do IP, dando

⁵⁸ Protocolos constituem regras de padronização para que seja possível a comunicação entre um emissor e um receptor eletrônicos. É uma tecnologia presente em todos os computadores, que estabelecem conexões entre si através de modelos de procedimentos para trocas de sinais de informação (AMARAL, 2012).

⁵⁹ Existiam, inicialmente, pelo menos quatro computadores diferentes a serem conectados: um SDS Sigmar 7, na Universidade da Califórnia; um SDS 90, na Universidade Stanford; um IBM 370-75, que estava no Centro de Matemática de Los Angeles; e um Dec PDP 10, alocado em uma base militar de Utah (RUTTAN, 2006).

⁶⁰ Todo site de internet pode ser localizado por endereçamento IP, que tem a funcionalidade de atribuir um código identificador próprio, tornando-o único na rede. O site do Google, por exemplo: <http://www.google.com>, possui o endereço IP 64.233.161.99 (AMARAL, 2012).

origem ao padrão TCP/IP, que reunia um único protocolo funções específicas em camadas de rede e transporte de informações (CASTELLS, 2003). Esse novo conjunto de procedimentos permitiu um aumento assombroso no número de máquinas que faziam parte da rede, sendo utilizado como padrão até o início do século XXI.

Mesmo que o TCP/IP sirva de base para desenvolvimento de diversas tecnologias de Filtragem de Informação (FI), ao dispor da capacidade de endereçar onde se encontram determinados conteúdos na rede, o propósito estrito de um protocolo de comunicação na internet é facilitar operações próximas ao que poderíamos ainda considerar ser o conceito de Recuperação de Informação (RI). Este por sinal é um termo que começou a ser bastante utilizado desde 1951, após o cientista da computação estadunidense Calvin Mooers argumentar que o grande problema da explosão informacional – vivenciado a partir da segunda metade do século XX – precisava ser resolvido pela Ciência da Informação através da proposição de um bem-sucedido sistema de recuperação de informação. Segundo Mooers, a RI “engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação.” (1951 apud SARACEVIC, 1996, p. 44).

A recuperação de informação, além de ser um conceito bastante familiar na área da Ciência da Informação, é também considerado por muitos pesquisadores como seu ponto de origem enquanto campo disciplinar⁶¹, uma vez que não se desenvolveu de outra área do conhecimento, mas “das necessidades de uma área de trabalho prática, denominada ‘documentação’ ou ‘recuperação de informação’.” (WERSIG; NEVELING, 1975, p. 18, tradução nossa)⁶². E pela demanda cada vez maior de representar a informação com a interveniência dos computadores, a RI passou a ser estimada também como uma das tarefas centrais da informática logo em seu início, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial, quando a tecnologia passou a chamar grande atenção de uma ampla comunidade científica para as necessidades de mecanização dos processos informacionais (MIKHAILOV; CHERNYI; GILYAREVSKY, 1969). A diferença entre os campos⁶³ estaria no fato de que a Ciência da Computação trata dos algoritmos que transformam informação, já “a CI trata da

⁶¹ Neste mesmo entendimento, o documentalista estadunidense Harold Borko também sintetiza que: “*In essence, information science research investigates the properties and behavior of information, the use and transmission of information, and the processing of information for optimal storage and retrieval.*” (1968, p. 4).

⁶² No original: [...] of the needs of an area of practical work, called 'documentation' or 'information retrieval'.

⁶³ Embora haja esta compreensão de distinção por muitos autores, a Ciência da Informação muitas vezes é vista como um subtema da Ciência da Computação, concentrada na aplicação de recuperação e arquivamento de informações através de processamento de dados (WERSIG; NEVELING, 1975).

natureza mesma da informação e sua comunicação para uso pelos humanos.” (SARACEVIC, 1996, p. 50).

Os procedimentos de filtragem de informação surgem como operações complementares a diferentes formas de busca já existentes no campo da computação. Há, por exemplo, a utilização do processo de acesso a banco de dados, cujo método compreende oferecer informações ao sistema para se obter como resposta mais informações (melhor dizendo, em seu estado bruto ainda como dados), enquanto na FI ou mesmo na RI, o resultado obtido é normalmente baseado em documentos⁶⁴. Outra operação também bastante comum é chamada de alerta, que tem objetivo apenas de notificar quando um determinado tipo de conteúdo se torna acessível ao usuário, como ocorre no recebimento de um novo correio eletrônico disposto em uma caixa de e-mails. Um modelo de busca com ampla disseminação na atualidade é o de mineração de dados, que procura reunir informações úteis em grandes coleções de dados, sendo necessários alguns refinamentos e análises posteriores. Por fim, tem-se ainda a pesquisa por exploração, que nada mais é que uma espécie de triagem informativa, apurando em universos amplos os interesses pretendidos de busca, cabendo outros processos a serem implementados conjuntamente para maior precisão da necessidade do usuário (OARD, 1997).

Com base nas diversas operações brevemente apresentadas, fato é que as que mais compartilham características em comum são as de filtragem de informação e de recuperação de informação (BELKIN; CROFT, 1992), sendo passíveis muitas vezes de sinonímia pela proximidade atributiva de apresentar como ponto em comum o desafio da curadoria de um amplo universo de conteúdos. Afinal um sistema de RI é considerado um processo que tem como função permitir o acesso a documentos que satisfaçam um desejo informacional, portanto, seu objetivo principal é permitir ao usuário o gerenciamento de problemas por meio de recursos de conhecimento (BELKIN, 1984). E de maneira semelhante: “Filtragem de informação é um nome utilizado para descrever uma variedade de processos envolvendo a entrega de informações para as pessoas que delas necessitam.” (BELKIN; CROFT, 1992, p. 29, tradução nossa)⁶⁵. Sendo assim, ambas as operações dispõem de uma finalidade equivalente, que é

⁶⁴ Entende-se como documento toda a mensagem (informação inscrita) fixada em um suporte, seja de forma manuscrita, impressa ou gravada digitalmente, e que tenha utilidade para algum usuário. Ademais, os diferentes sentidos atribuídos a definição do termo resumidamente variam do ponto de vista da Bibliologia ou da Documentação acerca de seu entendimento essencialista e idealista ou nominalista e pragmática. A divergência se estabelece no consumo e na utilização de um documento: considerado como tal ao encontrar seu usuário; em oposição a sua criação: um documento é assim considerado a partir do momento que é inscrito em um suporte (ESTIVALS, 1981).

⁶⁵ No original: Information filtering is a name used to describe a variety of processes involving the delivery of information to people who need it.

contribuir no auxílio de pessoas para que obtenham os conteúdos necessários para trazer solução a alguma dificuldade informativa.

É possível destacar alguns aspectos peculiares nos quais recuperação e filtragem se diferenciam por características próprias. A RI vai lidar com consultas pontuais e únicas, por exemplo, trabalhando apenas com a seleção relevante de dados de forma relativamente estática. Não há o reconhecimento ou uso do registro de perfil do usuário neste caso, pois a preocupação é exclusivamente com a relevância dos itens solicitados. Já a FI precisa dispor de um sistema que atenda o repetitivo uso de consultas realizadas pelos usuários e, ao mesmo tempo que coleta dados, filtra os conteúdos irrelevantes, operando assim de maneira dinâmica. O registro e identificação do perfil do usuário são cruciais, pois será com base nestes que o acesso será realizado e refinado. Além disso, nesta condição operacional há preocupação com questões sociais, como modelagem, isto é, as condições de acesso criadas para o usuário, e privacidade, fatores que distinguem bastante a FI. A Tabela 1 abaixo correlaciona de modo esquematizado as diferenças brevemente discutidas entre os procedimentos para o tratamento informacional:

TABELA 1 – Comparação entre Recuperação da Informação e Filtragem de Informação

Parâmetros	Recuperação da Informação	Filtragem de Informação
Frequência de uso	uso <i>ad-hoc</i> ; consultas únicas de usuários	repetitivo uso; consultas de usuários a longo prazo
Representação de necessidades de informação	seleção de dados relevantes para consulta	filtragem de dados irrelevantes ou coleta de itens de dados
Objetivo	relativamente estático	alto dinamismo
Tipos de usuários	não conhecidos para o sistema	sistemas registram perfil do usuário
Escopo do sistema	preocupação apenas com a relevância dos itens de dados	preocupação também com questões sociais, como modelagem de usuários e privacidade

Fonte: Elaborada pelo autor com base em HANANI; SHAPIRA; SHOVAL, 2001, tradução nossa.

A origem histórica do procedimento de FI muito contribui para sua distinção e descrição técnica em meio aos diversos procedimentos operacionais existentes. Alguns pesquisadores associam as primeiras concepções de FI à década de 1950, quando o cientista da computação alemão Hans Luhn (1958 apud OARD, 1997, p. 148) propôs a elaboração do que chamou de um Business Intelligence System (Sistema Inteligente de Negócios) que, aplicado aos serviços prestados pelas bibliotecas, consistia na criação de perfis de leitores a partir de alguns dados colhidos dos próprios usuários. E isso serviria para a criação de um aparelho detector de correspondências textuais através da produção e atualização de listas preferenciais de

documentos baseadas nas escolhas dos solicitantes. O que distanciava esta proposta dos sofisticados e atuais sistemas de FI é a tecnologia, que na época consistia em suportes baseados em microfilmes. Outra importante contribuição conceitual de Luhn para o campo foi a ideia de Selective Dissemination of Information – SDI (Disseminação Seletiva de Informação) que passou a ser frequentemente utilizada na descrição dos primeiros procedimentos de filtragem.⁶⁶ Estes teriam sido passos iniciais do desenvolvimento da filtragem de informação, sendo mais tarde potencializados pelas comunicações instantâneas e interconectadas em redes.

O cientista da computação estadunidense Peter Denning foi quem cunhou propriamente o termo “filtragem de informação” como conhecemos, pois, em 1982, escreveu para um volume da *Communications of ACM*⁶⁷ sobre a necessidade de filtrar informações que chegavam aos usuários por correio eletrônico. Sua proposta era basicamente conceber um mecanismo para separar mensagens urgentes das rotineiras e entre as possíveis soluções identificadas estava a ideia de um “filtro de conteúdo”. A partir das reflexões de Denning surgiram outros artigos sobre o assunto na literatura científica e o que era inicialmente restrito ao ambiente do correio eletrônico logo deu lugar a diversas outras questões e recursos mais amplos na rede. Por meio da pesquisa de Denning que foram colocados em questão os temas, como a relevância nos sistemas automáticos de documentos e nos sistemas de e-mails, além do volume de informações recebidas pelos usuários:

A visibilidade de computadores pessoais, estações de trabalho individuais e redes de área local concentraram grande parte da atenção na *geração* de informações - o processo de produção e disseminação de documentos. Agora é hora de concentrar mais atenção no *recebimento* de informações – o processo de controle e filtragem que atinge as pessoas que precisam usá-las. (1982, p. 163, tradução nossa)⁶⁸.

Um importante estudo publicado em 1987 sobre a exploração dos variados tipos de filtragem encontra-se também na *Communications of ACM*, no qual o teórico estadunidense Thomas Malone, juntamente com outros pesquisadores, introduziu três paradigmas para

⁶⁶ Anos mais tarde, o projeto de um Selective Dissemination of Information impulsionou a criação de um grupo de estudo sobre o tema da American Society for Information Science (HOUSEMAN, 1969 apud OARD, 1997). A SDI seria uma das funções originais dos sistemas de recuperação de informações, correspondendo a uma das modalidades mais próximas dos aplicativos de filtragem de informação (BELKIN; CROFT, 1992).

⁶⁷ A *Communications of ACM* trata-se de um importante periódico da Association for Computing Machinery publicado pela primeira vez em 1957, responsável por acolher grandes debates na história da Ciência da Computação. Cf. THE ASSOCIATION FOR COMPUTING MACHINERY. *Communications of the ACM*, c2021. Home. Disponível em: <http://cacm.acm.org>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁶⁸ No original: The visibility of personal computers, individual workstations, and local networks has focused most of the attention on *generating* information – the processes of producing documents and disseminating them. It is now time to focus more attention on *receiving* information – the processes of controlling and filtering information that reaches the persons who must use it.

detecção de informações: “cognitivo”, “econômico” e “social”, com base em um trabalho que descrevia um sistema chamado de *Information Lens* (Lente de Informação). A partir da observação em algumas organizações empresariais sobre os hábitos de filtragem empregados nos diferentes canais de comunicação existentes, os teóricos entrevistaram alguns funcionários sobre as necessidades e desejos informacionais que dispunham e como as seleções eram feitas, a fim de estabelecer padrões de escolha em seus processos. Sendo assim, o estudo foi realizado utilizando-se de pesquisa a partir de diferentes contextos em que se tinha FI, como: caixas de correio eletrônico, sistemas de e-mail, outdoors eletrônicos etc. (MALONE *et al.*, 1987). Os resultados analisados por este grupo foram amplamente citados, originando assim os paradigmas informacionais considerados até hoje por muitos pesquisadores como as principais formas de abordagem de FI.

O paradigma da filtragem cognitiva baseia-se especificamente na caracterização do conteúdo da informação a ser distribuída. Neste sentido, seria algo equivalente ao que foi definido anteriormente por Denning, o que explica esta forma de abordagem ser referenciada muitas vezes como *content-based filtering* (filtragem de conteúdo) ou *properties-based filtering* (filtragem de propriedade)⁶⁹. Os desejos por informações declarados pelos usuários passam a ser representados por um perfil, que traduz estas necessidades em palavras-chave, podendo ser do tipo: data, remetente, palavras do título, tipo de mensagem, tópicos específicos que descrevem as palavras do conteúdo do texto etc. (OARD, 1997). Por meio destas características são criadas listas de relevância, podendo ser combinadas em padrões complexos de critérios de seleção. A filtragem é baseada então na correlação entre conteúdo e as preferências do usuário, tal como definidos em perfis dos utilizadores. E a grande limitação deste processo é que não envolve entendimento profundo sobre o conteúdo, por trabalhar simplesmente com combinação de palavras, sem sua consideração semântica.

Em relação ao paradigma da filtragem econômica, esta é caracterizada no que seria uma generalização do conceito *threshold reception* (limite de recepção) de Denning. A ideia parte de uma proposição fictícia de que cada usuário especifique um valor associado à sua caixa de correio, com isso: “Cada mensagem é carimbada com um ‘lance’ que representa o preço máximo que o remetente está disposto a pagar. A mensagem não será colocada em uma caixa de correio se o lance for menor que o preço pedido.” (DENNING, 1982, p. 164, tradução

⁶⁹ A filtragem de conteúdo se refere a uma filtragem que considera as áreas de interesse do usuário e o conteúdo dos dados. Já a filtragem de propriedade baseia-se em propriedades individuais dos usuários, ou seja, em informações que estão para além das áreas de interesse (HANANI; SHAPIRA; SHOVAL, 2001).

nossa)⁷⁰. Sendo assim, a abordagem econômica pauta-se nas avaliações dadas pelos usuários aos tipos de conteúdo. Por exemplo, o tamanho de uma mensagem pode ser um dos principais fatores usados para atribuir um valor de importância ou não da informação. Da mesma maneira, o custo envolvido para formulação de conteúdos ao remetente também é crucial, de forma que uma secretária, por exemplo, ao perceber que um e-mail recebido foi destinado a tantas outras pessoas além dela, confere um valor informacional a esta correspondência em massa provavelmente bastante inferior em comparação a um conteúdo personalizado e exclusivo para as suas necessidades (MALONE *et al.*, 1987).

Por fim, uma das abordagens mais influentes na atualidade é a da filtragem sociológica, que se fundamenta nas relações que existem entre indivíduos em uma organização ou grupo. Neste processo de seleção, a representação valorativa de um documento é realizada em anotações produzidas por usuários sobre seu uso. O procedimento permite que “ao trocar este tipo de informação, comunidades de interesse comum possam ser identificadas automaticamente.” (OARD, 1997, p. 149-150, tradução nossa)⁷¹. Sendo assim, o paradigma social concentra-se em apoiar as inter-relações, podendo ser considerada uma forma complementar a abordagem cognitiva, uma vez que se dispõe a “julgar o valor potencial de uma mensagem com base não apenas em seu tópico, mas também nas características de seu remetente.” (MALONE *et al.*, 1987, p. 5, tradução nossa)⁷². A importância do conceito sociológico está baseada no fato de abrir diversas possibilidades e caminhos humanamente participativos na implementação de condições mais precisas de filtragem de conteúdo.⁷³

De um modo geral, os conceitos iniciais de Denning permitiram posteriormente a abertura para novos entendimentos nos procedimentos de FI, como o que se pode chamar de filtragem colaborativa, operação mais tarde desenvolvida e baseada na automatização dos processos de recomendação de conteúdos, de forma que um item é indicado para alguém

⁷⁰ No original: Each message is stamped with a “bid” representing the maximum price the sender is willing to pay. A message will not be placed in a mailbox if the bid is less than the asking price.

⁷¹ No original: [...] by exchanging this sort of information, communities of shared interest could be automatically identified.

⁷² No original: [...] judging the potential value of a message based not just on its topic, but also on the characteristics of its sender.

⁷³ A partir da filtragem sociológica, alguns autores têm apontado certa semelhança com o que anteriormente foi desenvolvido sob o termo “filtragem de propriedade”, por conta dos atributos identificados por indivíduos da comunidade a uma determinada informação (MORITA; YOICHI SHINODA, 1994). Enquanto outros têm relacionado ao conceito de *quality certification* (certificação de qualidade), desenvolvido pelo cientista da computação estadunidense Peter Denning, ao propor que: “*Certain classes of documents can be processed by trusted authorities who will issue certificates containing quality numbers for given documents.*” (1982, p. 165). Embora a filtragem social seja mais flexível por permitir anotações de forma mais aberta por parte de seus usuários e não por um determinado grupo de pessoas especialistas em classificação.

tomando por referência o fato de ser relevante para outros usuários com gostos semelhantes (MAES; KOZIEROK, 1993). E partindo destas ideias, ainda mais recentemente surgiu a proposta de um termo mais geral, chamado de sistema de recomendação, para descrever a exploração maior da opinião dos usuários tanto nos processos de filtragem quanto nos de recuperação. Neste sentido, trata-se mais de uma questão terminológica, uma vez que se pode aferir que tanto os sistemas de filtragem colaborativa quanto os sistemas de filtragem de conteúdo já possuíam a característica implícita de recomendação, pois, mesmo que ambas sejam empregadas por métodos diferentes, seus objetivos possuiriam um propósito comum, que é a seleção a partir da intervenção humana:

Os proponentes do primeiro Sistema de Recomendação denominado *Tapestry* [Goldberg *et al.* 1992], [Resnick and Varian 1997], cunharam a expressão “filtragem colaborativa”, visando designar um tipo de sistema específico no qual a filtragem de informação era realizada com o auxílio humano, ou seja, pela colaboração entre os grupos de interessados. Os autores preferem utilizar a expressão Sistemas de Recomendação, por ser um termo genérico e defendem este posicionamento por dois motivos: primeiro porque os recomendadores podem não explicitar colaboração com os que as recebem, pois um pode não conhecer o outro, e por último os recomendadores podem sugerir itens de interesse particular, incluindo aqueles que poderiam ser desconsiderados. (CAZELLA; NUNES; REATEGUI, 2005, p. 162).

A lógica dos sistemas de recomendação aperfeiçoa os mecanismos que os processos automatizados fariam de forma imperfeita com o conjunto de documentos requeridos. A interferência humana mostra-se como uma importante aliada na capacidade de filtragem adaptativa das necessidades e desejos dos usuários. Assim pessoas e computadores sinergicamente alcançam melhor desempenho do que qualquer um poderia alcançar sozinho (OARD, 1997). E todas estas compreensões nos levam a uma definição mais aprimorada do que seria o principal objetivo dos procedimentos de filtragem de informação, que é melhorar a possibilidade de um indivíduo identificar fontes de informação úteis por meio de aplicações interativas de técnicas que exploram os pontos fortes tanto de humanos quanto de máquinas.

As bibliotecas foram as primeiras a fazer uso dos filtros de informação na internet com objetivos mais propositivos ao controle informacional, no final dos anos 1990, retomando mais uma vez a importância do profissional bibliotecário e sua responsabilidade de fornecer acesso à comunidade a que serve, pois juntamente com o crescimento das redes, surgiram diversos conteúdos considerados desagradáveis ou ameaçadores, como pornografia, violência e ódio em geral etc., fazendo com que filtragem se tornasse uma resposta quase obrigatória, com grande repercussão, inicialmente, nas políticas públicas dos Estados Unidos (ROSENBERG, 2001). Diante deste cenário, muitas organizações e empresas propuseram a tecnologia de filtragem como um caminho para pais e autoridades limitarem o acesso a material inaceitável. Com isso,

os filtros de conteúdo já neste início se tornariam a solução para muitas questões, mas ao mesmo tempo, por serem muitas vezes ferramentas imperfeitas, também ampliaram o debate sobre liberdade de expressão.

Com o desenvolvimento tecnológico e o abundante crescimento das fontes de dados nas redes, foram sendo conferidas cada vez mais diversas outras aplicações às tecnologias de filtragem de informação. Alguns exemplos desenvolvidos ao longo dos últimos anos são:

[...] filtros para resultados de pesquisa na Internet empregados no software da Internet, filtros pessoais de e-mail com base em perfis pessoais, servidores de listas ou filtros de grupos de notícias para grupos ou indivíduos, filtros de navegador que bloqueiam informações não valiosas, filtros projetados para fornecer às crianças acesso apenas a páginas adequadas, filtros para aplicativos de comércio eletrônico que abordam produtos e promoções apenas para clientes em potencial e muito mais. (HANANI; SHAPIRA; SHOVAL, 2001, p. 203, tradução nossa)⁷⁴.

Diante da consolidação das redes de computadores e do aperfeiçoamento de diversos mecanismos para recuperação e filtragem de informação, podemos apontar o advento da Web 2.0, como o período que demarca um novo conceito de usabilidade da internet como plataforma de serviços. Afinal, a partir dos anos 2000, os modos de produção e interação com conteúdos e ideias estabelecidas no ciberespaço passaram a permitir aos usuários um alto nível de intervenção na organização e personalização de informações. Já se reconhece na contemporaneidade a existência de uma Web 3.0, marcada por trazer consigo novas condições de acesso, que passam a ser operadas de acordo com o perfil amplamente detalhado de cada usuário e atendendo às demandas de informação com uma precisão anteriormente não vista.

Inés Küster e Asunción Hernández (2013) argumentam que, além de a Web 3.0 ser constituída pela disposição de uma nova geração de tecnologias e aplicativos on-line interativos, é marcada especialmente por uma forma de gerenciamento para além do usuário humano. Esta nova fase da internet passa a ser permeada por diversos mecanismos e processamentos de informática que trabalham em cooperação com os usuários, possibilitando de forma bastante aperfeiçoada a realidade da web semântica, que surge como um novo conceito de dispor os conteúdos em rede, de modo que sejam compreensíveis tanto pelo humano como pelo computador e com a lógica descritiva em várias linguagens mais elaboradas de metadados. Com base nestes pressupostos, veremos a seguir o aperfeiçoamento destes agentes

⁷⁴ No original: [...] filters for search results on the internet that are employed in the Internet software, personal e-mail filters based on personal profiles, listservers or newsgroups filters for groups or individuals, browser filters that block non-valuable information, filters designed to give children access them only to suitable pages, filters for e-commerce applications that address products and promotions to potential customers only, and many more.

inteligentes desde a proposta inicial de recuperação e filtragem de conteúdo a partir do ranqueamento de resultados até o desenvolvimento baseado em uma lógica de personalização.

3.2 Filtragem de informação das mídias sociais digitais

3.2.1 *Do ranqueamento de páginas aos filtros de conteúdo*

Desde os estudos iniciais sobre filtragem de informação, diversos designs de sistemas foram discutidos por pesquisadores da área, na tentativa de se apresentar os melhores métodos para tratamento informacional. Os processos mais sofisticados buscavam automatizar técnicas computacionalmente eficientes para ranquear documentos que podiam ser de interesse a um usuário no topo da lista e, em aperfeiçoamento a este processo, esperava-se que a intervenção humana adicionasse ao mecanismo as devidas interpretação e avaliação do conteúdo recuperado, com intuito de “selecionar os documentos com maior probabilidade de atender às suas necessidades de informação [...]” (OARD, 1997, p. 144, tradução nossa)⁷⁵. Juntamente com o surgimento de diversas pequenas empresas de tecnologias no final dos anos 1980, dentre as quais muitas se tornaram grandes conglomerados anos mais tarde, havia uma verdadeira corrida que tinha como objetivo desenhar o melhor processo de filtragem e recuperação informacional para angariar uma boa parcela dos primeiros usuários da rede.

Estima-se que os primeiros mecanismos de busca a serem disponibilizados abertamente na internet surgiram nos anos 1990, sendo baseados em algoritmos. A partir dos termos informados pelos usuários, recuperavam listas de sites organizados na forma de ranking. O site Yahoo! foi uma das empresas pioneiras no que ficou conhecido como o grande *boom* dos motores de busca on-line no ano de 1994. E embora surgissem diversas outras iniciativas em meados da mesma década, foi o trabalho de dois estudantes da Universidade de Stanford, Larry Page e Sergey Brin, que abriu um caminho promissor para o aperfeiçoamento dos processos de filtragem de informação a partir de um projeto que apresentava um diferente tipo de mecanismo de seleção em 1996. O artigo descrevendo a nova métrica, chamada de PageRank (em homenagem a um de seus idealizadores) foi publicado dois anos depois (PAGE *et al.*, 1998) e logo resultou numa das maiores empresas do mundo, a Alphabet (dona do Google). Desde

⁷⁵ No original: [...] to select those documents most likely to meet their information need [...]

então, a empresa estadunidense de mecanismos baseados em procedimentos matemáticos de ranqueamento tem sido referência no campo.⁷⁶

Após o enorme sucesso empresarial e seguindo a tendência dos algoritmos de busca que filtram o que é de interesse ao usuário através de indicadores pessoais na experiência de acesso única, o Google passou a trabalhar em uma iniciativa inspirada no conceito de personalização para todos, superando com isso até mesmo as ideias de sua anterior operação de dados baseada no PageRank. Esta nova geração de filtros de conteúdo passaria a analisar o que gostamos, o que fazemos e as pessoas com perfis e hábitos semelhantes para executar melhor as condições de pesquisas realizadas pelos usuários. Foi em 2009 que o Google anunciou sua nova forma de aplicação no tratamento informacional, baseada predominantemente na alta intervenção de dados humanos nos procedimentos de busca, o que trouxe a percepção para muitos pesquisadores do início de uma diferente fase tecnológica: a “era da personalização” (PARISER, 2012, p. 9).

Na primeira década do século XXI, a preocupação com os parâmetros de seleção da informação torna-se algo a ser retomado nas grandes discussões sobre o ambiente das redes, pois as opções de informações disponíveis no ciberespaço para cada usuário haviam crescido exponencialmente, fazendo com que grande parte dos estudiosos chamassem este cenário de “dilúvio informacional” (LÉVY, 1999). E sobre esta questão, William Goffman trata o que considera ser um dos pontos mais pertinentes aos estudos da informação, que é a relevância. Dentro de sua visão, um conteúdo relevante para um usuário não se restringe apenas à afinidade entre perguntas-documento para obter a sua necessidade informacional, mas também das relações entre os próprios documentos, sendo sempre uma relação comparativa (GOFFMAN, 1969). Durante muito tempo, o Google parece ter se debruçado sobre o que seria o segundo ponto a respeito da relevância de Goffman para oferecimento de seus serviços. E posteriormente, passou a explorar a primeira premissa de que, para se chegar a uma informação relevante, é preciso entender a pergunta que se impõe.

Com o passar do tempo, o Google extrapolou sua atuação, procurando entender agora o próprio perguntante, quando começa a sugerir resultados que fossem melhores para cada pessoa. Convenientemente, em entrevista ao *The Wall Street Journal* em 2010, o então diretor

⁷⁶ A teoria dos acadêmicos estadunidenses Larry Page e Sergey Brin é que as páginas mais importantes da internet são as que contêm mais links. O PageRank analisa links como votos, em que uma página se liga com outra somando-se para o ranqueamento. A ideia vem da universidade, onde as contagens de citação são usadas para encontrar a importância de pesquisadores e pesquisa. Quanto mais um artigo científico é citado por outros, maior será a sua relevância e importância no meio acadêmico (PAGE *et al.*, 1998).

executivo Eric Schmidt disse que a pretensão da companhia era atender à expectativa de que “‘Na verdade, acho que a maioria das pessoas não quer que o Google responda às suas perguntas’, disse Schmidt. ‘Eles querem que o Google diga o que eles devem fazer a seguir...’” (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 200, tradução nossa)⁷⁷. Sendo assim, é notório que os filtros personalizáveis sejam bastante funcionais devido à grande quantidade de informações passíveis de serem recuperadas. Contudo, este ambiente controlável precisava ser discutido de forma crítica ao extrapolar sua função de busca e exercer um potencial de influência sobre os valores e decisões de cada usuário:

A personalização é a construção de um ambiente composto inteiramente do desconhecido adjacente – notícias esportivas ou comentários políticos que não chegam realmente a abalar os nossos esquemas, mas que parecem ser novas informações. O ambiente personalizado é muito bom para responder às perguntas que temos, mas não para sugerir perguntas ou problemas inteiramente fora do nosso campo de visão. É um ambiente que remete à famosa frase de Pablo Picasso: “Os computadores são inúteis. Eles só nos dão respostas. (PARISER, 2012, p. 84).

Em 2011, o Google apresentava ao mundo seu mais novo produto, chamado Google+ (Plus), lançando-se assim pela quarta incursão no mercado de redes sociais digitais e fazendo frente às mídias concorrentes da época, como o Twitter e o Facebook. Além do enorme sucesso com seu site de buscas sobre qualquer tipo de assunto ou conteúdo na internet, a companhia estadunidense também trazia consigo ampla bagagem do ramo pretendido através da subsidiária responsável pela mídia social do Orkut de 2004; das experiências com o Wave de 2009, que se propunha como um sistema de comunicação com base em interações sociais; e do microblogging Google Buzz de 2010, produto também encerrado, além de outras coisas, por sérias complicações judiciais⁷⁸. Uma das principais motivações para este mais novo investimento, segundo o presidente-executivo Larry Page, era que cada vez mais as redes sociais digitais ganhavam primazia como provedoras de informação, o que poderia comprometer a preferência da plataforma de pesquisas do Google. A proposta seria então aproveitar o conhecimento adquirido pela companhia e aplicar em um produto que estava em alta, com vistas aos desafios de convencer os consumidores para utilização da novidade.⁷⁹

⁷⁷ No original: ‘I actually think most people don’t want Google to answer their questions’, Schmidt said. ‘They want Google to tell them what they should be doing next...’

⁷⁸ Cf. FAUST, André. O Google também quer ser seu amigo. **Exame**, São Paulo, 30 jul. 2011. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame>. Acesso em: 3 jul. 2020.

⁷⁹ Cf. ORESKOVIC, Alexei. Google lança nova rede social para competir com Facebook. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Com tudo o que ocorria em meio às dinâmicas das redes, diversos usuários não só do Facebook, mas de outras plataformas, reclamavam de serem inundados por informações pouco interessantes em suas conexões e também por *spams*⁸⁰, levando-os a excluírem grande quantidade de amigos adicionados aos seus perfis, como orienta pesquisa realizada pela empresa MyVoucherCodes. Segundo levantamento, 46% dos usuários britânicos, por exemplo, removeram pessoas de suas listas no Facebook, enquanto outros 50% chegaram a cancelar assinaturas de atualização do *feed* de notícias pelo mesmo motivo, sendo este estudo feito com 1.750 entrevistados⁸¹. Foi a partir deste ponto que, entre as inovações e diferenciais propostos por Larry Page, estava o vasto conhecimento adquirido com o refinamento de buscas para se obter fluxos informacionais mais relevantes.

O Google já havia estabelecido um padrão baseado nos dados coletados dos usuários e, por conta disso, o público mais recente de sua rede social era agrupado em círculos específicos e escolhidos por cada pessoa, em vez da típica *friend lists* (listas de amigos)⁸² dos concorrentes. A ideia oferecia a capacidade de postar conteúdos e atualizações de status no fluxo ou comunidades de interesse, reunindo diversos tipos de relacionamentos concêntricos, com base em grupos sociais do mundo real, como por exemplo: família, amigos e colegas de trabalho.⁸³ Esta medida resolvia em boa parte a questão da relevância de conteúdo e também da privacidade dos usuários, assunto que já permeava o cenário tecnológico das redes. Afinal, enquanto no Facebook adicionar alguém o tornava automaticamente um “amigo” e no Twitter a única opção é a condição de seguir as atualizações de uma pessoa, o usuário do Google+ incluía o novo contato ao círculo que fosse mais conveniente. E isso facilitava determinar quem teria acesso a um conteúdo compartilhado ou não.

Como em outros segmentos, as grandes empresas do Vale do Silício estão normalmente antenadas com as inovações das rivais. Não é por acaso que um ex-funcionário do Facebook relatou que a direção de desenvolvimento passou a observar mais atentamente o Google após oferecer em sua carteira um produto que contemplava o segmento das redes sociais digitais. O

⁸⁰ Derivada do acrônimo em inglês: *sending and posting advertisement in mass*, o termo “spam” está relacionado com o envio de publicidade em massa, muitas vezes recebido sem o devido interesse dos usuários, o que, portanto, torna a mensagem ignorada, irrelevante e incômoda.

⁸¹ Cf. VIANA, Gabriela. Usuários excluem amigos do Facebook por excesso de publicações. **TechTudo**, Rio de Janeiro, 2 jul. 2012. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁸² As listas de amigos permitem que o usuário veja atualizações de grupos específicos de pessoas (por exemplo, melhores amigos, família etc.), sendo este processo feito manualmente, conforme sua preferência. Cf. <https://facebook.com/help>. Acesso em: 4 jul. 2019.

⁸³ Cf. LEVY, Steven. Inside Google+ — how the search giant plans to go social. **Wired**, San Francisco, 28 June 2011. Disponível em: <https://www.wired.com>. Acesso em: 15 jun. 2020.

próprio fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, teria pausado algumas atividades da empresa, solicitando que seus pares de funcionários dedicassem tempo para analisar os recursos que a concorrente oferecia aos usuários (GARCÍA MARTÍNEZ, 2016). Poucos meses após a proposta do Google+, de oferecer compartilhamento de informações em círculos, foi introduzida a ferramenta *smarts lists* (listas inteligentes) na plataforma de Zuckerberg. Partindo da sua tradicional lista de amigos, o Facebook trazia como novidade a automatização do agrupamento das pessoas conhecidas dos usuários, fundamentando-se nas informações que indicavam relações entre os perfis, podendo ainda ser editadas pelo usuário conforme necessidade. O então diretor de produtos Blake Ross defendeu no lançamento que era estupidez gastar tempo categorizando amigos e que o público apelava para uma forma mais fácil de organização de suas conexões.⁸⁴

De um modo geral, as mídias da internet dependem estritamente das relações que as pessoas estabelecem entre si, pois se tem como principal objetivo a viabilidade e estímulo do compartilhamento em massa de conteúdo, além da transmissão de informações para cultivo de seu mais valioso produto: as redes sociais digitais. E estas podem ser pensadas como estruturas, que se formam através de atores, que são as pessoas, instituições ou grupos e seus nós através de representações possíveis na figura das plataformas on-line (Google+, Facebook ou Twitter, por exemplo). A interação torna-se, portanto, a matéria-prima para as empresas de mídias sociais digitais. Quanto mais bem-sucedida esta for oferecida ao público, maiores serão as possibilidades de relações e laços produzidos que resultarão na qualidade das redes. Por ser uma ação que depende de reação, isto é, um ator reage ao ato comunicacional de um outro e vice-e-versa, pode-se entender que o processo requer um ideal de satisfação entre os envolvidos para que haja sempre uma continuidade na atuação de cada um (PARSONS; SHILL, 1975).

As plataformas, além de criarem produtos simplesmente com viabilidade técnica de acesso, preocupam-se também com as condições de manutenção das conexões geradas. Isso também explica que, em meio à existência de opções padrões dos sistemas, como “bloquear” alguém, surjam medidas paliativas. Seria desinteressante para qualquer mídia social ter em seu universo público um grande quantitativo de perfis com restrições de conteúdo, pois isso traria prejuízo aos fluxos de interação, vitais para a dinâmica das redes e, assim, para subsistência econômica da companhia, considerando-se a lógica do capitalismo de vigilância de Shoshana Zuboff. Uma das alternativas alçadas pelo Google+, por exemplo, foi disponibilizar a opção

⁸⁴ Cf. DE olho no Google+, Facebook cria listas de amigos. **G1**, Rio de Janeiro, 13 set. 2011. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 20 jun. 2020.

ignore (ignorar) ainda em 2011⁸⁵, um recurso que permitia ocultar a leitura de postagens enviadas por algumas pessoas. Segundo a declaração da empresa, ao explicar a nova ferramenta, foi afirmado que a presença da possibilidade “ignorar” tinha como objetivo evitar que os usuários abusassem do comando *block* (bloquear), recurso disponibilizado desde a criação da plataforma.

Acompanhando a tendência, o Facebook propôs no mesmo período o comando *follow* para seguir as atualizações de outras pessoas, sem a necessidade de adicioná-las, e da mesma maneira cancelar a assinatura de atualizações de um amigo. Isso evitava possíveis decisões de bloqueio⁸⁶ entre usuários pois, conforme anteriormente discutido, seria desvantajoso para os negócios. Além das repercussões nas próprias redes, diversos sites de notícias passaram a reverberar o anseio por uma mídia social capaz de dirimir alguns conflitos de relacionamento. Em matéria que relatava casos de problemas no ambiente digital, um internauta denunciava receber mais de 20 notificações por dia da interação de um parente distante não desejado e por um conteúdo que não tinha menor interesse⁸⁷. Por isso, em 2013, em atendimento a demandas como esta, a companhia de Zuckerberg aperfeiçoou o sistema e passou a adotar o botão *unfollow* (deixar de seguir) para filtragem de informação. A proposta era que os usuários pudessem deixar o *feed* de notícias mais personalizado, com informações e compartilhamentos apenas de contatos bem quistos e confiáveis.⁸⁸

Mais recentemente foi oferecida também a opção *hide post* (ocultar publicação), relacionada mais diretamente ao conteúdo e não ao amigo, servindo como um recurso menos incisivo, uma vez que o usuário pode decidir utilizá-la antes de deixar de seguir ou de não ser amigo de alguém. Se uma pessoa publicar algum conteúdo que não seja de interesse ou desagrade, ao ocultar uma postagem no Facebook imediatamente o *post* desaparece do *feed* de notícias e, para além disso, o sistema tentará ocultar postagens semelhantes no futuro, o que pode funcionar como um efeito colateral, se considerarmos a imprecisão dos algoritmos ao decidirem pelo usuário o que seria de igual teor ou não ao conteúdo ocultado. Uma das opções

⁸⁵ Cf. VELOSO, Thássius. Google+ libera função de “ignorar” pessoas. **TechTudo**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2011. Disponível em: techtudo.com.br. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁸⁶ Cf. COMO desfazer uma amizade ou bloquear alguém. **Central de Ajuda do Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/help>. Acesso em: 6 jul. 2019.

⁸⁷ Cf. PETRÓ, André; TEIXEIRA, André. Seu amigo ou parente é chato no Facebook? Saiba o que fazer. **G1**, Fortaleza; São Paulo, 4 maio 2012. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁸⁸ Cf. FACEBOOK testa botão ‘unfollow’ para filtrar conteúdo de amigos. **G1**, São Paulo, 2 dez. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: em 5 jul. 2019.

que se tem para desfazer a decisão é clicar no botão *undo* (desfazer), para refazer a ação e deixar de ocultar a postagem⁸⁹.

Pode-se dizer que a personalização, além de ser algo presente na realidade dos sites de redes sociais, já faz parte da nossa experiência diária, muito além do que percebemos (SUNSTEIN, 2009). As diferentes implementações de filtros de conteúdo nos sites de redes sociais foram ganhando cada vez mais popularidade. Embora a tendência geral dos usuários ainda seja de manter as configurações padrão de uma plataforma, o que pode ser explicado pela necessidade de maior investimento de tempo no aprendizado das funções ou pela própria confiança no comportamento da maioria, que dispensa lidar com o burocrático processo dos ajustes do perfil oferecido no site de rede social. Estes agentes operam a partir de lógicas de personalização da informação, mesmo considerando que inicialmente sejam geridos a partir das instruções oferecidas pelos usuários, torna-se um campo de bastante discussão, considerando que estaríamos caminhando para um novo momento de interatividade da informática, em que as máquinas finalmente começariam a ganhar certa autonomia ou poder mais direto na recuperação das informações, que por sua vez interferem em grande escala nas tomadas de decisão humana, conforme discutido.

3.2.2 Filtros de conteúdo do Facebook

Criado a partir de um projeto entre colegas de dormitório na Universidade Harvard, o site de rede social do Facebook – ou TheFacebook, como era chamado anteriormente – foi lançado em 2004 pelo grupo de estudantes liderado por Mark Zuckerberg. E embora tivesse como objetivo inicial criar uma rede de contatos entre jovens universitários recém-egressos do colegial, um ano após sua popularização, foi gradativamente abrindo-se para o público geral. A partir disso, chegou ao primeiro bilhão de usuários em 2012 e, ao completar 15 anos em 2019, atingiu os mais de 2,3 bilhões de perfis ativos⁹⁰. Conforme é comum às mídias digitais que trabalham com redes de relacionamento, o Facebook funciona através de perfis e comunidades, baseado em um sistema relativamente mais privado do que costumavam ser os outros sites do mesmo tipo, fator que parece ter nascido com o projeto, uma vez que inicialmente era acessível apenas para alunos de Harvard e limitado a estudantes de escolas secundárias reconhecidas (RECUERO, 2014). E isso reflete bastante as características de origem da plataforma, como

⁸⁹ Cf. COMO faço para ocultar uma publicação no meu Feed de Notícias do Facebook? **Central de Ajuda do Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/help>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁹⁰ Cf. FACEBOOK completa 15 anos com 2,3 bilhões de usuários. **G1**, Rio de Janeiro, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 4 fev. 2019.

por exemplo, o fato de que, para se conseguir ter acesso ao site e criar um perfil, era necessário receber o convite de um amigo. Além disso, os usuários só podiam ver os perfis uns dos outros, caso fizessem parte da mesma rede.

Embora o Facebook possua diversas características que justifiquem o seu sucesso, pode-se dizer que a principal invenção de Mark Zuckerberg para seu site de redes sociais foi a criação do *feed* de notícias⁹¹, implementado em 2005, um ano após o projeto ser tirado do papel. Segundo Zuckerberg, esta foi um dos grandes diferenciais da empresa, pois: “Uma vez que as pessoas tinham os controles e sabiam como usá-los, elas adoraram o *News Feed*”⁹², diferentemente das outras mídias digitais, como o extinto Friendster e o MySpace, por exemplo, em que, para participar das informações dos amigos em rede, era necessário acessar os perfis ou as páginas cadastradas deles. Contudo, estas informações no Facebook eram carregadas na página principal do usuário (*home*) logo após fazer o *login*, por intermédio de algoritmos que preenchiam uma espécie de “jornal personalizado com notícias sobre (e criado por) nossos amigos” (PARISER, 2012, p. 38). O conceito de Zuckerberg era que os usuários não produziam apenas dados, mas notícias sobre si e os demais amigos conectados na rede através dos bilhões de rastros digitais deixados com suas publicações, fotos, links de outros sites etc.

Com o tempo, o desafio da bem-sucedida ideia do *feed* de notícias emergiu com o problema crônico de grande parte dos sistemas de informação colaborativos e participativos na época: a quantidade do volume de dados produzidos. Com as interações dos milhões de usuários no site, tornou-se impraticável conseguir dar conta de todo o conteúdo disponibilizado na página inicial. Com isso, foi elaborado um algoritmo próprio para o *feed* de notícias do Facebook, chamado EdgeRank, cuja função seria filtrar os conteúdos postados e entregar para o usuário as informações com maior potencial de engajamento. Sendo assim, o código embutido na plataforma classifica as interações dos amigos registradas no site a partir de três principais fatores ou critérios:

O primeiro é a afinidade: quanto mais próxima a nossa amizade com alguém – o que é determinado pelo tempo que passamos interagindo com a pessoa e investigando seu perfil –, maior será a probabilidade de que o Facebook nos mostre suas atualizações.

⁹¹ O *feed* de notícias do Facebook é o mecanismo que determina os conteúdos que aparecerão primeiro aos usuários. Estas disponibilizações são influenciadas por suas conexões e atividades na rede social digital. Além disso, o número de comentários, curtidas e reações recebidos por uma publicação e o tipo (foto, vídeo, atualização de status) também podem torná-la mais propensa a aparecer primeiro. Cf. QUAIS são os tipos de publicação que verei no feed de notícias no Facebook? **Central de Ajuda do Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/help>. Acesso em: 6 jul. 2019.

⁹² Cf. MCGIRT, Ellen. Facebook’s Mark Zuckerberg: hacker. Dropout. CEO. **Fast Company**, New York, 1 May 2007. Disponível em: <https://www.fastcompany.com>. Acesso em: 1 ago. 2020.

O segundo é o peso relativo de cada tipo de conteúdo: atualizações sobre relacionamentos, por exemplo, têm peso grande; todos gostam de saber quem está namorando quem (muitos observadores suspeitam que esse peso também seja personalizado: pessoas diferentes dão mais ou menos importância a cada tipo de conteúdo). O terceiro é o tempo: itens mais recentes têm mais peso do que postagens mais antigas. (PARISER, 2012, p. 39).

Mesmo que tivesse a pretensão de solucionar a enxurrada de informações postadas diariamente no *feed* de notícias com base na afinidade, relevância e tempo como grande parte das implementações automatizadas feitas por algoritmos, havia a possibilidade de o sistema não ser capaz de entender profundamente o que seria de maior interesse para o usuário, escondendo publicações interessantes. E isso foi logo apontado pelas pessoas mais engajadas no site, gerando algumas publicações de contestações sobre a funcionalidade e até por algumas matérias em sites de notícias especializadas, sugerindo como contornar a “solução” oferecida⁹³. Além disso, tornou-se cada vez mais claro que uma das razões para o aperfeiçoamento do recebimento de conteúdos relevantes para os usuários fazia parte de uma das estratégias do Facebook para melhor rentabilizar a plataforma. Afinal, seria mais interessante para os anunciantes promoverem *posts* com algum grau de certeza de que seriam recebidos por seus públicos como informações prioritárias no *feed* de notícias. A lógica seria baseada em: quanto maior o número de dados colhidos, maior a possibilidade de acertar precisamente o possível consumidor através de uma publicidade direcionada e sofisticadamente relevante.

De um modo geral, ao passo que é possível notar algumas ideias obscurecidas através das ferramentas de gerenciamento de informações do Facebook, é perceptível o fato de que a companhia estadunidense oferece aos seus usuários uma variedade de opções diferentes no painel de controle do perfil para proteger a privacidade, por meio de ajustes nos filtros de conteúdos. E de tudo que apresentamos acerca dos recursos disponíveis neste site de rede social até o momento em que este trabalho foi escrito, podemos citar como principais: as *smarts lists* (listas inteligentes) integrada às configurações da *friend lists* (listas de amigos) referente às pessoas adicionadas à própria rede; os comandos *follow* e *unfollow* para seguir ou deixar de seguir as atualizações de outras pessoas; e a opção *hide post* (ocultar publicação) para conteúdos julgados como ofensivos ou indesejados.

⁹³ KURTZ, João. Como burlar o algoritmo do feed de notícias do Facebook usando listas. **TechTudo**, 4 jun. 2013. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br>. Acesso em: 1 ago. 2020.

Após uma das disputas presidenciais mais acirradas da história dos Estados Unidos⁹⁴ entre as bases eleitorais de Donald Trump e Hillary Clinton, o Facebook liberou uma versão teste de um novo mecanismo de filtragem de informação aos usuários estadunidenses, chamado *snooze* (modo soneca), em setembro de 2017. A função, que ainda não havia sido disponibilizada amplamente em outros países, permitia aplicar por meio de um mecanismo parecido com o *unfollow* o não recebimento de informações temporariamente de amigos, páginas ou grupos por 24 horas, 7 dias ou 30 dias. Anterior a esta nova opção, o usuário precisava escolher a opção “deixar de seguir” em definitivo para não ver mais as publicações de um amigo – permanecendo como recurso alternativo mesmo com a atualização –, sendo necessário ir até o perfil e reativar a função de seguir para voltar a receber os conteúdos amplamente produzido por alguém⁹⁵.

O Facebook já vinha buscando soluções para controle, por parte de seus usuários, do *feed* de notícias. E em 2012, chegou até a criar a opção *see less from* (ver menos) nos perfis dos amigos, mas por ter criado confusão entre seu público por não deixar claro sobre sua função, logo foi substituída pelo botão mais conhecido, o *unfollow* (deixar de seguir) em 2014. A implementação do *snooze* na plataforma brasileira aconteceu em dezembro de 2017, três meses depois do lançamento nos Estados Unidos, conseguindo ampla repercussão com a possibilidade de silenciar o “amigo chato”⁹⁶, assim chamado por muitas matérias à época. O recurso parecia antever o que também se sucederia no Brasil: o maior agravo da polarização durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2018 entre os dois candidatos mais bem votados: Jair Bolsonaro, do PSL, e Fernando Haddad, do PT. E em junho do mesmo ano, o Facebook ainda adicionou um novo recurso ao *snooze*, ao qual deu nome de *snooze keywords*, com a funcionalidade de o usuário poder utilizá-la para evitar *spoilers*, assim como assuntos indesejados, a partir da escolha de palavras-chave ou frases específicas, que não desejasse ver na rede social por um mês⁹⁷.

⁹⁴ Especialistas apontam que os estadunidenses estão divididos e polarizados após as eleições presidenciais de 2016. Cf. LISSARDY, Gerardo. A polarização revelada pela disputa mais feroz da história moderna dos EUA. **BBC News Brasil**, São Paulo, 5 nov. 2016. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁹⁵ Cf. FACEBOOK cria o snooze, função semelhante ao silenciar do WhatsApp. **CanalTech**, São Paulo, 14 set. 2017. Disponível em: <https://canaltech.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁹⁶ Cf. CAPUTO, Victor. Cansou de chatos no Facebook? Você poderá colocá-los para dormir. **Exame**, São Paulo, 18 set. 2017. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 11 ago. 2020.

⁹⁷ Cf. MURALEEDHARAN, Shruthi. Keyword snooze: a new way to help control your news feed. **Facebook**, Menlo Park, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://about.fb.com/news> Acesso em: 6 jul. 2019.

Com todas estas opções disponíveis, é preciso se perguntar sobre os efeitos que sites de redes sociais como o Facebook podem gerar nas interações sociais estabelecidas atualmente através da mediação destas plataformas. Afinal, estamos tratando de uma forma de sociabilidade cada vez mais baseada em uma realidade controlada, homogênea e asséptica. Ainda que o Facebook não seja o único lugar com um avançado serviço de filtragem de informação, é um dos que potencialmente tem mais condições de estabelecer um ambiente mais privado. O caso do Twitter, por exemplo, mesmo que possa ser considerado bastante semelhante em diversos aspectos, parece oferecer, através de regras e opções um tanto mais simples, a condição de que os algoritmos interferem muito menos nas escolhas sobre com quais tipos de conteúdos o usuário poderá entrar em contato (PARISER, 2012). Neste aspecto a burocratização das configurações parece contribuir bastante para a falta de transparência na plataforma quanto aos seus efeitos de mostrar nos resultados das interações dos usuários em rede, ou melhor no *feed* de notícias, conteúdos que tendem a estar em conformidade com um único universo de ideias, dispensando as que poderiam trazer novas percepções:

A transparência não diz respeito apenas à ideia de revelar ao público as entranhas de um sistema. Como demonstra a dicotomia entre o Twitter e o Facebook, transparência também significa que os usuários compreendem intuitivamente o funcionamento do sistema. E essa é uma pré-condição necessária para que as pessoas controlem e usem as ferramentas – em vez de ser controladas e usadas por elas. (PARISER, 2012, p. 204).

É por causa destas e de outras questões relacionadas ao ambiente social formado indiretamente por uma cultura algorítmica que precisamos discutir o papel destes mecanismos de gerenciamento informacional na conjuntura da sociabilidade presente nos sites de redes sociais. Apesar de os usuários estarem cercados de várias opções e escolhas para o controle do contexto de conteúdos do qual faz parte, é preciso pensar sobre o condicionamento precisamente vivenciado por esta realidade mediada pelo processamento de dados como será abordado mais especificamente a seguir.

4 CONTEXTO TECNO-POLÍTICO DE IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA *SNOOZE*

4.1 Papel dos algoritmos nas interações sociais

4.1.1 Definições das aplicações algorítmicas

A matemática se mostra um campo do conhecimento em renascimento na atual realidade de recorrente uso de tecnologias para aplicações algorítmicas. Sendo assim, pode-se dizer, em marcos gerais, que um algoritmo é um conjunto de instruções – normalmente de operações aritméticas – que tem sempre como finalidade alcançar um resultado. Afinal, o termo é derivado do nome de um matemático persa do século IX, chamado Muhammad ibn Musa al-Khwarizmi, que produziu o primeiro livro conhecido de álgebra e que teve seu trabalho divulgado em latim durante a Idade Média, cuja tradução corresponde a *algorism*. Desde então a palavra passou a descrever os variados métodos utilizados para cálculo sistemático e automático. Embora seja uma expressão consolidada na dimensão da quantificação matemática, alguns autores defendem que toda ação humana, devidamente planejada e realizada com determinado objetivo, carrega consigo lógica algorítmica de alguma forma (STEINER, 2012). E mesmo que esta dimensão mereça também consideração e análise, neste trabalho nos deteremos principalmente aos processos que passam pelas tecnologias digitais.

No contexto moderno, o matemático alemão Gottfried Leibniz é apontado como o principal responsável por inspirar a ideia dos algoritmos para construção da informática. Foi a partir da combinação entre o sistema binário de cálculo e número de Leibniz, com as lógicas operadoras booleanas⁹⁸, que Claude Shannon concebeu os passos iniciais da linguagem de computação, incorporando em circuitos eletrônicos os primeiros sistemas de comunicação capazes de armazenar dados e editar todos os tipos de informação. Além disso, Leibniz também é considerado um dos grandes defensores do racionalismo no século XVII, cuja filosofia consistia em entender o mundo a partir de dois absolutos simples: Deus e o nada. E será com base nestes pressupostos que se construirá todo um campo teórico alicerçado nos princípios de que todos os elementos do universo podem ser definidos em forma de linguagem de cálculo a

⁹⁸ É um o sistema de cálculos elaborado pelo matemático inglês George Boole, responsável por fazer funcionar boa parte das operações algorítmicas a partir de modificadores *ifs*, *ands*, *ors*, *nots*, que orientam uma sequência de ações a serem realizadas pelos computadores (STEINER, 2012).

partir das figuras 0 e 1⁹⁹. Com isso, a lógica é o resultado de uma série de decisões binárias capazes de ser executada tanto pela mente humana quanto por um objeto capaz de processá-las em operações mecânicas (STEINER, 2012). Seria possível encontrar cálculos aritméticos que resultassem em uma forma algorítmica capaz de resolver grande parte das questões humanas, pois, com base no sistema binário, Leibniz acreditava que seria possível prever nossas ações através de complexos cálculos matemáticos. Por fim, todas estas ideias ousadas do matemático alemão o tornaram um dos inventores mais importantes do que mais tarde seria a calculadora eletrônica – ele mesmo foi criador de uma calculadora mecânica.

Como vimos, à medida que os agentes inteligentes de gerenciamento de informações ganham espaço no cenário do atual ambiente das interações sociais, passam a desempenhar um papel cada vez mais relevante na modelagem das estruturas da rede com a seleção de quais informações são consideradas mais importantes ou não. É possível dizer com isso que, ao delegar a estes mecanismos parte dos processos da prática comunicativa e informativa entre indivíduos, estão sendo implementadas novas formas de ordenação, pacificação, hierarquização e valoração da cultura, pois, além de contribuir para o trabalho de recuperação da informação, os algoritmos acabam integrando-se às formas de construção e transmissão do próprio saber na contemporaneidade e de construção das relações sociais. Deste modo, podemos considerar que os algoritmos têm se tornado uma das lógicas que governa os fluxos de conhecimento, dispositivos dos quais nos tornamos cada vez mais dependentes e cujo poder de habilitar e atribuir significados define como a realidade é percebida pelos usuários, incorporando neste sentido a função de distribuição do sensível no meio social (GILLESPIE, 2014).

As tecnologias que surgiram a partir da informática estabeleceram novas formas de concepção e percepção do meio social, diante da produção de diferentes dinâmicas de interação entre pessoas – a exemplo dos sites de redes sociais – baseadas em códigos computacionais processados, automatizados e distribuídos em larga escala. O cenário atual passa a ser um mundo quantificável de dados, que tem na cibernética e na cibercultura as expressões do “progresso da matemática e das ciências a partir dos meados do século XVII” (LEMOS, 2010, p. 99), que por sua vez materializa-se nas tecnologias da informação e comunicação¹⁰⁰. Friedrich

⁹⁹ Neste aspecto, parece haver uma inspiração na *mathemasis universalis* do filósofo francês René Descartes, um projeto comum à filosofia racionalista do século XVII, que nasce com a proposta de entender o universo através da razão, com base na linguagem científica da matematização (MARCONDES, 2010).

¹⁰⁰ Alguns autores defendem o computador como um objeto técnico construído por algoritmos (*autopoiese*). A partir desta lógica, um carro ou um avião, por exemplo, são também produtos de sistemas algorítmicos e, de um modo específico, a informática passa a produzir a si mesma através da computação matemática. Neste sentido, as contribuições do matemático estadunidense Warren Weaver à concepção da Teoria Matemática da Comunicação

Kittler defende que, mediante as nossas condições técnicas, a cultura é marcada pela própria história da mídia, pois, de forma geral, pode ser percebida no caminhar da humanidade em pelo menos três fases: arquivamento, transmissão e contabilidade¹⁰¹. Estaríamos vivenciando, com base neste ponto de vista, o terceiro momento no século XXI, iniciado com o feito do matemático britânico Alan Turing de conseguir simplificar boa parte das experiências humanas em torno de respostas binárias entre “sim” e “não” (0 e 1) e, com isso, criar todo um sistema de cálculos para as nossas decisões (KITTLER, 2017).

4.1.2 Formação de uma sociedade algoritmizada

Ao abordarmos o tratamento informacional de seleção ou filtragem de informação nos sites de redes sociais, evocamos o debate sobre a presença de novos elementos no âmbito técnico da ecologia informacional, conforme apresentamos, e suas possíveis afetações sobre os atores sociais existentes. Afinal, diferente dos mecanismos dispostos antes da consolidação da informática, os filtros de conteúdo trazem questões importantes para entender como se estabelecem as interações sociais por meio das tecnologias digitais. E conforme defende Tefko Saracevic (1996), a alteração em qualquer um dos elementos principais da relação sócio-ecológica tem a capacidade de mudar todo o sistema, ou seja, a estrutura social. É neste sentido que se pode falar na formação de uma sociedade algoritmizada, considerando que a contabilidade por detrás dos agentes inteligentes de gerenciamento de informações não é apenas condição técnica e abstrata, mas também oportunidade para a constituição das intenções humanas e parte dos fenômenos culturais:

[...] um algoritmo é uma *máquina de cultura*: ele opera dentro e além da barreira reflexiva da computabilidade efetiva, produzindo cultura em um nível macrosocial ao mesmo tempo em que produz objetos, processos e experiências culturais. (FINN, 2017, p. 34, tradução nossa)¹⁰².

A cultura algorítmica desta sociedade trata-se, portanto, do envolvimento de lógicas matemáticas de computação com o pensamento, a conduta, a organização assim como a própria expressão humana. Neste aspecto, Raymond Williams defende que um movimento cultural é

são inegáveis por, nesta, estar embutida a dimensão física e quantificável da informação, independentemente do seu conteúdo, dos emissores e receptores (FINN, 2017).

¹⁰¹ Na primeira fase, a mídia era usada como arquivo, a exemplo do jornal, do livro, do cinema, do áudio gravado, por exemplo. Na segunda fase, a mídia passa a carregar como característica a transmissão, quando surgem a TV e o rádio, de onde vêm a inteligência militarista baseada em uma sociedade de massas (KITTLER, 2017).

¹⁰² No original: [...] an algorithm is a *culture machine*: it operates both within and beyond the reflexive barrier of effective computability, producing culture at a macro-social level at the same time as it produces cultural objects, processes, and experiences.

normalmente refletido nas transformações gerais de nossas maneiras de pensar sobre a vida e nas diversas esferas que a constitui, de modo que “‘cultura é o corpo do trabalho intelectual e imaginativo, no qual, de forma detalhada, o pensamento e a experiência humanos são registrados de várias maneiras.’” (WILLIAMS, 2009, apud STOREY, 2018, p. 44, tradução nossa)¹⁰³. O acesso e a distribuição de conteúdos mediados por ferramentas que têm impacto sobre a produção do conhecimento – se assim considerarmos também como parte resultante das interações sociais – demandam compreender as delegações dadas a estes mecanismos no processamento de informações para produção e difusão da cultura. Neste sentido há uma relação intrínseca entre pessoas, informação e cultura cada vez mais definida pela mediação tecnológica, pois esta tem tido um papel fundamental sobre o modo “como as pessoas buscam informações, como percebem e pensam sobre os contornos do conhecimento e como se entendem no discurso público e por meio dele.” (GILLESPIE, 2014, p. 183, tradução nossa)¹⁰⁴.

A questão principal para se discutir a formação cultural algorítmica é que, diferente de como ocorre na realidade orgânica, as lógicas matemáticas não só organizam as interações sociais e remontam os conteúdos simbólicos que a elas são submetidos – revestindo-os de sentidos segundo seus padrões –, como também acabam eliminando parte do que poderia ser considerado crucial para a cultura sobre a prerrogativa de fazer circular apenas o que for de maior relevância. Trata-se, portanto, do que Ted Striphas afirma sobre o fato de estarmos delegando às ferramentas matemáticas a tarefa de eliminar uma parte importante da entropia de nossas produções simbólicas. Com isso, para o autor, “[...] os algoritmos assumiram significativamente o que [...] tem sido uma das principais responsabilidades da cultura, ou seja, a tarefa de ‘remontar o social’ [...]” (STRIPHAS, 2015, p. 406, tradução nossa)¹⁰⁵. É em torno deste importante ponto que trataremos algumas questões para compreender melhor o contexto contemporâneo destas dinâmicas sociotécnicas.

Na atual realidade em que são disponibilizadas torrentes de informações, beirando volumes quase imensuráveis de bytes armazenados de postagens, tweets, e-mails, fotos, vídeos, links etc., os filtros de conteúdo envoltos por lógicas algorítmicas têm se mostrado a “solução” para as grandes demandas informacionais. A razão da existência do algoritmo é sempre fundada

¹⁰³ No original: [...] ‘culture is the body of intellectual and imaginative work, in which, in a detailed way, human thought and experience are variously recorded’.

¹⁰⁴ No original: [...] how people seek information, how they perceive and think about the contours of knowledge, and how they understand themselves in and through public discourse.

¹⁰⁵ No original: [...] algorithms have significantly [...] one of culture’s chief responsibilities, namely, the task of ‘reassembling the social’ [...]

no tratamento automatizado dos dados, agindo quando acionado a partir de poucas ou quase nenhuma intervenção ou supervisão humana regular e produzindo resultados a partir dos *inputs* humanos, mas também dos mais variados dispositivos conectados à grande rede que compõem a chamada Internet das Coisas. São essas diferentes entradas que formam o *big data* (BEZERRA, 2015), compondo um acervo informacional que, ao ser computado, resulta em *outputs* baseados em critérios algorítmicos de organização, categorização e visibilização de conteúdos que, muitas vezes, manifestam interesses de diferentes instituições, sejam grandes empresas ou governos. E como mencionado, ao longo do desenvolvimento tecnológico, percebeu-se que as informações cedidas intencionalmente ou não pelos próprios usuários, capturadas a partir de nossas atividades, preferências e expressões no mundo digital, potencializam a capacidade de conceder resultados de maior relevância. Com isso, todo este rastreamento que ocorre em sites como o Facebook ajuda as empresas a anteciparem as possíveis respostas e soluções aos interesses dos usuários, dando a entender que são sinais de eficiência de suas ferramentas, obviamente, lardeados por objetivos comerciais.

Estamos tratando, portanto, de um ciclo contínuo de tratamento informacional algoritmizado, em que as interações mediadas por computador são capturadas para aperfeiçoar mecanismos que viabilizam posteriores interações mais bem-sucedidas, em uma retroalimentação infundável. O ponto que precisa ser levantado é que tanto a coleta dos *inputs* quanto a montagem dos *outputs* estabelecidas pelos algoritmos funcionam segundo regras que muitas vezes os donos das ferramentas, “autônomas e objetivas”, preferem não abrir ao público ou mesmo discutir (GILLESPIE, 2014). São vários os casos e pesquisas que retratam, por exemplo, algumas ações de algoritmos que provocaram problemas de segregação, discriminação racial, intolerância religiosa etc. Afinal, ao passo que migramos cada vez mais as experiências para o ambiente das tecnologias, é preciso considerar também que: “Os preconceitos e valores humanos estão embutidos em cada etapa do desenvolvimento. A informatização pode simplesmente levar a discriminação a altos níveis.” (PASQUALE, 2015, p. 35, tradução nossa)¹⁰⁶.

Todo o poder de informação conferido aos grandes bancos de dados de atividades e preferências dos usuários acaba interferindo na esfera cultural como um todo, gerando diversas questões econômicas, sociais e políticas. Sendo assim, embora se combinem em muitos pontos, podemos destacar separadamente pelo menos três efeitos produzidos pelos mecanismos que

¹⁰⁶ No original: Human biases and values are embedded into each and every step of development. Computerization may simply drive discrimination upstream.

precisam ser discutidos: a desfragmentação da sociedade em públicos altamente calculados e personalizados na rede, à medida que os algoritmos são recebidos no meio social como buscadores de informações neutros e de confiança; a forma de poder estabelecida por meio destas novas práticas de pensar e perceber os contornos do conhecimento, vitais para a participação no discurso público e a vivência nas democracias ocidentais; e por fim, as consequências dos objetivos econômicos através da prestação de serviços por companhias munidas de estratégias capitalistas agressivas, amparadas pela prerrogativa de não revelarem suas ações em virtude da segurança de seus negócios (GILLESPIE, 2014).

É preciso retomar a ideia de que a recorrência da utilização destas ferramentas no tratamento informacional além de aperfeiçoar o nosso contato com o conhecimento, também tem a capacidade de alterar as formas como pensamos por meio da acentuada integração das interfaces tecnológicas com a consciência humana, afinal: “Usamos todos os tipos de ferramentas para aprimorar ou modificar nossa experiência mental do mundo.” (FINN, 2017, p. 36, tradução nossa)¹⁰⁷. A utilização dos algoritmos neste caso acaba produzindo uma certa lógica de conhecimento, passando a determinar que tipo de informação deve ser considerada como tal, pois se estabelece a aura de que os mecanismos são capazes de garantir a objetividade na montagem do universo de conteúdos consumidos com avaliações justas, precisas, livres de subjetividade, erro ou tentativa de influência.

A “objetividade” algorítmica aproxima-se daquela que é defendida pelo jornalismo em sua prática, por exemplo, e parte da cooperação fornecida pelo usuário para que a ferramenta funcione – afinal diante do *big data*, os algoritmos necessitam de nossa ajuda para determinar relevância. Se a objetividade jornalística está fundada em um conjunto de regras estilísticas e deontológicas, a algorítmica é fundamentalmente baseada na matemática e na estatística, assim como na própria tecnologia e no fato de que seus processos não têm participação humana, que seria mais sujeita a vieses e preconceitos. Contudo, na verdade está sendo criada uma espécie de subjetividade participativa, cujos gestos de afinidade são vistos pelos processos matemáticos como um critério-chave para criação de um ambiente altamente controlável e personalizável (GILLESPIE, 2014).

Uma das consequências da domesticação do usuário com os algoritmos nos sites de redes sociais, a exemplo do *EdgeRank* do Facebook, é a estruturação de comunidades de usuários calculados, cuja personalização é elevada a um nível tão refinado que pode se tornar

¹⁰⁷ No original: We use all sorts of tools to enhance or modify our mental experience of the world.

prejudicial para a diversidade do diálogo e dos interesses coletivos. Estas tecnologias acabam deformando a percepção de uma realidade mais ampla pelas pessoas, ao associá-las em rede sob o princípio das convergências políticas e ideológicas, por exemplo. Como resultado, são formadas as “câmaras de eco”¹⁰⁸. E esta condição acaba provocando um condicionamento das interações sociais dentro do que mais contemporaneamente tem sido chamado de “bolhas de filtros”, pois diz respeito à possibilidade tecnológica que, a partir dos dados dos próprios usuários, incorre na fatalidade do isolamento informacional provocado pela filtragem de informação. Neste sentido, é pensado que o alcance massivo dessa manipulação algorítmica culmina em diversas implicações sociais, como o próprio comprometimento do potencial democrático das sociedades contemporâneas (PARISER, 2012).

Um dos principais desafios é entender os critérios utilizados pelas empresas de tecnologias na determinação dos resultados entregues aos interesses informacionais dos usuários. Afinal, como pontuado, as companhias parecem guardar seus processos algorítmicos em caixas pretas, muitas vezes sobre a prerrogativa de não “entregar seus segredos comerciais.” (PARISER, 2012, p. 202). Portanto, é difícil compreender em detalhes os benefícios econômicos e políticos dispostos nas ferramentas que nos são disponibilizadas e, neste sentido, os algoritmos começam a superar a realidade legal e ética dos governos, uma vez que passamos a conviver com a “legislação” das previsões e regras matemáticas, com grande efeito na regulação do comportamento social. Assim é possível diferenciar que na vida real somos amparados por meio de constituições, estatutos e outros códigos legais, diferentes do ciberespaço, cuja realidade é permeada por diferentes processos matemáticos presentes nos softwares e hardwares que os tornam possíveis e que regulam o ambiente da internet, de forma que o “código é a [própria] lei” (LESSIG, 2006, p. 5, tradução nossa)¹⁰⁹.

São inúmeros os exemplos de como os algoritmos interferem na economia, pois o princípio lógico das estratégias de negócios utilizadas pelas gigantes da internet são bastante próximas, consistindo basicamente na máxima personalização de suas ofertas. O sucesso das vendas pode ser descrito em pelo menos três momentos: entender quem é a pessoa e do que ela gosta; oferecer conteúdo e serviço adequados; por fim, realizar ajustes finos ao *feedback* (PARISER, 2012). Empresas como Amazon, Facebook, Google e Yahoo, entre outras,

¹⁰⁸ Câmara de eco é uma metáfora análoga bastante utilizada nos casos em que os meios de comunicação de massa acabam ampliando ou reforçando determinadas informações a partir da repetição e do reforço de ideias e crenças únicos, em que a diferença ou concorrência é sempre censurada ou desautorizada (QUATTROCIOCCI; SCALA; SUNSTEIN, 2016).

¹⁰⁹ No original: [...] “code is law”.

aprimoram o trabalho de prever o que cada cliente procura para potencializar em grandes níveis as chances de vender seus produtos à pessoa certa e no momento certo. É a realidade, por exemplo, dos anúncios que aparecem em uma plataforma de busca qualquer e, quase que magicamente, acompanham o usuário nos demais sites em que ele costuma navegar. O alcance destes objetivos é muitas vezes facilitado quando as companhias lançam mão da estratégia de oferecer aos seus públicos serviços “gratuitos”¹¹⁰, mas cujos custos de operação, na verdade, são descontados nas informações cedidas por nós e sobre nós mesmos, convertendo assim estes dados em dinheiro de forma direta ou em insumos para aperfeiçoar os algoritmos de recomendações especializadas para venda de produtos.

De um modo geral, a cultura algorítmica compõe o cenário de que a sociedade contemporânea se encontra sob a forma de um novo ordenamento social regido por tecnologias que alteram as estruturas clássicas de representação do mundo. As diversas inovações técnicas que surgiram no século XX, como extratos do progresso científico, passaram a estabelecer outras bases de segurança simbólica no meio social. Os dispositivos presentes nesta conjuntura substituem os modos de pensar as esferas sociais, culturais e econômicas, que agora são organizados pela produção de um regime neoliberal, alterando todo sistema capitalista como era conhecido, a começar pela importância de seu principal insumo: a informação. A preponderância dos algoritmos no cenário contemporâneo acaba gerando diferentes autonomias de poder, das quais tratamos o ponto de vista teórico-metodológico de um regime informacional, constituído pelos processos sociotécnicos das redes de computadores.

4.2 Ambiente político-comunicacional de 2018

4.2.1 Polarização das eleições gerais brasileiras

Como forma de contextualizar os dados coletados para observação, apresentaremos algumas das principais circunstâncias históricas que desembocam no cenário politicamente polarizado de 2018 no Brasil. Tal levantamento serve também como suporte metodológico, uma vez que o entendimento sobre o ambiente externo em que se encontra o *corpus* de pesquisa

¹¹⁰ Alguns dos exemplos bastante conhecidos é o serviço de e-mail eletrônico do Gmail, que durante muito tempo foi utilizado como uma das fontes principais para extração de dados sobre nossas vidas. Entre outros casos também está o próprio acesso livre aos sites de redes sociais, como o Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, embora este último já ofereça um serviço pago longe de anúncios. E talvez um dos mais recentes foi anunciado pela Amazon Web Services, cuja oferta é oferecer hospedagem de documentos e arquivos na nuvem com a promessa de facilitar a vida do cliente pela flexibilidade de dispensar aquisição de hardwares (PARISER, 2012).

além de ser importante para melhor exame avaliativo do fenômeno, trata-se também de uma das condições básicas do método escolhido de análise de conteúdo, que pressupõe aferir “o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens.” (BARDIN, 2011, p. 48). Sendo assim, estamos nos debruçando, neste início, sobre a unidade de contexto necessária para compreensão dos elementos presentes nos enunciados, chamados de unidades de registro, a partir das suas condições de produção, isto é, em que circunstância o emissor fala.

As eleições gerais de 2018 fazem parte de um contexto social e político característico que vinha se formando desde 2013, completando assim um longo período marcado por diversos movimentos populares de rua nas grandes capitais brasileiras, dentre os quais um que contabilizou, em número de participantes, a maior mobilização da história do país desde o *impeachment* do presidente, Fernando Collor, em 1992¹¹¹. As Manifestações de Junho de 2013 ou Jornadas de Junho¹¹², como ficaram conhecidas, começaram a partir de uma insatisfação popular com o aumento nas tarifas de transporte público. E embora fossem também chamadas por muitos de “Manifestações dos 20 centavos”, com a crescente onda de protestos, as pessoas foram levando diversas outras motivações para as ruas, como: interesse por reformas na educação; exigência de melhores condições de acesso dos estudantes às instituições de ensino através de passes livres para deslocamento; reclames sobre o dispêndio de investimentos do governo nos projetos dos estádios para a Copa do Mundo de 2014, assim como para os Jogos Olímpicos realizados dois anos depois; dentre outras demandas mais regionais. Embora todas estas pautas se mostrassem bastante genéricas e sem uma demanda única mais clara nas vozes dos populares¹¹³, foram sendo endossadas pelas massivas notícias sobre corrupção e problemas de infraestrutura do país propagadas pela grande mídia, que passou a apropriar sua abordagem sobre os movimentos, à medida que estes cresciam e ganhavam importância.

As manifestações de 2013 foram distintamente marcadas na história brasileira pelo fato de serem organizadas por meio da internet, sobretudo, através das redes sociais digitais. Em que pesem as diferentes motivações, circunstâncias e desdobramentos, diversas outras mobilizações próximas a este período ocorreram em outros países, a exemplo do Oriente Médio e do Norte da África – que ficou conhecido por Primavera Árabe; nos Estados Unidos, com o

¹¹¹ Cf. DE SÃO PAULO. Protesto em São Paulo é o maior desde a manifestação contra Collor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹¹² Cf. TOLEDO, Luiz. Passeata dos Cem Mil, Caras Pintadas e Movimento Passe Livre debatem ‘Jornadas de Junho’. **Estadão**, São Paulo, 13. dez. 2013. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹¹³ Cf. MENDES, Vinícius. ‘Junho de 2013 é um mês que não terminou’, diz socióloga. **BBC News Brasil**, São Paulo, 3. jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 6 set. 2021.

Occupy Wall St.; e na Espanha, com o Los Indignados. O crescimento destes conflitos considerados globais, embora ocasionados por motivações locais nos países onde ocorreram, tinha como fator em comum a participação popular nas redes, passando a revelar uma nova fase na democracia mundial, em que a crença na política, no Estado e nas instituições de um modo geral se mostrava abalada¹¹⁴. Além disso, este período consolidou na realidade brasileira a constatação de que as tecnologias da informação e comunicação haviam alterado as formas das relações sociais na esfera pública, passando a se realizar em formato não-hierárquico e, sobretudo, descentralizado. Com isso, alguns temas que antes se restringiam a determinadas classes e a determinados espaços de comunicação, como o político, passam a ser tratados de forma mais livre e aberta, diante da condição de haver um canal em que grande parte do público consegue agora emitir suas opiniões e também ser ouvido.

Um dos pontos que se vem discutindo a respeito do florescimento das manifestações no Brasil são as condições sociotécnicas envolvidas nos processos sociais com o uso das mídias sociais digitais. Manuel Castells nos lembra que antes mesmo da conexão da internet, os indivíduos estabeleciam ligações entre si através de suas redes neurais, responsáveis pela concretização do ato comunicativo, de modo que: “Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada.” (CASTELLS, 2013, p. 8). A formação do movimento social será, portanto, o estabelecimento de uma ponte de comunicação entre indivíduos, que na realidade das novas mídias será lardeado por apelos emocionais e reforçado pela natureza dos próprios assuntos que demandam esta ordem do sensível:

De fato, a mudança social envolve uma ação individual e/ou coletiva que é, em sua essência, emocionalmente motivada, da mesma forma que todo comportamento humano, segundo recente pesquisa em neurociência social. No contexto das seis emoções básicas identificadas por neuropsicólogos (medo, aversão, surpresa, tristeza, felicidade e raiva), a teoria da inteligência afetiva em comunicação política argumenta que o gatilho é a raiva, e o repressor, o medo. A raiva aumenta com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente por ela responsável. O medo desencadeia a ansiedade, associada à evitação do perigo. Ele é superado pelo compartilhamento e pela identificação com outros num processo de ação comunicativa. Então a raiva assume o controle, levando ao comportamento de assumir os riscos. (CASTELLS, 2013, p. 127-128).

A profunda polarização político-ideológica presente nas redes sociais digitais brasileiras, segundo pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), teria sido um crescente

¹¹⁴ Cf. PROTESTOS globais crescem com perda de fé na política e no Estado, diz ‘Observer’. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23. jun. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 6 jul. 2019.

reflexo dos mencionados protestos iniciais de 2013, principalmente, no eixo Rio-São Paulo. Como já abordado, a saída de milhares de pessoas às ruas ganhou força nacional também no espaço das mídias digitais, fazendo com que os ânimos dos usuários ficassem cada vez mais acirrados. Os anos que se sucederam às Jornadas de Junho foram acentuando gradativamente a realidade polarizada do debate público. E assim a circunstância crescente da participação popular foi responsável por gerar grande quantidade de interações de pessoas que passaram a se posicionar em oposição ou defesa ao governo brasileiro, conforme aponta o DAPP/FGV¹¹⁵. Com isso, mídias sociais digitais como o Facebook e o Twitter foram importantes agentes na construção deste cenário, à medida que os usuários passaram a tomar estes sites como fonte primária de notícias, contribuindo desta forma para a produção de um grande volume de informações e opiniões políticas.¹¹⁶ E a partir do *impeachment* de 2016, marcado pela icônica votação no Congresso¹¹⁷, consolidou-se nas redes a divisão de duas linhas partidárias principais no Brasil, as quais popularmente são retratadas como: esquerda (progressistas) e direita (conservadores), seguindo a tendência de alguns países.

Todo este clima de polarização política se estendeu no território nacional, permeando também um dos principais pleitos brasileiros: as eleições presidenciais. Os inúmeros casos de agressão verbal e ameaças aos representantes das três esferas do poder nas redes prenunciava um período delicado para a democracia e a liberdade. Embora fosse comum ao processo eleitoral a acentuação dos embates públicos, o início do ano de 2018 já havia demonstrado que a disputa presidencial se daria para além da competição partidária, mas se estenderia aos níveis da violência física propriamente dita. Às vésperas do período de propaganda eleitoral, que se inicia normalmente quatro meses antes do pleito, perdurando até a véspera da votação, o então presidente do Senado, Eunício Oliveira, havia declarado que “o que tem ocorrido no Brasil ultimamente não é desavença, não é mal-entendido; é uma brutal intolerância, que, nos médio e longo prazos, pode comprometer nosso projeto de nação democrática.”¹¹⁸

O jornal *The New York Times* chegou a publicar que a corrida presidencial brasileira vivenciava um verdadeiro “drama”, uma vez que, além da polarização política surgida nos anos

¹¹⁵ MOTTA, Danilo. Divulgação da lista da PGR e pronunciamento de Dilma reforçam polarização nas redes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹¹⁶ RIBEIRO, Pablo. Gráficos mostram polarização política nas redes sociais no Brasil. **Galileu**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹¹⁷ TEIXEIRA, Zé Enrico. As pérolas do domingo de votação na Câmara. **Época**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com>. Acesso em: 6 jul. 2020.

¹¹⁸ Cf. ELEIÇÕES de 2018 serão marcadas pela polarização do eleitorado, diz Eunício. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 9 maio 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 6 jul. 2019.

anteriores, um dos candidatos havia sido preso, outro foi esfaqueado e, a uma semana antes da votação, um grupo de mulheres havia organizado protestos por todo o país contra o presidenciável favorito.¹¹⁹ Em meio aos recentes crimes, recessão econômica e às pautas de corrupção veiculadas pela grande mídia, políticos e eleitores passaram a se utilizar das mais variadas estratégias da rede para realização da campanha para o que acreditavam ser o melhor para o país. A facilidade da rapidez e do anonimato facilitaram a ampla participação de pessoas, que passaram a se posicionar politicamente de maneira bastante contundente nas mídias sociais digitais e isso impulsionou a presença de conteúdos de todos os tipos, inclusive de natureza falsa, duvidosa e muitas vezes pejorativa. Este dilúvio de postagens com pouco diálogo racional, mas com bastante emoção e discursos de ódio foi chamado pelo jornal *Financial Times* de “debate político tóxico”¹²⁰. E isso é bastante demonstrável nos dados que revelam um aumento significativo no número de denúncias de discurso de ódio ou intolerância na internet¹²¹.

Embora os casos de desinformação com maior repercussão nacional tenham surgido em 2016 – ano considerado como o grande início do problema por alguns especialistas¹²² –, o pleito presidencial de 2018 foi considerado como um dos eventos que mais contou com notícias envolvendo distribuição deliberada de desinformação ou boatos de perfis falsos nas redes sociais digitais. Além disso, tornou-se também comum a prática de *cyberbullying*¹²³ contra os mais diversos usuários vulneráveis na internet, agentes e representações públicas. Sendo assim, as eleições brasileiras tornaram clara a existência de um complexo sistema para desinformação, envolvendo sites e perfis falsos nas redes, empresas financiadoras, produtoras e distribuidoras de conteúdos falaciosos.¹²⁴ Tudo isso a exemplo dos vazamentos de dados seguidos de

¹¹⁹ Cf. DARLINGTON, Shasta. Brazil's presidential race: who's ahead and what to expect. **The New York Times**, New York, 6 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com>. Acesso em: 26 ago. 2020.

¹²⁰ Cf. ELEIÇÕES 2018: Eleição movida por debate 'tóxico' nas redes sociais expõe 'fraturas' na democracia brasileira, diz *Financial Times*. **BBC News Brasil**, São Paulo, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹²¹ MESQUITA, Lígia. Denúncias de discurso de ódio online dispararam no 2º turno das eleições, diz ONG. **Época Negócios**, Rio de Janeiro, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com>. Acesso em: 3 ago. 2019.

¹²² A eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos entre Donald Trump e Hillary Clinton foi o ponto de partida para muitas análises sobre o tema da desinformação, em que começaram a ser apresentados diversos estudos sobre padrões do fenômeno. Um dos trabalhos pioneiros foi do projeto *First Draft*, liderado pela jornalista Claire Wardle, que deu origem à simplificação destes tipos de conteúdos em algumas categorias, o que ela chama de *types of misinformation* (tipos de informações falsas). Cf. WARDLE, Claire. 6 types of misinformation circulated this election season. **Columbia Journalism Review**, New York, 18 Nov. 2016. Disponível em: <https://www.cjr.org>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹²³ Formada pela aglutinação das palavras de origem inglesa “*cyber*”, associação ao tipo de comunicação que se estabelece por meio das mídias digitais; e “*bullying*”, que é a ação de provocar, intimidar ou humilhar uma pessoa, a prática *cyberbullying* é aplicada para descrever atos ofensivos ou caluniosos contra alguém na internet.

¹²⁴ Cf. BERGAMO, Mônica. CPMI das Fake News discutirá quebra de sigilo bancário de nove empresas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 21 dez. 2020.

microdirecionamentos de conteúdos a usuários por meio da empresa de mineração e análise de dados Cambridge Analytica no pleito estadunidense e no *Brexit*, do Reino Unido¹²⁵, além de influenciadores e agentes públicos, responsáveis por instigar a polarização política no país.

4.2.2 *Releituras do conceito de esfera pública*

A partir dos novos fatores estabelecidos pela formação de uma sociedade algoritmizada, é possível pensar sobre novas formas de percepção produzidas, já que estes processos vão estabelecendo cada vez mais regimes de verdade próprios (nos termos foucaultianos). Esta conjuntura sociotécnica, atravessada pelo fenômeno globalizado das tecnologias da informação e comunicação, abre caminhos para novas possibilidades de construção da realidade por implicar sobre as representações da corporeidade e sobre a propriocepção, muitas vezes, decorrentes de razões algorítmicas nos motores de busca, filtros de conteúdo, interfaces com organização inteligente etc. A lógica de processamento matemático de conteúdos neste sentido pode ser pensada como uma nova ferramenta do conhecimento e do discurso que definem por sua vez uma nova dimensão da esfera pública, à medida que tratam dos elementos da vida e do social de maneira culturalmente inteligível.

O conceito de esfera pública, elaborado por Jürgen Habermas, baseia-se na ideia de que, com o surgimento do capitalismo no século XIII, emergiu também um “novo sistema de trocas: *a troca de mercadorias e de informações [...]*” (HABERMAS, 2003, p. 28, grifo do autor) e desta forma a imprensa pode ser considerada uma das grandes responsáveis por este cenário, à medida que através dela a transmissão de informações tornou-se pública. Com a acessibilidade regular e mais ampla da comunicação, a classe burguesa como sociedade assume cada vez mais consciência sobre si e sobre o Estado, o que mais tarde fará com que a legitimidade e o poder do governo estejam sujeitos à opinião do povo. O desenvolvimento do uso público da razão será importante não apenas para a autopercepção da burguesia no meio social, mas também constituirá uma forma de poder decisório, uma vez que a crítica, ao ser tomada como voz da sociedade civil e do interesse comum, é agregada agora como parte da construção das estruturas estatais. Assim, a esfera pública dispõe da tarefa política de regulamentar e modular o governo por meio das discussões populares, que por sua vez resultam na criação de novas normas de

¹²⁵ Cf. ENTENDA o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 5 ago. 2020.

conduta e leis baseados na verdade construída pelo debate e não mais pelo princípio de soberania absoluta como em tempos passados (HABERMAS, 2003).

A parte que diz respeito ao ideal do que deveria ser a esfera pública em Habermas se mostra bastante relacionada também com a origem histórica da informática e da internet, que, como discutimos, é associada à capacidade de melhorar a dinâmica da democracia nas sociedades contemporâneas. O fenômeno das mídias sociais digitais permitiu a transmissão de informações através de uma eficiente forma de mobilização por redes participativas e colaborativas jamais vista antes, sendo assim, estamos falando muito mais do que sobre um poder comunicacional, mas, sobretudo, político, como é introduzido pelo pensamento habermaniano. A trama entre a esfera pública e as novas dinâmicas de interação social das mídias digitais se mostrou ao mundo, principalmente, com a corrida presidencial de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, em 2008. Afinal diante do amadurecimento da Web 2.0, foi possível a realização de um tipo de campanha política diferente, cooperativa, que contou em grande parte com os internautas para difusão viral de informações e de constantes mobilizações a partir da estrutura do ambiente on-line (GOMES *et al.*, 2009). Embora tivesse um papel até então secundário, a presença da realidade das redes sociais digitais nas eleições de Obama contribuiu muito para consolidar uma nova prática na esfera pública, assim como para incentivar uma maior participação sobre o assunto, provocando uma conscientização popular em larga medida.

Embora seja preciso sempre a observação em direção a evitar ideias que partam de um determinismo tecnológico, constata-se que as mídias digitais e toda a conjuntura de suas peculiaridades técnicas, como os algoritmos, estão mudando a forma com que o discurso público é estabelecido. Torna-se cada vez mais claro que a dinâmica algorítmica por trás do modo de se obter informação é uma forma de poder, à medida que está presente na viabilização da participação dos atores nos debates sociais, cuja visibilidade ou invisibilidade de determinados conteúdos tem um apelo não apenas semântico da construção da realidade, mas também político (GILLESPIE, 2014). Afinal, estes mecanismos buscam resolver o problema de identificar, por meio da seleção das informações, o que é considerado de crucial importância para cada tipo de público. Com isso, tanto o processo algorítmico que determina quais conteúdos serão acessados pelos usuários quanto a sociabilidade tencionada em interações sociais por meio de “bolhas de filtros” ou “câmaras de eco” tornam legítimo esta forma de acesso ao conhecimento.

Com base em uma avaliação sociológica, Michel Maffesoli dirá que o evento das Manifestações de 2013 foi resultado da expressão de um desejo reprimido da espontaneidade

emocional popular em resposta à não identificação com a política moderna. Trata-se, neste sentido, não de uma revolução propriamente dita, mas de retorno às lógicas tribais que apontam para a emoção coletiva, o senso de comunidade e solidariedade, todos estes majorados pela realidade das redes sociais digitais¹²⁶. Esta nova fase contemporânea, portanto, é explicada nos conceitos trabalhados por Maffesoli de socialidade, conforme já apresentados, pois as insatisfações presentes nas Jornadas de Junho revelam um rompimento com o acordo “teatral” estabelecido entre representantes e representados, de forma que há uma saturação neste relacionamento, cuja alternativa estaria nas mídias digitais como forma de participação mais direta. Toda a questão sobre a formação de redes agrupadas por afinidades de interesse fica clara diante do pluralismo apresentado nas mobilizações, cuja pauta se mostrava com os mais variados temas, contudo, unidos pela condição emotiva da insatisfação (MAFFESOLI, 1998).

O conceito de tribalismo contribui bastante para entender o momento no que diz respeito à pré-disposição que as pessoas passaram a ter pela rápida agregação, a partir de laços fracos e, portanto, frágeis, mas também íntimos por envolver maior fluidez e forte apelo ao compartilhamento emocional. Esta forma de socialidade é baseada em microestruturas se contrapondo às macroestruturas das instituições tradicionais, construídas sobre elementos bastante racionais, individuais e em condições muito rígidas. A comunicação digital contemporânea permite uma nova forma de mobilização social e Maffesoli resgata com isso a ideia dos públicos de massa, mas que seriam dispostos agora em pequenos grupos de redes existenciais, pois “é a partir do ‘local’, do território da proximidade, que se determina a vida de nossas sociedades. E todas essas coisas se referem, também, a um saber local, e não mais a uma verdade projetiva e universal.” (MAFFESOLI, 1998, p. 81). Ao mesmo tempo, o hibridismo e a ambiguidade também constituem estes movimentos, pois as manifestações de 2013 marcavam não apenas os espaços físicos urbanos, mas também simbólicos, evidenciado pela realidade digital do ciberespaço. E com isso, ao reunirem tribos com diversos interesses particulares sem uma finalidade geral definida, os protestos mostram a ambivalência e a liquidez do fenômeno.

Com base nos diversos pontos apresentados, pode-se dizer que a origem da formação de um contexto de ampliação do debate público sobre política na conjuntura contemporânea seria, então, um reflexo que pode ser abreviado nos seguintes fatores: o ideário democrático expresso na informática e na internet; a migração de parte dos processos interativos de sociabilidade para o ciberespaço; a emergência de um novo formato das relações sociais na

¹²⁶ Cf. EICHENBERG, Fernando. Michel Maffesoli: ‘Vejo esses movimentos como Maios de 68 pós-modernos’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 26 ago. 2020.

constituição de estruturas de uma sociedade em rede; o estabelecimento da cibercultura na formação de novos modelos da capacidade cognitiva humana (cultura participativa e inteligência distribuída); a tendência do forte apelo ao compartilhamento afetivo proposto pelas mídias digitais; e a natureza do tema essencialmente movido pelo comportamento humano da ordem das emoções. Como consequência destes diversos aspectos, o mundo passou a formar gradativamente um ambiente de muita participação de ideias, que em grande parte dos casos não coincidem na esfera política, o que gera embates para além da razoabilidade.

Os fatores apresentados na realidade dos casos de *fake news*¹²⁷, polarização política, alienação informacional sob a condição das “bolhas de filtros” ou “câmaras de eco” etc. evocam em alguns pensadores a percepção de vivenciarmos uma crise informacional, com potencial de colocar em risco não apenas as liberdades individuais, como também a própria representação política e o espaço público da imprensa, tradicionalmente a guardiã da esfera pública. Somada a estas questões, há também o surgimento de uma horizontalidade na produção de informações, pois as redes sociais digitais – e não mais determinadas empresas ou personalidades públicas – estão moldando, compartilhando e reconfigurando os conteúdos de mídia, nos quais também se inclui a ação popular na abordagem de notícias. A circulação de informações, portanto, ganha uma nova dimensão neste contexto, diferente do sentido tradicional que remete apenas à ideia de distribuição. Estaríamos nos referindo a uma forma diferente de mediação, permeada por conteúdos interagindo com os receptores e entre os receptores, produzindo uma ação contínua de produção. O que se deve atentar é que a circulação de conteúdo de mídia dentro da cultura participativa pode servir a uma variedade de interesses, alguns deles culturais, políticos ou econômicos, dentre os quais estaria em jogo até mesmo o papel do jornalismo, pois:

As redações ainda estão lutando para descobrir quais podem ser suas novas funções em um ambiente onde a demanda por informações pode ser impulsionada pelo afeto e moldada pelo que acontece nas comunidades online, onde os cidadãos podem fazer exigências sobre o que os jornalistas cobrem e podem remendar informações de uma variedade de recursos se os veículos de notícias tradicionais não fornecerem as informações desejadas. (JENKINS; GREEN; FORD, 2013, p. 42, tradução nossa)¹²⁸.

¹²⁷ Acompanhando diversos pesquisadores, entenderemos o termo “*fake news*” como a nomenclatura comum para o tema sobre as práticas de desinformação, que consistem na elaboração de conteúdos falsos ou em grande parte imprecisos, podendo apresentar características de escrita e formato jornalísticos, com objetivo econômico ou ideológico (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

¹²⁸ No original: Newsrooms are still struggling to figure out what their new roles may be in an environment where the demand for information can be driven by affect and shaped by what happens within online communities, where citizens may make demands on what journalists cover and may cobble together information from a range of resources if traditional news outlets fail to provide desired information.

De modo complementar, o atual cenário das sociedades, permeado pelas tecnologias da informação e comunicação, aponta para a concepção de um diferente pacto semântico ou semiótico entre seus membros. E este acordo de comunicantes, ou seja, daqueles que se relacionam ou organizam mediações simbólicas, parece assumir outra modalidade de representação na contemporaneidade, em que o receptor passa a perceber o mundo na contingência de seu fluxo com base em um próprio “espaço-tempo social (imaterialmente ancorado na velocidade do fluxo eletrônico), um novo modo de autorrepresentação social e, por certo, um novo regime de visibilidade pública.” (SODRÉ, 2010, p. 17). Trata-se, portanto, de uma atualizada percepção da realidade, diferente da convencional mediação imagética entre sujeito (indivíduo) e objeto (mundo), pois agora ambos passam a ser concebidos como a própria imagem por meio de códigos tecnológicos. Moisés Martins (2007, p. 19), por exemplo, ressalta que o debate acerca dos temas da desinformação diz respeito a uma “situação espiritual do nosso tempo”, podendo ser classificada ainda como “angustiante” por tratar-se de uma “crise geral dos sentidos” ou mesmo de uma “crise geral de valores”. Significa dizer que o problema vivenciado tem de algum modo ou de outro suas raízes firmadas na imprecisa forma de lidar com a realidade, muitas vezes, devido à incapacidade humana de dar conta da grande quantidade de conteúdos produzidos e propagados pelas tecnologias digitais.

A sociedade algoritmizada é fundamentada em uma lógica midiática e que, majorada pelos processos algorítmicos, passa a configurar não apenas as identidades dos grupos sociais, mas formas próprias de consciência. E isso é demonstrável na realidade deste novo regime de informação que produz condições próprias de enunciação, de verdade e de compreensão. Sendo assim, estamos falando de dispositivos que implicam diversos efeitos no meio social, dentre estes, o problema da imprecisão da informação, fenômeno este com formas de percepção decorrentes dos processos de midiatização (SODRÉ, 2010). E este efeito decorreria do acelerado desenvolvimento dos processos de convergência midiática, em que se tem uma forma virtual ou simulada da vida, que é o *bios* midiático ou virtual. Na midiatização, o indivíduo é descrito por códigos tecnológicos por um perfil, tratando-se, portanto, de uma mutação sociocultural por meios técnicos. Enquanto na mídia tradicional e linear, a comunicação era estabelecida com informações que buscassem representar o “real”, na contemporaneidade, a rede tecnológica confunde-se com o processo, operando uma espécie de “real simulado” que abre precedentes para uma crise geral dos sentidos.

A noção de espaço público, que antes era um lugar para o exercício dos interesses coletivos, tem sido substituída pela ideia de arena onde prevalecem aqueles que dispuserem da melhor estratégia de controle social, incluindo a manipulação e disseminação de informações.

E esta mudança coincide com o avanço de uma nova fase do capitalismo, que carrega consigo o projeto de um mercado que tem a comunicação-informação como matéria-prima para exploração dos mais diversos fins. Tamanho dilema atinge diretamente a imprensa, que necessita faturar com base nos cliques e na permanência dos públicos em suas plataformas. Com isso, outrora destacados como os principais atores para formação da opinião no meio social, os veículos de comunicação têm se rendido aos meros fins neoliberais, uma vez que importa a audiência, mesmo em condições de imprecisão e descontextualização da informação.

Podemos apontar que a esfera pública parece padecer dos problemas prenunciados por Habermas (2003) ao constatar que, com o gradativo rompimento da separação entre público e privado e a progressiva apropriação, pelo o capital, da influência das tomadas de decisão política, o potencial crítico torna-se cada vez mais esmaecido. A partir disso a noção de opinião pública, que antes era uma ferramenta exclusivamente para o exercício dos interesses coletivos, tem sido substituída pela disputa dos interesses privados. Algo que é visível nos investimentos contemporâneos para captura dos espaços públicos através das tentativas de se estabelecer normas e estruturas para o atendimento apenas de objetivos individualistas.

Por muito tempo, defendeu-se a democratização pela mídia, mas foi preciso entender que tipo de poder a informação concede e sua especificidade, pois as técnicas propõem a transformação das formas tradicionais de sociabilização e não de melhorias para coletividade (SODRÉ, 2010). Como discutido, a própria imprensa outrora destacada como um dos principais atores para formação da opinião no meio social tem se tornado apenas mais uma empresa voltada para os fins neoliberais. Podemos estar experimentando, portanto, um segundo momento de declínio da esfera pública agora ambientado pelo cenário das novas tecnologias. Estas e outras questões ajudam a entender os recentes efeitos que ferramentas de filtragem de informação incidem sobre os usuários.

5 EFEITO NOS USUÁRIOS BRASILEIROS DO FACEBOOK

5.1 Estudo sobre o filtro de conteúdo *snooze*

5.1.1 *Abordagem teórico-metodológica da análise de conteúdo*

A investigação da nova ferramenta *snooze* do Facebook é pensada neste capítulo como recorte de um dos possíveis efeitos produzidos pelas funções de filtragem de informação nas relações sociais mediadas por computador. Tem-se, portanto, considerado para a análise um fenômeno localizado em um determinado período histórico (eleições brasileiras de 2018), a partir de um site de rede social selecionado (Facebook) e sob uma condição sociotécnica específica (interações administradas por agentes inteligentes de gerenciamento de informações). Ao apresentar estas delimitações de forma clara sobre os fatores que se pretende inquirir, buscamos evitar generalizações que podem ocorrer na pesquisa através de situações muito abrangentes. Sendo assim, tomaremos o caso como exemplo de uma amostra representativa pertencente à esfera de um fenômeno mais amplo, conforme é comum nas abordagens de estudos no campo das Ciências Sociais (RECUERO, 2014). Os resultados a que se busca verificar neste trabalho estão baseados na principal hipótese do efeito de pacificação social que, de acordo com a projeção teórica elaborada, teria sido evidenciado com as tentativas dos usuários de “harmonizarem” seus relacionamentos no processo eleitoral de 2018.

Com a finalidade de inferir sobre as condições em que o filtro de conteúdo *snooze* do Facebook foi utilizado pelos usuários brasileiros e, desta forma, validar ou não a hipótese do possível fenômeno de pacificação das relações, tomaremos como princípio teórico-metodológico a abordagem proposta pela análise de conteúdo. Este método de pesquisa, desenvolvido nos Estados Unidos ao longo do século XX e historicamente representado nas análises dos meios de comunicação pelo sociólogo estadunidense Harold Lasswell, tem por definição tratar-se de um esforço interpretativo baseado em descrições objetivas, sistemáticas, quantitativas e, em alguns momentos, qualitativas dos conteúdos expressos em um enunciado (BARDIN, 2011). Sendo assim, visa a compreender:

A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do ‘discurso’ e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 226)

Portanto, ao mesmo tempo que a análise de conteúdo propõe-se a seguir o rigor da objetividade com base em diversos instrumentos metodológicos, conta também com a

capacidade hermenêutica do pesquisador, isto é, uma dimensão subjetiva, embora controlada tecnicamente, para argumentar sobre falas, opiniões, representações individuais e sociais expressas em uma situação de comunicação.

Consideradas as questões acerca da unidade de contexto formada pelo pleito de 2018, apresentaremos os principais aspectos da abordagem teórico-metodológica utilizada e que tornam a análise de conteúdo um importante recurso para este caso de pesquisa. Com base no percurso metodológico proposto por Laurence Bardin, descreveremos as etapas seguidas neste trabalho e a aplicação do método, desde a organização da análise, exploração do material até o tratamento dos resultados e suas possíveis interpretações. Sendo assim, a coleta e a pré-análise dos dados a serem observados podem ser consideradas como partes de um primeiro momento, no qual estão incluídas também a formulação das hipóteses e dos objetivos; na sequência, é realizado o trabalho de codificação e categorização dos elementos do discurso; o processo é encerrado com a apresentação interpretativa da pesquisa, quando serão levantados os significados das inferências realizadas. A esta altura, as deduções lógicas construídas começam a ser potencialmente respondidas, à medida que são reveladas as motivações que levaram os agentes da comunicação a expressarem tais enunciados, demonstrando também as causas antecedentes das mensagens, de forma a situar o ambiente de procedência dos emissores.

De um modo geral, a análise de conteúdo, como parte de um grupo de métodos de pesquisa, possui duas lógicas de análises complementares: uma fundamentada em uma visão indutiva, em que se pretende explorar a função heurística da metodologia partindo de uma abordagem exploratória da observação para teoria; e outra fundamentada na visão dedutiva, cujo objetivo é administrar a validação de uma hipótese, isto é, das afirmações que servem como diretrizes provisórias para averiguar se as teorias levantadas podem ser corroboradas pela observação (BRYMAN, 2012). Baseando-se na expectativa de verificar os efeitos que uma determinada estruturação sociotécnica tem sobre os seus participantes, é pretendido explorar neste trabalho a referida metodologia como condição de administração da prova. Com isso, seja por confirmação ou infirmação da situação observada, o interesse de pesquisa não está na descrição dos conteúdos propriamente dita, mas na inferência que se pode fazer sobre estes, relacionando-os com as expressões dos usuários estudados (emissores das mensagens) a partir das informações. Sendo assim, será levado em conta o que os dados poderão nos ensinar após serem tratados através “dos significados sociais ou políticos do seu discurso ou do uso social que faz da comunicação.” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 227).

Embora a metodologia escolhida possua tradição no campo dos procedimentos quantitativos, com vistas a tratarmos sobre os enunciados produzidos por usuários de uma mídia

social digital, teremos como ponto de partida o esforço qualitativo da pesquisa, com o qual se buscará valorizar a dimensão dialógica que todo ato comunicativo possui no plano epistemológico, como defende Mikhail Bakhtin (2006). Neste sentido, o filósofo russo considera que o sentido de qualquer discurso não pode ser entendido apenas a partir da denotação revelada pelos itens lexicais (linguístico), mas também através do “diálogo” com outros discursos anteriores. Ou seja, é preciso ir além do enunciado (o conteúdo) e considerar também a enunciação (a forma do conteúdo), onde podem ser encontradas as marcas desse dialogismo. Mas é preciso ainda levar em conta que a enunciação “é de natureza social, portanto ideológica” (BAKHTIN, 2006, p. 17), pois ela não existe fora de um contexto social.

[...] o signo e a situação social em que se insere estão indissoluvelmente ligados. O signo não pode ser separado da situação social sem ver alterada sua natureza semiótica. (BAKHTIN, 2006, p. 62, grifo nosso).

Se a análise de conteúdo neste trabalho assume, no plano metodológico, a perspectiva quantitativa – por observar a frequência do aparecimento de certos temas em determinados conteúdos –, com o olhar voltado à enunciação, busca também a dimensão qualitativa – ao estabelecer os procedimentos de interpretação sobre a relação dos discursos que formam o *corpus* dessa pesquisa com outros discursos formulados no contexto das eleições de 2018 e mesmo aqueles sobre a ferramenta *snooze* do Facebook. Assim o foco está em melhor compreender as condições discursivas e sociotécnicas em que o emissor se encontra, evidenciando com “[...] objetividade a natureza e as forças relativas dos estímulos a que o sujeito é submetido’.” (LINDZEY, 1954 apud BARDIN, 2011, p. 41).

A análise de conteúdo lida com o trabalho metodológico que se estabelece entre as hipóteses levantadas e as interpretações dos dados colhidos, tomando como recursos diferentes instrumentos para sua compreensão: seja das palavras, das imagens, dos textos ou dos discursos manifestos nas comunicações humanas. E por não lançar mão de apenas uma, mas de múltiplas técnicas para constituição de procedimentos sistemáticos, alguns autores optam por designar esta abordagem no plural, sendo assim, como análises de conteúdo. Com isso, após realizar a coleta e descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos das condições de produção/recepção, prossegue-se com a classificação deste material conferindo algumas orientações de valor, seja por dimensões “afetivas ou cognitivas, dos significantes ou dos enunciados de uma comunicação; tendo por pressuposto que essas orientações são bipolarizadas, passíveis de medida por intermédio de escalas [...]” (BARDIN, 2011, p. 27). Desta forma, a compreensão dos critérios de valoração da informação e da dimensão simbólica do capital social que os discursos carregam a partir de quem os enuncia, conforme abordada

anteriormente, é de crucial importância para a análise qualitativa que se pretende colocar em prática neste trabalho.

As categorias de métodos mais recorrentes na análise de conteúdo são as do tipo temática e formal, das quais lançaremos mão. As análises temáticas têm por objetivo evidenciar alguns elementos constitutivos do discurso observado a partir da formulação de representações sociais ou de juízos acerca dos emissores. Esta categoria se subdivide na análise categorial, cuja condição de observação é possível trabalhar com o crivo de classificação e recenseamento de certas características, que, por sua vez, são interpretadas de forma controlada, conscientemente agrupadas em temáticas significativas e dispostas em um quadro geral. O procedimento é feito com base no cálculo e comparação da frequência total de um material analisado considerando determinadas significações do discurso. Na outra subdivisão temos a análise de avaliação que consiste em trabalhar com os pressupostos dos juízos formulados pelo locutor. Para tal, é realizado o montante dos diferentes juízos (ou avaliações), da direção (juízo positivo ou negativo) e a intensidade da enunciação feita pelo emissor (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998).

Já as análises formais preocupam-se especialmente com as formas de apresentação de um determinado discurso, sendo considerados dentre os métodos possíveis os baseados na expressão e na enunciação. Esta categoria se subdivide na análise da expressão que se dispõe a entender a comunicação com base na utilização vocabular, ordenamento de palavras, dimensão das frases etc., com vistas a observar as intenções do locutor e suas tendências ideológicas. O discurso, assim, é tomado a partir das informações dispostas no código de um texto, abarcando também com isso algumas subanálises nos campos lexical e sintático (BARDIN, 2011). Por outro lado, a análise da enunciação pretende contemplar o discurso concebido em sua completude, baseado em um processo cujo objetivo é destacar a particularidade dos fatores que remontam ao ato comunicativo. Busca-se atentar então aos dados presentes no desenvolvimento geral da mensagem, assim como as disposições de ordem geral, capazes de caracterizar sequências, repetições e mesmo quebras de ritmos ao tratar sobre determinados assuntos etc. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Tomando o conceito de dialogismo de Bakhtin (2006), essa perspectiva considera a enunciação a partir da relação com outros discursos, podendo ser encontrada nas suas formas explícitas, como os discursos diretos (a exemplo de citações), ou através de modalidades menos claramente demarcadas (como é o caso do discurso indireto ou do indireto livre, ou de gêneros e estilos importados de outras matrizes discursivas).

Dentre as variadas opções de métodos existentes para se trabalhar com a análise de conteúdo, podemos destacar duas técnicas com características próprias para exame sobre determinados formatos de discurso. Embora se tenha um campo bastante vasto, apresentamos

os conceitos das modalidades que serão aplicadas neste contexto de pesquisa, cujas abordagens mostram-se mais adequadas para aferição do *corpus* escolhido. Afinal, compreendemos que os formatos comunicativos do material tratado neste estudo não são tão ajustados com outras formas de análise. Por exemplo, para observação de extensos conteúdos que depreendem de grandes sequências de textos, como é comum nas entrevistas em profundidade, as análises estruturais ou de coocorrência tornam-se mais apropriadas. No entanto, pretende-se analisar nesta pesquisa pequenos fluxos informacionais de comunicação coletados de forma livre em um site de rede social, portanto, sem que fossem produzidos para fins de pesquisa e dispostos em tipologias bastante próprias que excedem a linguagem verbal, nas quais as análises temáticas e as análises formais se apresentam mais adequadas para observar as fontes de pesquisa neste contexto de mídias sociais. Pretende-se desta forma, percorrer a seguir o caminho metodológico adotado para fins de generalização analítica, permitindo com isso a possibilidade de reprodução da pesquisa.

5.1.2 Descrição dos métodos de pesquisa

Etapa de organização da análise

a) Escolha dos documentos

Foram selecionados como documentos a serem analisados as postagens presentes no Facebook em formato de texto, podendo ser acompanhadas de elementos distintos e não-verbais, como: *emojis*, imagens, fotos, vídeos, links etc., contendo quaisquer tipos de menções dos usuários sobre o novo mecanismo na plataforma on-line. Constituiu-se, então, como *corpus* as centenas de *posts* abertos (informações públicas)¹²⁹ produzidos por perfis brasileiros na rede social do site, que apresentavam, portanto, o português (Brasil) como idioma de origem e indicativo de nacionalidade, datados do momento de anúncio do filtro de conteúdo *snooze* no final de 2017 e durante 2018. Para levantamento das publicações foi utilizada a ferramenta nativa de buscas do Facebook¹³⁰ e, para validá-la como parte do método, realizou-se a sondagem de amostras que fossem representativas aos documentos pretendidos. Com isso, empregou-se previamente como filtros de pesquisa as palavras-chave dentro de uma rede semântica, que poderiam apresentar maior previsão de resultados, contendo referências sobre a

¹²⁹ Cf. O QUE são informações públicas no Facebook? **Central de Ajuda do Facebook**. Disponível em: <https://facebook.com/help>. Acesso em: 1 jul. 2019.

¹³⁰ Cf. COMO faço para pesquisar algo no Facebook? **Central de Ajuda do Facebook**. Disponível em: <https://facebook.com/help>. Acesso em: 28 ago. 2020.

nova ferramenta *snooze*. Os termos mais satisfatórios foram posteriormente determinados após algumas tentativas de exploração, sendo estes: “soneca Facebook”, “modo soneca”, “soneca por 30 dias”, “*snooze* Facebook”, “modo *snooze*”, “*snooze* por 30 dias”, “*spoiler* soneca”, “filme modo soneca” e “série modo soneca”.¹³¹

Em face da pouca diversidade de postagens recuperadas em um primeiro teste a partir da conta do pesquisador no Facebook, sobretudo pelo aparecimento nas buscas de perfis de usuários conhecidos de sua rede ou também residentes da mesma região, considerou-se o recurso metodológico inicialmente comprometido pelas sugestões oferecidas pelos algoritmos da plataforma. Portanto, a fim de evitar enviesamento amostral com resultados tendenciosos, passou-se a realizar as buscas a partir de uma nova conta de perfil, sem quaisquer conexões de amigos e contendo informações fictícias e apenas as estritamente obrigatórias (nome, data de nascimento, telefone e e-mail), para se conseguir acesso à plataforma.¹³² Após uma nova tentativa de pesquisa na ferramenta nativa do Facebook, os resultados mostraram-se amplamente heterogêneos, ou seja, com repartição quantitativa e variação qualitativa dos conteúdos, conferindo assim a devida consistência metodológica necessária para uma prova razoavelmente segura. Sendo assim, a partir dos critérios apresentados, foi realizada a coleta de dados dos anos até o período de um ano após as eleições gerais, a fim de se conseguir reunir o maior quantitativo possível da propagação de conteúdos produzidos no período delimitado de

¹³¹ A dedução lógica recorrida para escolha inicial das palavras-chave foi considerar inicialmente os termos que nomeavam o filtro de conteúdo, portanto: “*snooze*” na versão inglês, considerando que muitos usuários brasileiros são fluentes na língua onde o mecanismo foi criado; “soneca” ou “modo soneca” (utilização oficial) como foi traduzido para o português (Brasil), ambos acrescidos na busca pelo nome da plataforma “Facebook” para evitar recuperações generalizadas. A derivação destes termos foi pensada a partir da principal características da função, sendo neste caso adotadas palavras estritamente em português (Brasil) por se tratar do público selecionado, sendo assim as opções “*snooze*” ou “soneca” acrescidos de “por 30 dias”. Embora as opções dos termos elaborados já dessem conta de boa parte das buscas, durante a fase de exploração notou-se que, devido ao lançamento de um recurso adicional nomeado de *snooze keywords* em 2018 e sua associação inicial de uso por parte do Facebook para evitar *spoilers*, era possível recuperar resultados com menções às finalidades atribuídas neste sentido, portanto: “*spoiler*” (já incorporado ao português), “filme”, “série” acrescido de “*snooze*” ou “soneca”.

¹³² No momento em que esta pesquisa foi realizada, o Facebook determinava como uma das condições necessárias para criação de um novo perfil de usuário o cadastro de um número de telefone válido e ativo. Tendo em vista que o WhatsApp foi comprado pelo Facebook em 2014, o pesquisador teve por precaução o cuidado de adquirir uma linha telefônica diferente de sua região de residência (número adquirido de Brasília), a fim de evitar que o compartilhamento de seus dados cadastrais entre o aplicativo de mensagens e o site de rede social também prejudicasse com a provisão de resultados tendenciosos. A junção das companhias de tecnologia foi bastante questionada na época por diversos órgãos reguladores diante do compartilhamento das informações ser realizado de forma compulsória, o que na visão de muitos especialistas contrariava os direitos à privacidade de dados. Cf. ÓRGÃO ameaça punir WhatsApp por compartilhar dados com Facebook. **Exame**, São Paulo, 19 dez. 2017. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 3 out. 2020.

2017 e 2018. O número total de publicações obtidas para a pesquisa é resultado da saturação das buscas realizadas, isto é, até que não fossem recuperadas novas informações.¹³³

b) Formulação das hipóteses e dos objetivos

Conforme já discutido antes, este trabalho recorre ao procedimento da análise de conteúdo para verificar algumas intuições formuladas acerca das atribuições feitas ao filtro de conteúdo pelos usuários do Facebook. Como plano geral, portanto, a ideia é perfazer a pesquisa a partir de procedimentos do tipo fechado por basear-se em uma projeção inicial de resultados. Sendo assim, em função de toda a conjuntura sobre o aperfeiçoamento e as implicações das lógicas algorítmicas nos procedimentos de filtragem de informação presentes nas mídias sociais digitais, surgiram algumas projeções teóricas com base nas amostras inicialmente encontradas, através das quais se formaram as seguintes hipóteses:

H1. A utilização da nova ferramenta de filtragem de informação snooze está atrelada a motivações de teor político por parte dos usuários do Facebook.

Embora o trabalho seja elaborado em torno da hipótese apresentada, que será utilizada como critério interno de validação das experimentações metodológicas a seguir, pretende-se também investigar outras impressões provisórias e derivadas. A exemplo disso, como projeção teórica complementar, é suposto que houve um gradativo aumento de menções expressas nas postagens acerca da ferramenta *snooze* ao longo do ano de 2018. Com base nesse crescimento, é possível postular a seguinte hipótese:

H2. O cenário de profunda polarização político-ideológica ensejou expressiva adesão aos recursos do novo filtro de conteúdo, à medida que se aproximavam as eleições de 2018 no Brasil.

Baseado na capacidade que a filtragem algorítmica de informação possui de disponibilizar ao usuário apenas os conteúdos produzidos em sua rede de contatos com enunciados consonantes as suas opiniões, estima-se que passou a ser convencionado no imaginário social o reconhecimento de uma forma de uso específica ao mecanismo do filtro de conteúdo. Afinal, ao ser utilizada como uma das principais estratégias para lidar com as relações sociais no Facebook, diante do acirramento do debate político, poderia ser afirmado que:

¹³³ O sociólogo estadunidense Anselm Strauss argumenta que o resultado de saturação das buscas realizadas para uma pesquisa é indicado pelo não aparecimento de novos dados a serem acrescidos ao material coletado. Com isso, o pesquisador pode identificar o momento de interromper novas captações (STRAUSS; GLASER, 1967).

H3. Os usuários reconhecem no snooze a função de promover a pacificação das relações sociais por sua capacidade de poupá-los do contato com opiniões divergentes dos demais pertencentes à mesma rede e que resultassem em posterior conflito.

Apresentada as hipóteses e os objetivos, ressalta-se que não se pretende perder de vista que a dimensão exploratória dos próprios textos analisados pode contribuir para apresentar diferentes ligações entre as variáveis ao longo do caminho metodológico, permitindo com isso a construção de novos horizontes, conforme discutiremos adiante.

c) Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores

Como parte da metodologia, recorreu-se ao procedimento quantitativo da análise em que os elementos do discurso foram organizados sistematicamente em agrupamento de dados de acordo com suas variáveis: data de pesquisa dos dados, palavra-chave empregada, filtro utilizado para triagem de conteúdos (seleção do ano de publicação), local autodeclarado de residência do perfil (Estado), data da publicação, tipologia e conteúdo da postagem (com textos, imagens, *emojis*, fotos, vídeos, links etc.), número das reações na rede (curtidas etc.), assim como o número de comentários e compartilhamentos, ambas informações contabilizadas e explicitamente dispostas pelo site de rede social Facebook, conforme Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 – Exemplo da matriz de dados elaborada das publicações do Facebook

ID	Pesquisado	Palavra-chave	Filtro	Local (UF)	Data da Publicação
1	8/12/2019	“filme modo soneca”	2017	São Paulo	19/12/2017
Tipologia	Conteúdo da Postagem		Reações	Comentários	Compartilhamentos
Texto	Acabei de descobrir que existe um modo “soneca” pra algumas páginas do face, “ou cege”, sites que spoileiam já não vão mais te agredir até ter terminado a serie/filme 🍷		3	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a finalidade de avaliar as características predominantes, isto é, os índices frequentes através dos elementos das mensagens, explicitados como importantes para o locutor pela repetição, realizou-se uma prévia análise em função das hipóteses. Foram constatados, assim, quais os principais indicadores considerados pela pesquisa. E a partir disso, determinadas as operações de categorização para análise temática, segundo os padrões de atribuição ao filtro de conteúdo *snooze* indicados através das menções dos usuários. Esta classificação foi feita por meio da verificação das mensagens publicadas em suas mais diversas formas, em que se

avaliou, sobretudo: a recorrência temática, periodicidade das mensagens e algumas expressões baseadas na utilização vocabular.

d) Preparação do material

Nesta fase de trabalho preparatório, as postagens obtidas através da ferramenta nativa de busca do Facebook foram registradas para fins de documentação de pesquisa, com recurso de *screen capture* (captura de tela) através de um aplicativo de extensão para navegador¹³⁴. E com vistas a facilitar a manipulação das publicações para análise, o material foi copiado para um editor de planilhas¹³⁵, em que os textos coletados foram melhor preparados para possibilidade de interpretação em uma matriz de dados, assim como para que os resultados fossem submetidos a provas estatísticas e criação de gráficos.

Etapas de exploração do material

A partir de levantamento realizado para este trabalho em outubro de 2019, foi coletado o total de 404 publicações de perfis do Facebook. Após a observação e testagem de pequenas amostras do material levantado, a fim de se trabalhar com instrumentos mais adequados, chegou-se à conclusão sobre algumas proposições de inferência e objetivos específicos que apontaremos adiante.

a) Codificação

Em conformidade com a fase de codificação, o tratamento dos dados brutos colhidos foi agregado em unidades de registro do tipo tema, de modo que se valorizou como recorte para análise o nível semântico e não linguístico (núcleos de forma) neste momento inicial, permitindo com isso uma descrição mais concisa das características pertinentes do conteúdo obtido. Optou-se por observar qualitativamente as afirmações implícitas nos textos acerca de um assunto (núcleos de sentido), buscando entender as possíveis motivações de opiniões, de atitudes, de valores dos emissores estudados. Em um segundo momento, é utilizado como

¹³⁴ Para coleta de dados na plataforma do Facebook, esta pesquisa utilizou como navegador de internet o Google Chrome, sem a realização de *login* para não haver sincronização com o perfil do pesquisador, e assim, os resultados não sofrerem interferência na coleta de dados. Cf. GOOGLE. **Google Chrome**. Versão 78.0. [Menlo Park]: Google, c2019. Disponível em: <https://www.google.pt/intl/pt-PT/chrome>. Acesso em: 7 ago. 2020. E o aplicativo de extensão adotado foi o GoFullPage. Cf. FULL PAGE. **GoFullPage**. Versão 6.22. [New York]: Full Page, c2019. Disponível em: <https://gofullpage.com>. Acesso em: 7 ago. 2020.

¹³⁵ Foi utilizado para organização do material a ser estudado um editor de planilhas. Cf. MICROSOFT. **Microsoft Excel**. Versão 16.0. [Redmond]: Microsoft, 2019. Disponível em: <https://www.office.com>. Acesso em: 7 ago. 2020.

recurso secundário o procedimento quantitativo para formulação estatística da aparição de índices similares (tema, referente, personagem, por exemplo) nos discursos analisados.

Como modo complementar à unidade de registro, tomaremos como unidade de contexto a inferência sobre a expressão do emissor no instante em que produziu o enunciado analisado, apoiada pelas variantes secundárias coletadas (metadados). Contribuem como elementos complementares: a data da publicação, que serve para localização de fatos importantes (eventos culturais, políticos, sociais etc.) próximos à ocorrência de postagem, além dos elementos complementares ao conteúdo textual, como: imagens, fotos, vídeos, links etc., que auxiliam na construção do sentido como aporte semântico extra disponível nas situações de ambiguidade e dificuldade de interpretação.

b) Categorização

A partir das considerações acerca das regras de codificação para elaboração da unidade de registro temática, foram estabelecidas algumas categorias com o objetivo de representar simplificada e classificar sua expressão em forma de agrupamento analógico, baseando-se com isso nas principais características dos textos pré-analisados:

TABELA 2 – Categorização da unidade de registro temática

Categoria	Repertório semântico (núcleos de sentido)
Cultural	cinema, filmes, lançamentos, séries, spoilers etc.
Política	eleições, política, nomes (candidatos políticos), ideologias partidárias etc.
Social	informações, notícias, análises e avaliações (sobre a ferramenta) etc.

Fonte: Elaborado pelo autor.

E diante do esforço de interpretação, como parte da contribuição subjetiva controlada do pesquisador, foram postuladas algumas inferências acerca do que explicitaria a unidade de registro contextual do conteúdo das mensagens. Afinal, como introduzido, quando o processo de codificação diz respeito ao tipo temático, é utilizada uma abordagem mais interpretativa, de modo que precisamos trabalhar com a realidade de um conteúdo não manifesto, mas latente. Sendo assim, elaboraram-se as seguintes regras de pertinência para análise avaliativa e complementação da unidade de registro temática, com base nas três funções de linguagem propostas por Roman Jakobson (2001) que mais se apresentam no material:

TABELA 3 – Categorização da unidade de registro contextual

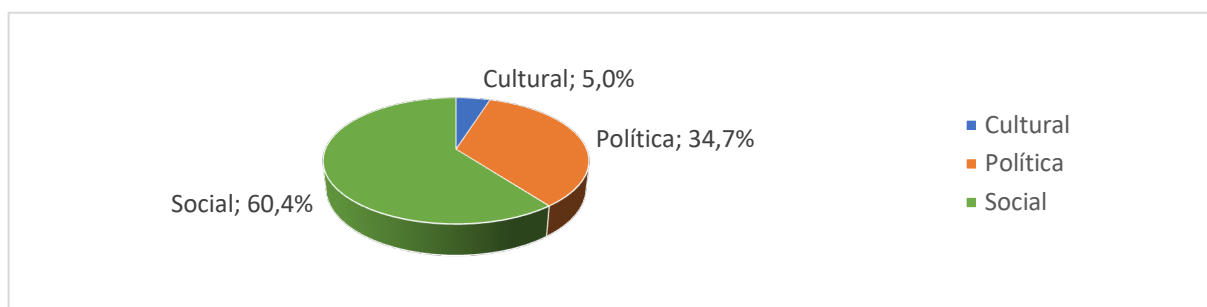
Categoria	Referência das dimensões da unidade de contexto
Apelativa, conativa ou imperativa	Conteúdos baseados no receptor, com discursos, propagandas e falas persuasivas de ordem apelativa e imperativa.
Emotiva ou expressiva	Conteúdos baseados no emissor, com opiniões, sentimentos e emoções de ordem subjetiva e pessoal.
Referencial, denotativa, informativa ou cognitiva	Conteúdos baseados na mensagem, com informações, notícias e textos expositivos de ordem denotativa e cognitiva.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.3 Tratamento dos resultados e interpretações

Os dados coletados foram organizados em um quadro de observação e submetidos à análise de conteúdo para verificar as frequências das publicações e assim classificar a motivação dos *posts* a respeito do filtro do Facebook, definidos pela rede semântica das palavras utilizadas. Os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos a partir de operações estatísticas simples (frequência em percentagens) das informações fornecidas pela análise, como pode ser visto no Gráfico 1 a seguir:

GRÁFICO 1 – Classificação das postagens em unidades temáticas (2017-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de 404 publicações no Facebook.

De acordo com o trabalho de categorização das postagens nas unidades de registro temática propostas, torna-se notório o grande apelo que o filtro de conteúdo *snooze* teve para os temas relacionados às informações, notícias, análises e avaliações sobre a ferramenta, totalizando 60,4%. Tal resultado é, até certo ponto, esperado, considerando-se o recente lançamento da funcionalidade pelo Facebook. Seguido da primeira tendência, temos os casos de motivação política, contabilizando 34,7%, um número expressivo, se considerarmos também a proposição recentemente conferida à novidade da ferramenta. Por fim, os *posts* relacionados

às questões culturais somam 5%, correspondendo a um dos propósitos pensados pela própria plataforma, uma vez que foi lançado no ano seguinte ao lançamento uma atualização do mecanismo, chamado *snooze keywords*.

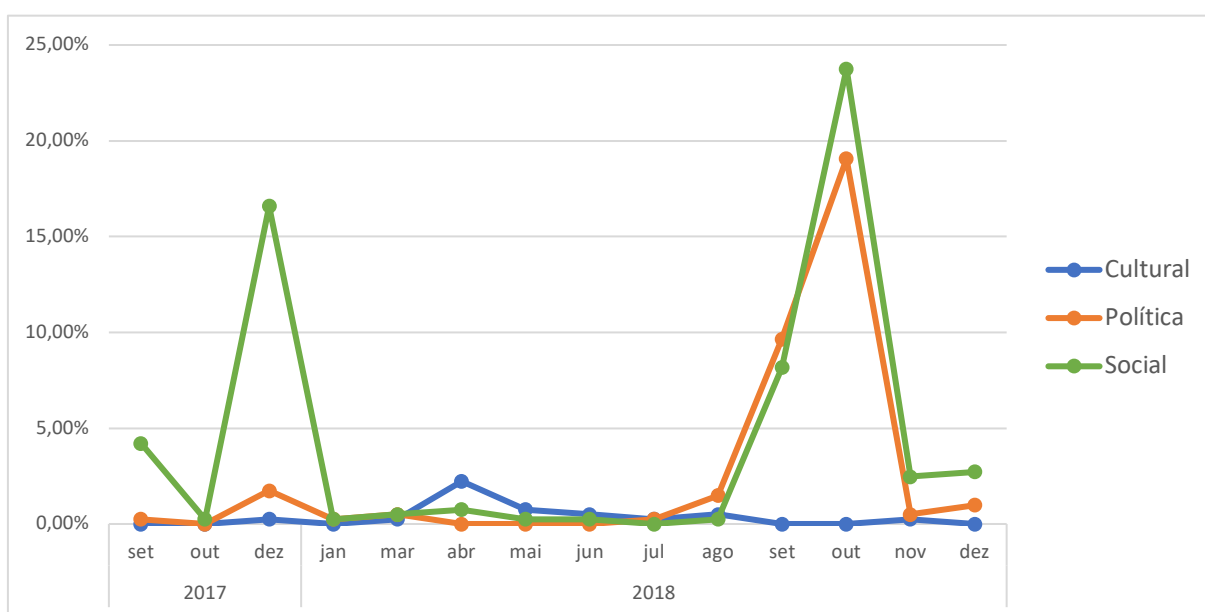
Considerando estes prévios resultados da análise, pode-se validar inicialmente que:

H1. A utilização da nova ferramenta de filtragem de informação snooze está atrelada a motivações de teor político por parte dos usuários do Facebook.

Considera-se, assim, que a H1 é em parte verdadeira, uma vez que demonstrou-se bastante expressiva (mais de 1/3) a relação que se faz entre as menções sobre o *snooze* e a rede semântica sobre Política, embora seja notório que a motivação principal seja a do tipo Social.

Partindo em um segundo momento de análise para a investigação sobre a frequência do aparecimento das postagens, classificadas nas unidades temáticas adotadas ao longo do tempo, podemos prosseguir na validação da segunda hipótese (H2), conforme Gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2 – Postagens classificadas em unidades temáticas ao longo do tempo (2017-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de 404 publicações no Facebook.

A maior parte das postagens foi publicada em dois principais momentos de acordo com números gerais: lançamento público da ferramenta em dezembro de 2017 (18,6%), o que já era um indicador esperado, e também na época das eleições gerais brasileiras. É possível observar que, durante os meses de setembro e outubro de 2018, há ocorrência de 60,6% das postagens de todo período analisado, o que é um número bastante expressivo. As ocorrências específicas com unidade temática voltada para o “social” acompanham as tendências gerais do gradativo

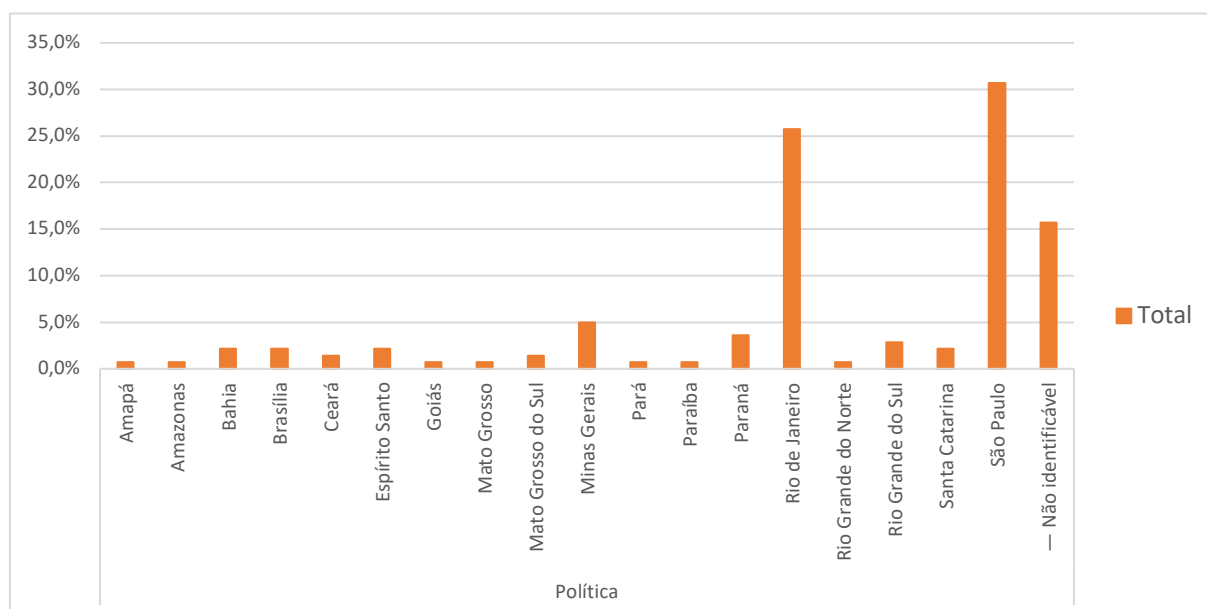
aumento da utilização do filtro *snooze*, isto é, em dezembro de 2017 e em setembro-outubro de 2018; já no que diz respeito à categoria “cultural”, existe um pico espontâneo em abril que, segundo nossas pesquisas complementares para interpretação dos dados, deu-se por conta do lançamento do filme *Vingadores: Guerra Infinita* (*Avengers: Infinity War*, título original)¹³⁶. Por se tratar de uma das obras cinematográficas de maior bilheteria mundial no ano de 2018¹³⁷, acabou movimentando diversas publicações sobre o uso do *snooze*, uma vez que foi tomado como uma ferramenta para evitar *spoilers*. Por fim, as publicações com motivação “política” têm um pico de 28,8% em setembro e outubro de 2018 sobre os demais meses de mesmo teor motivacional. Com isso, a partir dos dados dispostos no Gráfico 2, é possível constatar que:

H2. O cenário de profunda polarização político-ideológica ensejou expressiva adesão aos recursos do novo filtro de conteúdo, à medida que se aproximavam as eleições de 2018 no Brasil.

Esta ideia pode ser tomada como válida, uma vez que há uma forte acentuação de postagens políticas, começando no mês de julho e agosto, com ascendência expressiva no mês precedente (setembro) e no mês da votação para a Presidência, Senado e Câmara dos Deputados (outubro).

Ao levantarmos o quantitativo de postagens por local (Estado), é possível observar no Gráfico 3 a seguinte situação:

GRÁFICO 3 – Postagens de acordo com o local autodeclarado de residência do perfil (Estado)



¹³⁶ Cf. Direção: Anthony Russo e Joe Russo. Estados Unidos: Marvel Studios, 2018. 1 vídeo (149 min). Disponível em: <https://tv.apple.com>. Acesso em: 1 jun. 2020.

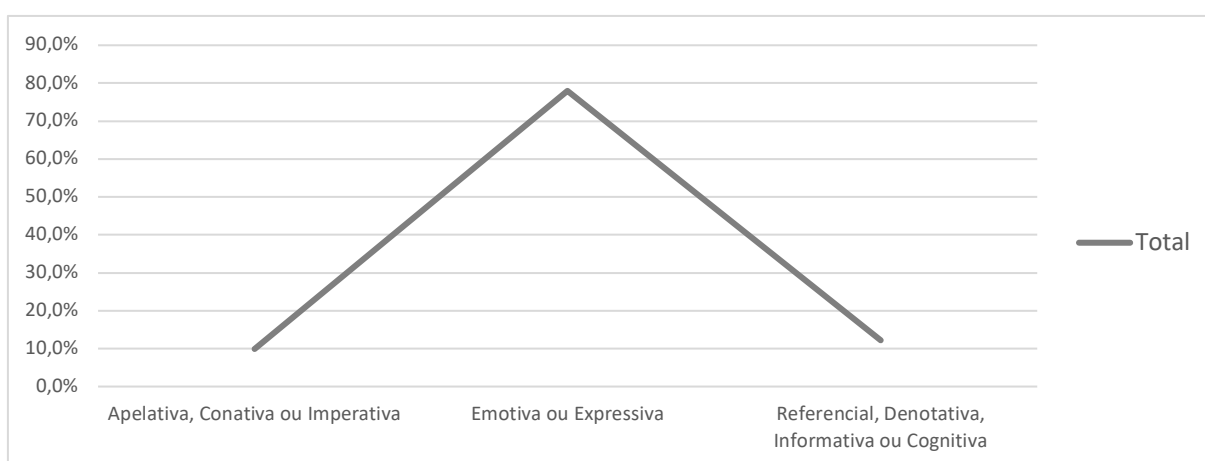
¹³⁷ Cf. ‘VINGADORES: Guerra Infinita’ tem maior bilheteria de abertura da história. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de 140 postagens relacionadas à temática “Política”¹³⁸.

Conforme introduzido anteriormente, o Gráfico 3 corrobora com o apontamento de que a profunda polarização político-ideológica presente nas redes sociais digitais brasileiras teria sido um crescente reflexo dos mencionados protestos iniciais de 2013, a partir da megalópole brasileira. Portanto, constata-se a ocorrência de 25,7% de publicações originadas no Rio de Janeiro e 30,7% na região de São Paulo, cujo eixo soma mais da metade dos casos (56,4%). Estes números são seguidos pelos demais estados da região Sudeste, como Minas Gerais (5%) e Espírito Santo (2,1%). E, curiosamente, a região Sul demonstra um percentual bastante considerável no Paraná (3,6%), Santa Catarina (2,1%) e Rio Grande Sul (2,9%), superando alguns estados do Sudeste. Tal dado pode ser bastante associado à operação Lava Jato, que trouxe uma certa identidade e mobilização política, sobretudo, pelo fato de ser conduzida em parte pela Justiça Federal de Curitiba, onde trabalhava, até então, o juiz Sérgio Moro.¹³⁹

Para dar conta de compreender em que medida os dados podem responder à hipótese remanescente (H3), é preciso lançar mão do que foi possível classificar na unidade de registro contextual (Tabela 3), uma vez que evidencia as funções de linguagem implícitas nas publicações e de modo que aponta os apelos interpretados das formas de utilização da linguagem, segundo a intenção do falante. No Gráfico 4, pode-se notar o seguinte:

GRÁFICO 4 – Classificação das postagens em unidades de contexto



¹³⁸ Embora grande parte dos perfis estivessem abertos e disponíveis para localização da publicação, foram nomeados de “– Não identificável” (15,7%) os casos em que não era possível discernir, seja pelo não preenchimento da informação ou do acesso privado estabelecido pelo perfil.

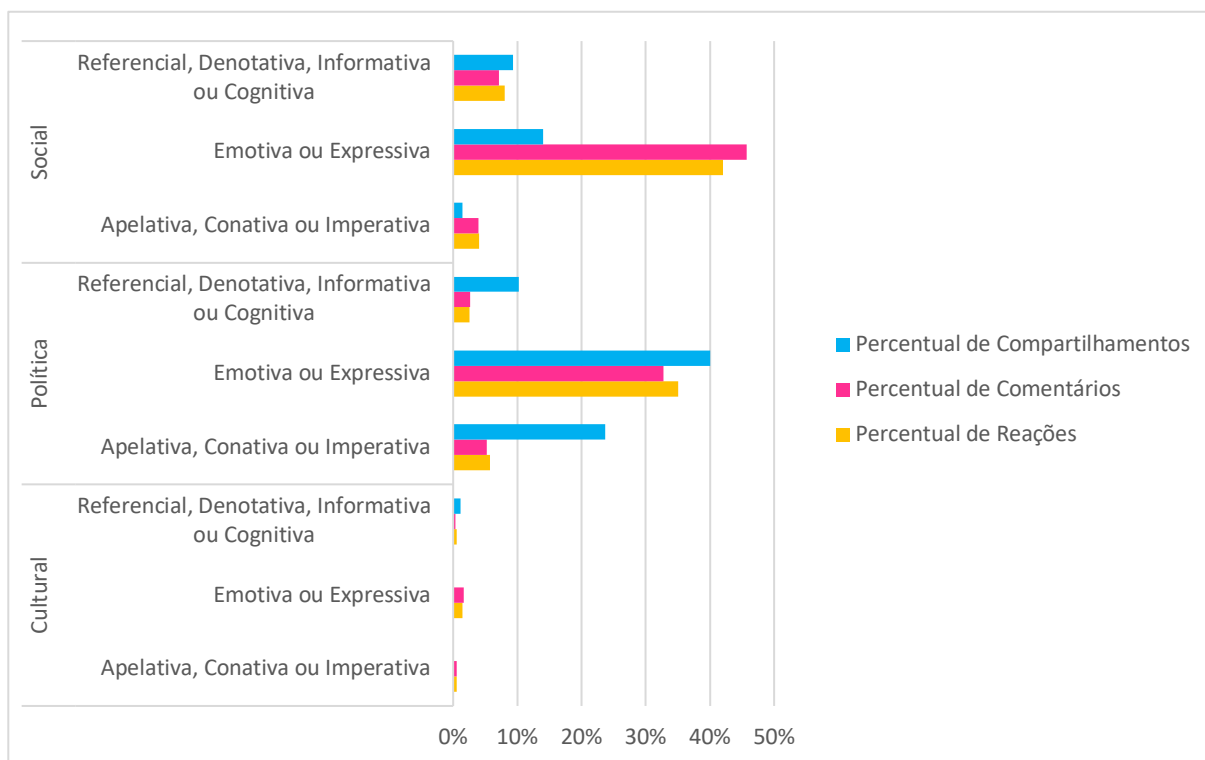
¹³⁹ Cf. COISSI, Juliana. Expressão ‘República de Curitiba’ cria onda de orgulho regional no Paraná. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de 404 publicações.

É evidente que quase a totalidade das publicações, isto é, 78% trazem consigo a função emotiva ou expressiva do usuário, de modo a acompanhar os estudos que dizem que a realidade das novas mídias é lardeada por apelos emocionais e pela própria natureza de assuntos da ordem do sensível, a exemplo dos temas políticos, aos quais nos propomos a melhor investigar neste estudo. Por outro lado, tem-se 12,1% de pessoas com intenções voltadas para compartilhar conteúdos baseados em informações, notícias e textos expositivos sobre a ferramenta *snooze*; além de 9,9% de publicações com grande grau de apelo, persuasão ou mesmo defesa argumentativa sobre os benefícios ou malefícios do recurso do Facebook aos amigos da rede.

Ao dar segmento à análise acerca da maior propensão de participação dos usuários, é possível ainda constatar as nuances das formas de interação de acordo com a tipologia das unidades temáticas (social, política e cultural) dentro de cada unidade de contexto, que diz respeito à função da linguagem expressa nas publicações. Como pode ser observado no Gráfico 5, existe uma propensão maior a um tipo de interação¹⁴⁰ de acordo com o tema e o contexto:

GRÁFICO 5 – Relação das postagens classificadas em unidades temáticas por unidades de contexto em relação ao número de interação dos usuários



¹⁴⁰ Embora atualmente o Facebook ofereça diversas variantes do botão de interação reativa em sua plataforma, todas estas opções foram somadas unicamente como reações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de 404 publicações.

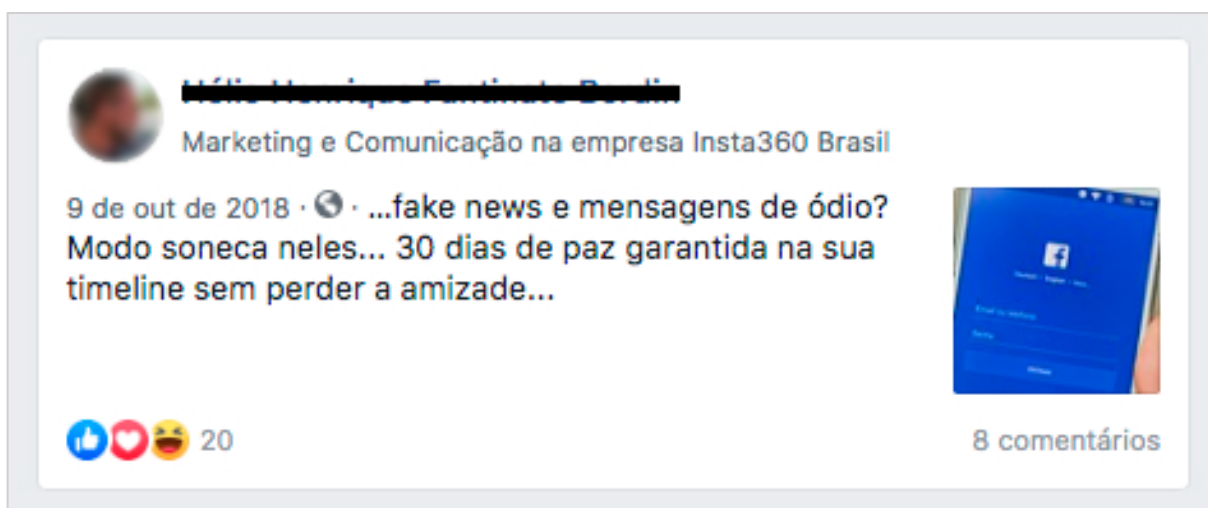
Os usuários se mostraram mais propensos a interagir com comentários no requisito temático Social (57%), seguido do Político (41%) e Cultural (3%). Por outro lado, nas situações em que há maior interação por compartilhamento, temos como destaque as publicações políticas (74%) sobre as demais unidades temáticas (26%). Já nas mobilizações pelas opções reativas o predomínio concentra-se outra vez no Social (54%) – justificado por seu quantitativo geral de amostras (quase 2/3) –, logo depois no Político (43%) e, por fim, no Cultural (3%). Constatamos com esses dados que há uma tendência maior na relação entre temas políticos com as opções de interação mais reativas do que ocorre com as do tipo expositivas do Facebook (interação mútua). Interessante notar também que as publicações políticas carregam consigo, na condição da função de linguagem Apelativa, Conativa ou Imperativa, uma presença mais acentuada de compartilhamentos (55,2%), sobre a de comentários (22,4%) e reações (22,4%), bastante diferente do que ocorre nas outras unidades temáticas (social e cultural). O tema político é bastante mobilizador de uma participação mais ligada ao emocional do que ao racional, conforme apontado pela pesquisa, à medida que o usuário interage por uma opção reativa baseada em um aspecto mais impulsivo que um comentário, por exemplo, que normalmente exigiria uma condição de reflexão maior. Além disso, podemos considerar a característica predominante de interação por compartilhamento como um indicativo não apenas de um posicionamento favorável acerca de um assunto, mas também de uma disposição (engajamento) para passar adiante uma informação que representa o mesmo ponto de vista político-ideológico.

Partindo dos levantamentos anteriores, pode ser introduzido que é razoável pensar que:

H3. Os usuários reconhecem no snooze a função de promover a pacificação das relações sociais por sua capacidade de poupá-los do contato com opiniões divergentes dos demais pertencentes à mesma rede e que resultassem em posterior conflito.

A título do que se propõe como verificação para a pesquisa, podemos ressaltar algumas publicações na íntegra dos usuários que indicam haver uma relação explícita com a sensação de harmonização das relações com o uso da ferramenta. Em pesquisas iniciais para verificação das palavras-chave, puderam ser coletados dois interessantes *posts*:

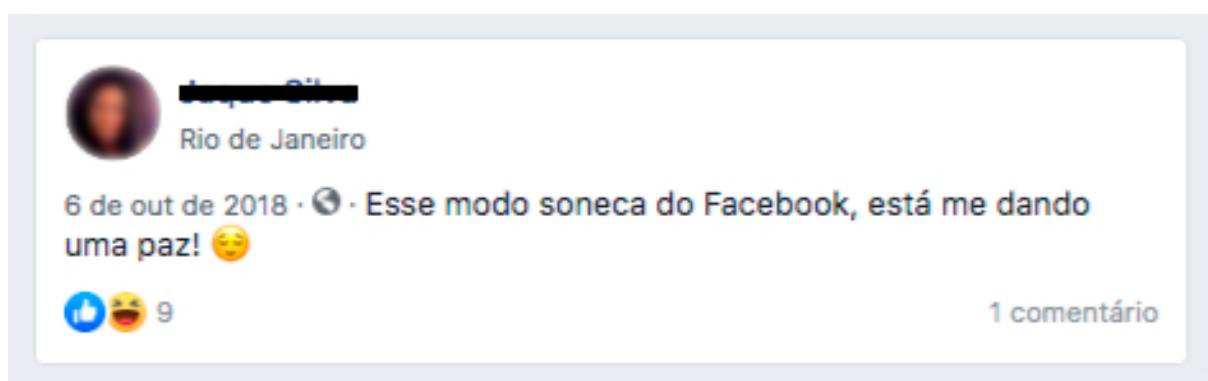
IMAGEM 1 – Postagem pública de perfil do Facebook feita por usuário de São Paulo (09/10/2018)



Fonte: Coletado pelo autor através da captura de tela do site de rede social do Facebook.

Neste caso trata-se de um *post* feito em forma de texto acompanhado de link para um site externo. O material contém na íntegra: “Seus amigos só postam *fake news* e mensagens de ódio? Modo soneca neles... 30 dias de paz garantida na sua *timeline* sem perder a amizade...”.

IMAGEM 2 – Postagem pública de perfil do Facebook feita por usuária do Rio de Janeiro (06/10/2018)



Fonte: Coletado pelo autor através da captura de tela do site de rede social do Facebook.

- c) Grupo de palavras específicas de uso: vocábulos que expressam de forma característica e mais precisa as ações de uso da ferramenta, como: “política”, “spoiler”, “eleições”, “série”, “filme”, “Bolsonaro” etc.
- d) Grupo de palavras adjetivas: vocábulos que trataram de um atributo ou estado de qualidade emocional durante a utilização da ferramenta, como: “melhor”, “amizade”, “bom”, “dica”, “bem”, “obrigada”, “chato”, “paz”, “recomendo” etc.

Como pode ser observado, no Grupo de palavras referenciais, encontram-se termos ordinários, que fazem parte da cadeia semântica sobre a ferramenta (“soneca”, “modo” e “snooze”) assim como descrevem alguns detalhes de sua função (“dias”, “30” e “colocar”). O Grupo de palavras gerais dizem pouco para a pesquisa por se tratar de uma miscelânea de expressões, com pouca correlação imediata de sentido. Já no Grupo de palavras específicas de uso estão expressões que remontam as principais indicações associadas ao acionamento da ferramenta *snooze*. Dentro deste conjunto, aparecem pelo menos dois subgrupos: um que se apresenta de forma mais aberta de sentido: “política”, “spoiler”, “série” e “filme”, sem especificar claramente as situações que os usuários estariam se referindo; e outro subgrupo de palavras mais propositivas, como é o caso de: “eleições”, “Bolsonaro”, que além de remontar um acontecimento histórico pontual (eleições de 2018), invoca também uma das principais personagens (um dos presidenciáveis). Outro agrupamento importante é o Grupo de palavras adjetivas, no qual constatamos o uso recorrente de atributos que referenciam um estado emocional associado (normalmente de bem-estar) à utilização da ferramenta *snooze*. E como indicativo mais propositivo e explícito, temos a palavra “paz”, corroborando com uma das questões principais que se pretende demonstrar nesta pesquisa. Haja vista esta constatação, observamos mais de perto na Tabela 4 a seguir, como se apresentaram as principais postagens com referências ao termo em questão:

TABELA 4 – Postagens (apenas texto) com referências ao sentimento de harmonização das relações através do uso da ferramenta *snooze*, expressos no termo “paz”

Conteúdo das publicações	Recorrência no nível linguístico (núcleos de forma)
Da série: fui escrever sobre política, mas me deu preguiça, entretanto, quem conheceu a verdadeira face(book) de seus amigos/seguidores nesse período de eleições? E quem já usou o modo soneca (melhor função do FB) para parar de virar os olhos em cada leitura que desejou não ter lido? Kkkkk #paz	É utilizada a hashtag “paz”, como forma de associar em uma palavra-chave um ponto de vista sobre o benefício da utilização do <i>snooze</i> : “para parar de virar os olhos em cada leitura que desejou não ter lido”. Neste caso, o termo funciona como um aposto resumitivo, aquele em que o substantivo ou o pronome substantivo sintetizam a manifestação de insatisfação expressa no <i>post</i> .
Passando mesmo só pra agradecer o Facebook pela parada do “modo soneca”, sério gente...coloquem no de vcs, dá uma paz não ver tanta fake news sempre dos mesmos coleguinhas 😊.	A palavra “paz” opera como um termo regido pelo verbo “dar”, explicitando no substantivo a noção de um

	estado de espírito com o uso da ferramenta, e que é reforçada pelo <i>emoji</i> de rosto feliz ao final do <i>post</i> .
<i>Serenidade no olhar</i> de quem colocou mais de 20 pessoas em modo soneca, por não estarem aceitando a vitória do novo presidente e partiram pro ataque dizendo que serão resistência..torcendo pro país afundar de vez e mais um monte de blábláblá 😊 Não sou obrigada a nada!! <i>Paz!</i> 🇧🇷✅	Ao ser acompanhado da exclamação, o termo “paz” ganha sentido extra de interjeição, cuja função gramatical é expressar uma sensação, emoção. Neste caso, trata-se da sensação da “serenidade no olhar” diante do incômodo com o “ataque” dos mais de 20 “amigos”.
Tô aqui, <i>bem de boas</i> , colocando em modo soneca por 30 dias #semtreta #sópazeamor #melhoropçãoEver	Caso de aposto resumitivo através de hashtag, apoiado nas expressões: “bem de boas” e na “#semtreta”.
Colocando alguns contatos em soneca por 30 dias. Daqui a 30 dias verifico se <i>deixaram de ser chatos,arrogantes e ofensivos. Kero paz!!</i>	O termo “paz” é regido pelo verbo “querer”, que evidencia o desejo de uma sensação humana em paralelo à percepção de seus amigos deixarem de “ser chatos, arrogantes (<i>sic</i>) e ofensivos”.
Esse lance de botar fulano em soneca por 30 dias, é vida! Tentem... <i>traz paz</i> #Elenão #Elenunca ❤️	“Paz” aqui opera como um termo regido pelo verbo “trazer”, na condição de uma sensação humana.
Triste! Vejo <i>peessoas brigando de verdade, batendo boca</i> ... Meu Deus! Será que vcs não entendem que nós votamos pra alguém ganhar um salário que custa pelo menos 20x o seu? E vc aí que fica <i>batendo boca</i> depende de trocar o VR todo mês pra somar nas contas da casa e não tem ng pra ajudar e muito menos te defender. Sinceramente, não me lembro de ter visto <i>tanta polêmica</i> por uma eleição. Sei que os incomodados que se mudem, sim, já coloquei alguns amigos em soneca por 30 dias e não vejo as publicações, mas o problema são as <i>inimizades</i> que fazem questão de criar. Vcs imaginem os <i>xingamentos e brigas</i> no dia 08. Dia 07/10 vamos a urnas exercer nossa "democracia", direito de ir e vir e principalmente, liberdade de escolha. Acalmem-se! #paz	Mais uma incidência da hashtag “paz” funcionando como uma espécie de aposto resumitivo, que apela ao sentimento de harmonização em oposição às expressões relatadas, como: “peessoas brigando de verdade”; “batendo boca”; “tanta polêmica”; “inimizades”; e “xingamentos e briga”.
Descobri o modo "soneca " aqui no Facebook. Que achado! Rs Coloquei a chata na soneca por 30 dias. #paz	Aposto resumitivo através de hashtag “paz”.
Dica amiga: Para quem não sabe, o Facebook tem uma ferramenta chamada SNOOZE. Onde ao ver o post do coleguinha, no lado direito tem ... (3 pontos) clica ali e ele vai te dar a opção de silenciar o coleguinha por 30 dias! Viu como é fácil <i>evitar a fadiga nesses dias de muita loucura! Beijos de paz</i> galera.	“Paz” funciona como um adjunto adnominal do substantivo “beijo”, dentro da locução adjetiva, que expressa um gesto de carinho mediante o uso da ferramenta para “evitar a fadiga nesses dias de muita loucura!”.
DICA: Aquele amigo(a) que você considera, mas não para de botar posts anti-17, ELENÃO, mimimi fascistas, ditadura, etc, etc, etc, vai aí uma dica. Tem ao lado do post da pessoa 3 pontinhos. Clique. Lá aparecerá algumas ações. Clique em SNOOZE 30 dias. Ao clicar você deixará de ver posts dela por 30 dias. Ufffffa... Atenção...esta recomendação é <i>para quem vc gosta e quer evitar desentendimentos</i> . Já aqueles que tanto faz, recomendo exclusão mesmo...nestas últimas semanas apaguei algumas dezenas e provavelmente fui deletado tb... <i>PAZ À TODOS</i> E ROGUEMOS POR UM BR MELHOR	A interjeição da expressão “paz à todos” (<i>sic</i>), que evidencia o desejo de uma sensação humana, é utilizada à medida que a ferramenta snooze é acionada, uma vez que esta é atribuída “para quem vc gosta e quer evitar desentendimentos”.
Nunca coloquei tanta gente em “soneca por 30 dias”. <i>Não discuto política</i> ... povo chato 😊... Prefiro <i>minha Paz</i> 🙏	Acompanhada do pronome adjetivo “minha”, “paz” é atribuída à ferramenta por não “discutir política”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos dados apresentados, é preciso também considerar toda a discussão acerca dos agentes algorítmicos de gerenciamento de informações (e de relacionamento social) serem utilizados como alternativas de evasão por parte dos usuários dos sites de redes sociais. Portanto, trataremos a seguir alguns apontamentos importantes, tendo como foco de interesse a ferramenta do Facebook e tomando como base os resultados da pesquisa realizada. Pretende-se, assim, explorar os possíveis usos atribuídos à filtragem de informação; consolidar as

informações que conseguimos dos dados coletados sobre o efeito de harmonização nas interações sociais digitais; além de ainda problematizar uma nova forma de contrato social nas redes, que tem como base o des-contrato.

5.2 Os possíveis usos atribuídos à filtragem de informação

Embora a disponibilização do “modo soneca” seja tomada como uma possível solução para mitigar os efeitos dos conflitos no Facebook, o abandono da rede social por parte dos usuários foi crescente no final da segunda década do século XXI. Se em novembro de 2017, 61% dos internautas declaravam possuir conta na rede, em abril de 2019 o número caiu para 56%, representando, assim, uma queda de 5% em 17 meses, segundo o Datafolha¹⁴². Dentre as principais possíveis razões para o abandono estão: o desgaste que a empresa sofreu com os escândalos envolvendo vazamentos de dados privados de usuários¹⁴³; o cansaço da plataforma devido ao cenário tóxico permeado pela guerra virtual e expressa por violência verbal com discussões cheias de ódio¹⁴⁴; e a desconfiança em relação às informações divulgadas pelas redes sociais digitais, no contexto do impacto das *fake news* sobre a democracia¹⁴⁵.

Além da tradicional função de “facilitar” o acesso a conteúdos que poderiam ser considerados relevantes, os frequentes usos que podem ser atribuídos, de modo geral, aos agentes algorítmicos de gerenciamento de informações no ambiente das mídias sociais digitais é o de evitar o conflito de discussões, como é bastante comum aos do tipo de filtragem de informações indesejadas, por exemplo. Algo corroborado com o resultado de nossa pesquisa que aponta 34,7% dos usuários pesquisados do Facebook utilizando o filtro de conteúdo *snooze* por motivação política, conforme apresentado nos Gráficos 1 e 2. Embora o debate público permeie os mais diversos espaços, inclusive o ciberespaço, e por mais necessárias que as diferenças de opinião sejam para a aprendizagem do “viver em democracia”, estas refletem de forma negativa nas pessoas em boa parte dos casos. E isso ocorre por pelo menos em três

¹⁴² Cf. NEGRÃO, Heloísa. Facebook registra tendência de queda no Brasil, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹⁴³ Cf. PESQUISAS mostram que Facebook perde confiança entre usuários. **G1**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 5 ago. 2019.

¹⁴⁴ Cf. SOUZA, Bruna; TRINDADE, Rodrigo. Afinal, por que os brasileiros estão largando o Facebook? Veja 5 motivos. **UOL**, São Paulo, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2019.

¹⁴⁵ Cf. RAJAN, Amol. 8 razões que mostram que o Facebook atingiu seu auge e pode começar a perder influência. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 6 jul. 2019.

principais aspectos que podemos destacar: o medo do isolamento; a necessidade de controle do ambiente informacional; e os habituais usos atribuídos às mídias sociais digitais.

O medo do isolamento está bastante relacionado com a teoria da espiral do silêncio, proposta em 1977 por Elisabeth Noelle-Neumann. Ao pesquisar em seu país sobre as razões que levaram o eleitorado à mudança repentina nas eleições de 1965 e 1972, a cientista política alemã percebeu um fator importante em meio aos processos sociais que formam a opinião pública. A partir de uma clássica situação, em que candidatos com mais vantagens nos resultados de pesquisa costumam receber ainda mais votos devido à percepção popular de estarem elegendo alguém de acordo com a preferência da maioria, Noelle-Neumann construiu o conceito, chamado de “clima de opinião”, que desencadearia em um efeito em espiral.

Aqueles que estavam convencidos de que a nova Ostpolitik (projeto político social-democrata) era adequada, pensaram que suas ideias acabariam sendo aceitas por todos. Assim, essas pessoas se expressaram abertas e confiantemente defendendo suas opiniões. Aqueles que rejeitaram Ostpolitik (os democratas-cristãos) se sentiram marginalizados. Eles se abnegaram e silenciaram. Essa mesma inibição fez com que a opinião que recebesse apoio explícito parecesse mais forte do que realmente era, e a outra opinião mais fraca. Observações feitas em alguns contextos se estenderam a outros e levaram as pessoas a proclamar suas opiniões ou “guarda-las para si” e permanecer em silêncio até que, em um processo em espiral, uma visão passou a dominar a cena pública e a outra desapareceu da consciência pública silenciando seus partidários. [...] A rápida ascensão da expectativa de vitória democrata cristã nas eleições parlamentares refletiu esse clima de opinião (NOELLE-NEUMANN, 1995, tradução e ênfase nossa).¹⁴⁶

Outro elemento que corrobora bastante este fenômeno de natureza emotiva baseado no medo e, em um primeiro momento irracional, é o imaginário coletivo, pois a mudança na espiral de opiniões ocorre se houver o “sentimento” de um posicionamento dominante. É neste sentido que se pode falar sobre o surgimento de ideologias dominantes e hegemônicas, que ao não serem questionadas muitas vezes pelos possíveis divergentes, passam a ocupar grande parte da opinião pública e, como é notoriamente proposto nos estudos das Ciências Sociais, são amplificadas pelas mídias (PENA, 2006). O que explica a espiral do silêncio derivar da teoria dos definidores primários, que diz respeito à presença de fontes privilegiadas ou *gatekeepers*

¹⁴⁶ No original: Los que estaban convencidos de que la nueva Ostpolitik era adecuada, pensaban que sus ideas acabarían siendo aceptadas por todos. Así, estas personas se expresaban abiertamente y defendían con fiabilidad sus puntos de vista. Los que rechazaban la Ostpolitik se sentían marginados. Se retiraron y se callaron. Esta misma inhibición hizo que la opinión que recibía apoyo explícito pareciera más fuerte de lo que era realmente, y la otra opinión más débil. Las observaciones realizadas en unos contextos se extendieron a otros e incitaron a la gente a proclamar sus opiniones o a “tragárselas” y mantenerse en silencio hasta que, en un proceso en espiral, un punto de vista llegó a dominar la escena pública y el otro desapareció de la conciencia pública al enmudecer sus partidarios. [...] El rápido ascenso de la expectativa de victoria cristiano demócrata en las elecciones parlamentarias reflejaba este clima de opinión.

no jornalismo, conforme introduzido anteriormente, com devida legitimidade para tratar dos assuntos em pauta e que acabam nortando todo o trabalho da imprensa na construção das notícias a serem veiculadas.

De acordo com a dimensão comunitarista da filosofia política de Aristóteles (2015), a sociabilidade é uma propriedade essencial da humanidade, cuja natureza requer a formação de vínculos sociais para satisfazer necessidades e assim suprir sua insuficiência de viver isoladamente. Nesta perspectiva, como o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade (ARISTÓTELES, 2015), a ideia de *polis* seria, portanto, a expressão objetiva do estatuto ontológico do “ser em comunidade”. A convivência através das relações de compartilhamento social estaria diretamente relacionada com o sumo bem, que em outras palavras, pode ser traduzido como a felicidade. O pensamento aristotélico também propõe a ética da amizade, que seria a virtude humana de buscar pelo ideal de viver junto, uma vez que não seria possível alcançar a plena realização na solidão.

A integração social buscada pelos indivíduos através da observação da opinião dos outros seria, então, uma forma de manter os vínculos sociais e assim suprir as demandas do *bios politikos* (vida política). Consequentemente, expressar-se dentro dos parâmetros do que pensa a maioria devido aos possíveis conflitos encontrados na divergência de opiniões é uma medida de evitar o isolamento, pois o afastamento do convívio social desencadeia perigo. Este, por sua vez, suscita o medo, que pode ser tomado como um mecanismo psicológico de característica sensível e concernente a uma das reações naturais humanas primárias, por estar ligado ao sentimento de preservação da própria natureza. O silenciamento é motivado por esta preocupação e insegurança de estar só e isso provoca um efeito em espiral, gerando mudanças de comportamento (corpo) e de tomada de decisão (razão) em grande parte do público.

Como discorrido, a ideia de rede social antecede à realidade do ciberespaço, que servirá mais tarde como uma extensão do dia a dia comunitário. Portanto, muitos aspectos das interações humanas da vida real estarão presentes nas mídias digitais, mesmo que em maiores ou menores níveis de expressão. Com a capacidade de abertura da participação popular nos temas sociais e o senso democrático emanado pelas tecnologias da comunicação e informação, o silenciamento ocorrerá de maneira distinta, levando em conta que a produção e o acesso informacional serão ações não mais privilegiadas por uma minoria (fontes institucionais), mas em grande medida compartilhada entre muitos atores e de forma mais horizontalizada. Desta forma, a figura dos *gatekeepers* pode ser atualizada para o contexto da internet agora no papel

das novas modalidades de influenciadores, os *digital influencers*¹⁴⁷, aqueles cujo capital social é construído a partir do volume de suas conexões nas redes. E nesta nova dinâmica entre influenciadores, seguidores e novas ferramentas de associação, a carga emocional de pertencimento é bastante presente. Afinal, podemos lembrar que no universo de publicações coletadas para este trabalho, por exemplo, 78% dos conteúdos trazem a função emotiva ou expressiva na linguagem, conforme Gráfico 4.

Diante da circunstância de medo do isolamento, o indivíduo dispõe, no contexto das redes, de mais alternativas do que apenas adotar a postura do “silêncio”: ao mudar o tema de uma conversa ou mesmo deixar o ambiente em que se encontra para contornar a heterogeneidade de ideias. É o que poderá ser chamado de estratégias de evasão de opinião, que constituem posturas baseadas no conceito da espiral do silêncio e que estão relacionadas com as ocorrências do fenômeno no ambiente das redes sociais digitais. Neste sentido, um usuário toma uma dentre outras decisões informacionais possíveis ao notar um clima de opinião desfavorável da maioria das demais pessoas presentes nas mesmas conexões de que faz parte. Em outras palavras, estas táticas são: “os métodos que os indivíduos empregam intencionalmente através dos recursos de um determinado meio de comunicação para evitar expressar sua verdadeira opinião ao reagir a opiniões divergentes.” (WU; XU; ATKIN, 2020, p. 1710, tradução nossa)¹⁴⁸.

Com as diferentes opções oferecidas aos usuários para lidar com as informações em seus *feeds* de notícias, é possível classificarmos a forma de controle de conteúdo adotada mediante a possíveis conflitos de opinião. Isso fica claro em nossa pesquisa, ao averiguarmos as diferentes propensões dos usuários a uma forma de interação com as publicações, de acordo com a tipologia das unidades temáticas (cultural, política e cultural). Na contagem geral dos *posts* de teor político e, portanto, mais sensíveis, há um maior quantitativo de interatividade por reações (72%), em comparação aos comentários (24%) e compartilhamentos (4%). Tamanha dinâmica corrobora com o fato de que na condição do cenário de profunda polarização político-ideológica, haveria uma maior participação nos conteúdos através de opções mais reativas que mútuas, dialógicas, isto é, com menor grau de exposição pessoal de opiniões sobre

¹⁴⁷ Estes novos atores sociais que surgiram principalmente a partir da popularização dos vídeos na rede com a Web 2.0. Cf. PINTÃO, Daniela. Inscreva-se, curta e acredite: youtubers criam relação de confiança com milhões de seguidores em busca de fama e para faturar com marketing. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 maio 2016. Disponível em: temas.folha.uol.com.br. Acesso em: 12 maio 2016.

¹⁴⁸ No original: [...] methods that individuals intentionally employ with the affordances of the given communication medium to avoid expressing their true opinion in reacting to dissenting views.

um tema, conforme diferenciadas por Alex Primo. Afinal, qualquer tipo de embate ou conflitos de ideias poderia custar o risco do desgaste de maior capital social do usuário no Facebook.

Ainda no caso do site de rede social estudado é possível dizer que recursos como *hide a post* (ocultar publicação), *unfollow* (deixar de seguir), *snooze* (modo soneca) ou *unfriend* (desfazer amizade) são distintos, por exemplo, dos *reaction buttons* (ícones de reação) e suas extensões do convencional botão *like* (curtir)¹⁴⁹. Sendo assim, dentre a variedade disponível, podemos indicar pelo menos dois tipos estratégicos de evasão de opinião: a “prevenção proativa” e a “evasão reativa”. O primeiro diz respeito ao uso preventivo de contato com conteúdos desagradáveis, isto é, o usuário aciona a ferramenta antecipadamente; já o segundo, trata-se de quando ele entra em contato com o conteúdo, mas, para evitar um possível conflito, apenas expressa seu desacordo de forma leve, utilizando um ícone de reação em vez de comentar sua visão escrevendo sobre, por exemplo (WU; XU; ATKIN, 2020).

Mesmo que as mídias sociais tenham como objetivo principal a conexão, estas estratégias ajudam a inferir uma ação negativa (de não-conexão) em diferentes níveis, pois enquanto a prevenção proativa diz respeito às diversas opções de interrupção dos fluxos informacionais, a evasão reativa tem a ver apenas com a interação dos usuários com os botões de reação. Com isso, ambas possuem o objetivo de permitir que os usuários expressem sua discordância de maneira mais velada, ou seja, sem a divulgação explícita de sua verdadeira opinião possível em uma relação que não é face a face (HAYES, 2007). A singularidade de cada uma estaria no fato de que a prevenção proativa permite ao usuário evitar mais ativamente e radicalmente a exposição a opiniões dissidentes, enquanto a evasão reativa oferece a possibilidade indireta de opinião através de ícones, ao invés da manifestação mais explícita por meio de comentários.

O pressuposto das estratégias de evasão de opinião acrescenta à teoria da espiral do silêncio uma outra perspectiva sobre o comportamento do público em uma situação de clima desfavorável, pois destaca que, diferentemente da passividade esperada pela aparente minoria sobre um determinado assunto, a vontade de se expressar seria canalizada em ações que ocultariam o verdadeiro posicionamento do interlocutor diante de seus dissidentes (WU; XU; ATKIN, 2020). O silenciamento, neste novo aspecto, está relacionado com ocultamento da opinião e não necessariamente com a não-expressão, afinal algo é expresso pelo próprio usuário

¹⁴⁹ Com intuito de oferecer mais formas de compartilhar reações, o Facebook oferece diversas variantes do botão curtir: *love* (amei), *haha* (divertido), *wow* (uau: surpresa), *sad* (triste) e *angry* (grr: raiva). Cf. REAÇÕES. **Facebook Brand**. Disponível em: <https://pt-br.facebookbrand.com>. Acesso em: 23 ago. 2020.

no acionamento da ferramenta sobre um determinado tema. É neste sentido que Andrew Hayes, ao realizar uma pesquisa com alguns estudantes sobre as hipotéticas posturas que assumiriam diante de uma discussão sobre um tópico polêmico, concluiu que, em grande parte, as pessoas se utilizam de subterfúgios para “censurar sua própria expressão de opinião, como expressar indiferença ou ambivalência, tentar mudar de assunto ou refletir sobre a pergunta sem respondê-la.” (HAYES, 2007, p. 785, tradução nossa)¹⁵⁰. Além de refletir a interação entre pessoas no mundo real, as mídias sociais digitais amplificam em grande medida estas estratégias de evasão de opinião através de suas muitas ferramentas oferecidas, cujo objetivo principal é evitar a perda de usuários, o que, se acontece, impacta o modelo de negócios delas baseado no capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2018).

Conforme apontado, a necessidade de controle do ambiente informacional também contribui bastante para a recorrência ao uso dos agentes de gerenciamento de informações. E isso pode ser explicado pela característica da constante permanência do usuário na conexão ao sistema, que, diferentemente do mundo real, não é necessário interagir com outras pessoas para manter-se conectado. Uma vez que usuário ao cadastrar seu perfil, estaria sob a condição de constante exposição na sua rede, pois:

Uma vez acrescido o ator, ele permanece na rede até que delete seu perfil ou seja deletado da rede. Uma vez criada a rede social, portanto, ela se manterá no tempo, independentemente da existência de interação entre os agentes, porque o sistema mantém essa estrutura. Trata-se, portanto, de uma conexão que não perde força com o tempo, o que, em se tratando de relações sociais, demonstra uma certa artificialidade nas estruturas sociais apresentadas. (RECUERO, 2014, p. 54).

Sendo assim, embora seja representado por seu perfil, o usuário fica exposto diante da constância de conexão com outros pares, estando, com isso, sujeito a receber qualquer tipo de conteúdo (de acordo com o modelo do algoritmo) a qualquer momento que acesse o site de rede social. Afinal, este é o princípio que constitui o elemento comum destas plataformas: o *feed* de notícias, onde são disponibilizados os conteúdos relacionados aos amigos, são adicionados de acordo com a interação reativa e as atividades de uma pessoa, cujos rastros contribuirão para que os algoritmos lhes entreguem as informações classificadas como de maior relevância.

Além da condição de conexão permanente, é preciso levar em conta que, se o projeto da máquina cibernética de Norbert Wiener tinha como ideário simular a mente humana, o constante acesso às tecnologias da informação e comunicação na atualidade pode ser concebido

¹⁵⁰ No original: [...] to censor their own opinion expression, such as expressing indifference or ambivalence, trying to change the subject, or reflecting the question back without answering it.

com a concretização cada vez maior deste objetivo. A exemplo disso, um recente estudo feito pela empresa de pesquisa GlobalWebIndex verificou que os usuários de internet passam em média seis horas on-line por dia e, curiosamente, os dados revelam que um terço deste tempo é dedicado às redes sociais digitais¹⁵¹. Conforme introduzido, Muniz Sodré nomeia a instância desta nova realidade que permeia as relações sociais através da mídia de “mídiatização”. E como resultado desta realidade contemporânea, temos a morada permanente da nossa consciência nas ferramentas, em que as pessoas se conectam não mais para se comunicar, mas pelo êxtase da comunicação (SODRÉ, 2014). Neste sentido, os agentes algorítmicos de gerenciamento de informações atuam de forma bastante aproximada como controladores dos nossos fluxos de pensamentos, ou melhor, dos conteúdos com os quais gostaríamos de lidar – podendo ser configurados de forma temporária ou permanente.

Diante da circunstância do “livre recebimento” de fluxos informacionais nas mídias sociais digitais, os usuários têm no filtro de conteúdo uma forma de reaver parte do controle de suas interações. E a estratégia de marketing do Facebook em dar nome à ferramenta de *snooze* mostra-se bastante acertada uma vez que pode ser associada à “função soneca” dos celulares – aquela opção presente que nos permite desligar momentaneamente a função despertador e oferecer mais alguns momentos de sono. Embora desaconselhada por diversos especialistas, a opção possui grande popularidade entre o público brasileiro¹⁵² como uma forma de postergar o toque e reassumir o controle da hora de se levantar. E assim a expressão “ativar o modo soneca em (alguém)” tornou-se bastante popular nas redes pelas diversas associações a algo já existente, como na postagem apresentada anteriormente: “**Modo soneca neles... 30 dias de paz garantida na sua *timeline*** sem perder a amizade...”. Este exemplo além de carregar nos termos do primeiro fragmento em destaque o significado de silenciar alguém supostamente incômodo como um despertador, também expressa a retomada de controle em sua rede (segundo).

No cenário da cultura cinematográfica, *Quinze Milhões de Méritos* (*Fifteen Million Merits*, título original)¹⁵³ é um episódio oportuno da série de ficção científica britânica *Black Mirror* para ilustrar as questões levantadas até aqui sobre os filtros de conteúdo. O referido capítulo narra a história de Bing, um jovem adulto situado em um futuro tecnológico distópico,

¹⁵¹ Cf. BRASIL é 2º em ranking de países que passam mais tempo em redes sociais. *Época Negócios*, São Paulo, 6 set. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com>. Acesso em: 19 mar. 2020.

¹⁵² Cf. BENDER, Steven. A função “soneca” do celular não faz bem para a sua saúde: entenda. *Revista Galileu*, São Paulo, 10 jun. 2019. Disponível em: revistagalileu.globo.com. Acesso em: 29 jul. 2021.

¹⁵³ Cf. (temporada 1, ep. 2). *Black Mirror* [Seriado]. Direção: Euros Lyn. Reino Unido: Netflix, 2011. 1 vídeo (62 min). Disponível em: <http://netflix.com>. Acesso em: 1 jun. 2020.

em que a sociedade precisa pedalar em bicicletas de exercícios para produzir eletricidade, tendo como recompensa moedas virtuais chamadas de “méritos” para pagamento do próprio sustento. No meio da trama, é mostrada uma cena em que o protagonista está em seu alojamento, em formato de uma caixa, coberto por televisores (*video walls*) de todos os lados. Além destes painéis interagirem com a personagem, despertando-a pela manhã, por exemplo, as imagens de paisagens que funcionam como fundo de tela, para constituição do ambiente do quarto, são constantemente interrompidas por propagandas que podem ser ignoradas ou puladas sob penalidades financeiras. Embora externas, estes fluxos informacionais indesejados são retratados como um dos motivos de tormenta para as personagens deste mundo futurista.

Por fim, é preciso lembrar também dos hábitos de usos atribuídos às mídias sociais digitais pelos próprios usuários. Normalmente a discussão no nível mais profundo do debate não faz parte das motivações primárias de boa parte do público, o que ajuda a explicar melhor as precauções tomadas contra conflitos sociais (ALHABASH; MA, 2017). Neste sentido, temos como exemplo dois *posts* coletados: a do perfil de uma usuária do Rio de Janeiro, com postagem (na forma de texto com plano de fundo colorido) do dia 30 de setembro de 2018: “Tô aqui, bem de boas, colocando em modo soneca por 30 dias #semtreta #sópazeamor #melhoropçãoEver”. Interessante notar o uso das expressões “Tô aqui, bem de boas” e a hashtag “semtreta”; e outra, da Bahia, com postagem (na forma de texto com plano de fundo colorido) do dia 8 de outubro de 2018: “Nunca coloquei tanta gente em "soneca por 30 dias". Não discuto política... povo chato 🙄... Prefiro minha Paz 🙏”, na qual podemos destacar “Não discuto política...”.

Um estudo da Pew Research revela que grande parte dos usuários se sentem estressados ou frustrados diante de opiniões dissonantes com as da sua posição política, por exemplo (QUINN; ANDERSON, 2019). Sites como o Facebook, Instagram e Twitter possuem grande apelo de utilização mais voltado para o entretenimento e interação com pessoas de laços fracos, principalmente, entre os usuários jovens e que investem mais tempo em navegação. E conforme discutido, mesmo que cooperação e conflito façam parte dos rearranjos sociais, a colaboração sempre será o elemento primordial para as estruturas comunitárias. Portanto, a presença de recursos como o *snooze* não está relacionada a uma implementação arbitrária dessas mídias digitais, mas também tem a ver com os usos dos próprios usuários.

5.3 Efeito de harmonização nas interações sociais digitais

Uma das principais propostas desta pesquisa é discutir o efeito de harmonização nas interações sociais digitais mediadas por agentes inteligentes de gerenciamento de informações.

E o tratamento dos temas acerca de formas de pacificação de relações no meio social é recorrente na escola de pensamento contratualista, cujos autores iluministas acreditam que, através da associação entre os homens, seria possível estabelecer um estado de garantias, de modo a permitir a vivência da paz, o cuidado mútuo e a defesa da liberdade. Seria este o caminho para evitar a *Bellum omnia omnes*, isto é, “a guerra de todos contra todos” (HOBBS, 2014, p. 108), uma vez que estaríamos suscetíveis aos vícios das paixões humanas ou que precisaríamos de alguma forma sancionar a congênita benevolência humana (LOCKE, 2014). O contrato social, neste sentido, seria feito por cláusulas, que se resumem na entrega total dos direitos naturais do homem (exercício do livre arbítrio) a toda sociedade civil, pois cada um se dando por inteiro garantiria uma condição igualitária (ROUSSEAU, 2018).

A ideia de contrato social é também bastante recorrente e implícita na obra de diversos autores que buscam entender um padrão de como se estabelecem as relações sociais em uma determinada sociedade, seja a partir da ótica de: um regime de verdade (FOUCAULT, 1979); dos modos de produção e circulação da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002); ou mesmo das novas dinâmicas de sociabilidade estabelecidas por vínculos de afetividade e legitimação em minicontratos sociais provisórios (MAFFESOLI, 1998). Se antes a famosa figura do grande Leviatã hobbesiano era pensada como uma analogia ao Estado, hoje a mídia social pode ser refletida dentro da nova interseção entre público e privado, como a responsável por produzir um “homem artificial [...] instituído para sua proteção e defesa [...]” (HOBBS, 2014, p. 21). A jornalista estadunidense Anna Wiener, por exemplo, acredita que empresas como o Facebook já não são apenas plataformas, mas tratam-se de verdadeiras “instituições sociais”¹⁵⁴, uma vez que passam a acumular na contemporaneidade as funções de empresa de software, empresa de mídia e uma instituição global ao mesmo tempo.

As mídias sociais digitais oferecem, mesmo que aparentemente, uma condição de segurança que em alguma medida corresponderia ao *salus populi* (a segurança do povo), direito garantido pelo Estado a partir do acordo de troca que tem com a liberdade dos súditos (HOBBS, 2014). Afinal, na realidade do ambiente das redes, aceitamos em contrato (de forma literal)¹⁵⁵ que nossos movimentos sejam rastreados e que nossos acessos, gostos e interesses sejam compartilhados. Como troca é garantido um “espaço seguro”, isto é, uma plataforma, até

¹⁵⁴ Cf. In: CHEN, A. *et al.* How to fix Facebook. **The New Yorker**, New York, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.newyorker.com>. Acesso em: 20 Mar. 2021.

¹⁵⁵ Cf. TERMS and Conditions May Apply. Direção: Cullen Hoback. Estados Unidos: Variance Films, 2013. 1 vídeo (80 min). Disponível em: <http://netflix.com>. Acesso em: 1 jun. 2018.

então, estável e protegida para registrar e exibir nossas vidas como se propõe ser o Facebook. Este acordo será apoiado pela conjuntura cultural do atual regime informacional que aponta a liberdade da informação como um bem maior a ser alcançado, partindo do pressuposto de buscar a adesão de conexão de todas as coisas a um sistema, por meio das mídias para maximizar a produção e consumo dos fluxos de dados (HARARI, 2016).

A lógica de mercado dos sites de redes sociais parece permear a ideia de pacificação, mas uma “pacificação” da qual dependem as estratégias comerciais utilizadas pelas empresas de tecnologia nas redes. O apaziguamento se apresenta como imperativo social na tentativa de se estabelecer um maior grau de conexões nos ambientes virtuais, que, na realidade brasileira, mostrou-se bastante necessário em tempos de polarização política, conforme indicado pelo Gráfico 2 no pico de 28,8% das ocorrências com motivação “política” no momento eleitoral sobre os demais meses de mesmo teor temático. E isso se daria pela oportunidade de que, em alguns contextos circunstanciais, um lugar estável e longe dos conflitos também favorece a multiplicação de interações para benefício dos negócios baseados nos dados dos usuários. O engajamento é o principal objetivo das redes sociais digitais e os filtros de conteúdo passam a ser medidas paliativas contra a evasão ou bloqueios permanentes de perfis.

A realidade contemporânea ainda revela de maneira clara o poder informacional que as redes possuem com o surgimento de ferramentas capazes de sondar o perfil dos usuários e converter estes dados levantados através destes serviços até então gratuitos, que podem ser posteriormente formatados em produtos para venda. Com isso, está se construindo um novo padrão de interação social e estabelecendo-se aos poucos uma nova forma de sociedade. E a personalização da informação parece ter hibridizado a figura do cidadão e a do consumidor, papéis outrora com muitas situações inalienáveis. Ao integrar condições sociais distintas, novas oportunidades de negócios são viabilizadas a partir de uma complexa engenharia social.

A provocativa relação proposta neste estudo com as ideias de autores clássicos, como Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e John Locke, busca problematizar a condição midiática criada para um estado de conteúdos controláveis em prol da elaboração de um bem-estar, com finalidade de manutenção da permanência e interatividade na internet. E isso envolve a construção de um valor cultural, ou seja, uma forma de *habitus*, que só pode ser apreendido por meio das relações sociais de um determinado campo (BOURDIEU, 1989). Sendo assim, a teoria de Pierre Bourdieu torna-se válida para as redes, à medida que estas também representam o espaço simbólico formado por atores sociais que são determinados e determinam as estruturas a que pertencem.

A especificidade deste conceito bourdiano, no caso do *snooze*, é que se trataria de um tipo de “*habitus* tecnológico”, pois está relacionado com a possibilidade de aprendizagem de uma conduta que pode provocar uma certa mobilidade social diante da realidade dos agentes de gerenciamento de informações. Toda a discussão a respeito deste novo *habitus* é também comprovável no fato de que existe uma padronização ou estabelecimento de algumas regras, mesmo que implícitas, que são aceitáveis ou não para nossa participação nas mídias sociais digitais. E toda esta consciência é introduzida, por exemplo, pelo simples fato de aceitarmos os termos de serviço para cadastro no primeiro acesso a um site de rede social (LESSIG, 2006).

O modo de operação algorítmica da filtragem de informação, cujo efeito em muitos casos é o isolamento do usuário – mesmo que primariamente seja motivado pelo medo do próprio isolamento, como apresentamos –, parece impedir ou dificultar a maior circulação de pessoas entre as diferentes camadas e grupos da sociedade (representada nas redes sociais digitais). E isso afetaria não apenas o primeiro nível das relações nas redes, que compreende o âmbito individual, mas também o segundo nível do coletivo, uma vez que estaria sendo formada uma estrutura de relacionamentos sociais com sérias consequências na forma como os atores passam a participar na vida em comunidade. Os algoritmos do Facebook, por exemplo, podem não ser feitos de aço e concreto, mas regulam nosso comportamento com bastante eficácia, afinal, como exemplifica Eli Pariser:

Se você é um usuário do Facebook, provavelmente já se deparou com este problema. Você chegou a página de uma antiga colega da faculdade chamada Sally, levemente curioso em saber o que ela anda fazendo depois de tantos anos. O Facebook interpreta isso como um sinal de que você se interessa pela vida de Sally, e de repente Sally passa a aparecer repetidamente no seu feed de notícias. Você continua levemente curioso, por isso clica em algumas das novas fotos que ela postou com seus filhos, marido e cachorros, confirmando o palpite do Facebook. Da perspectiva do Facebook, você aparentemente tem uma relação com essa pessoa, mesmo que vocês não tenham se comunicado nos últimos anos. Durante meses a partir daí, a vida de Sally parece ser muito mais importante para você do que indicaria o seu relacionamento real com ela. Ela é um “máximo local”: embora existam pessoas em cujas postagens você estaria muito mais interessado, as postagens que vê são as de Sally. (2012, p. 113-114).

Esta situação de estarmos diante de um novo “Leviatã midiático” torna cada vez mais clara a necessidade de se construir (ou formalizar) um contrato social específico para esta era digital. Casos como as da Cambridge Analytica¹⁵⁶ revelam um verdadeiro des-contrato nas redes, situação esta que podemos chamar, com base nas ideias hobbesianas, de fase

¹⁵⁶ Cf. ZUCKERBERG admite necessidade de regulação das redes sociais. **Exame**, São Paulo, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 11 ago. 2020.

intermediária entre o “estado de natureza” e a sociedade civil. O jornalista estadunidense Kevin Keith, por exemplo, afirma que já vivenciamos um “estado de dados”¹⁵⁷, isto é, um momento de pré-estágio social em que os homens ainda possuem uma vida anárquica e sem regras claras ou acordos sobre os usos dos dados que garantam a pacificação no ambiente on-line. Sendo assim, o rápido avanço tecnológico que muitas vezes impede os governos de se organizarem em torno das obrigações morais no mundo digital evoca a urgência das discussões acerca dos usos éticos da internet para solução deste grande problema que é o “des-contrato” social.

5.4 A base do des-contrato da rede

Como introduzido, todo tratado dispõe de uma forma de reciprocidade, isto é, precisa dispor de direitos e deveres entre os celebrantes. Na discussão acerca do conceito clássico de contrato civil, esta forma de acordo se estabelece por meio do qual os cidadãos em “estado de natureza” transferem de forma condicional alguns de seus direitos a um governo, que passa a ser legitimado, à medida que retorna aos pactuantes a condição de desfrutar de suas vidas, liberdade e propriedade (LOCKE, 2014). A própria ideia de civilidade nasce com esta passagem de submissão a uma autoridade comum aos homens, de modo que: “É nesse compromisso assumido pelos que se obrigam a obedecer que a sociedade civil encontra sua legitimidade e sua força: cada particular abre mão de parte de sua liberdade natural em favor do Soberano.” (ROUSSEAU, 2018, p. 12-13). Ocorre na contemporaneidade que as relações sociais passam a adotar novas dinâmicas de mediação e a própria noção de soberania é estabelecida agora a partir da produção do conhecimento por uma constituição comunicacional e informacional.

Diferente do que se imagina no período embrionário da informática e da internet, em que se tinha a estimativa de um mundo altamente representativo e democrático, à medida que as tecnologias da informação e comunicação evoluíram, as acessibilidades que permitem evitar opiniões dissonantes, com base agora em uma era da personalização, também progrediram. Estamos tratando com isso de interações duplamente mediadas por computadores e filtros de conteúdo, que dispõem da característica de ações informativas executadas com a finalidade de gerar uma não-ação, não-troca e não-comunicação como resposta. E isso é realizado com a proposta de uma nova harmonização do meio social, não mais pela aceitação e renúncia rem respeito ao diferente, mas pelo que Shoshana Zuboff defende ser um des-contrato, uma vez que

¹⁵⁷ Cf. KEITH, Kevin. We need to build a new social contract for the digital age. **The Guardian**, London, 4 Apr. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com>. Acesso em: 20 mar. 2021.

não decorre de conviver com a alteridade, mas eliminá-la. Sendo assim, este seria “um mundo mediado pelo computador [que] transcende o mundo conformado pelo contrato, eliminando a governança e o Estado de direito.” (2018, p. 41).

A decisão tomada pelos usuários ao acionar o modo *snooze* do Facebook para intervir no contexto de outra ação social, isto é, a “desvinculação” informacional com seus “amigos”, pode ser tomada como uma ação de informação de mediação, uma vez que o sujeito atua de modo informacional. Na perspectiva do regime informacional, haveria uma formação social conjunta de elementos em rede, dentre os quais estariam os atores sociais, responsáveis por produzir diversos tipos de ações, inclusive, estabelecidas pelos filtros de conteúdo como uma ação de informação atrelada aos fins e à orientação de outra ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003). É possível pensar também neste caso em uma forma de “constituição comunicacional” operando, estabelecido por um contrato social firmado em condições que permitam até mesmo algumas formas de sanções. É o caso da suspensão temporária de um perfil pelo *snooze*, que no fim, passa a constituir parte de medidas paliativas contra a evasão, desvinculação ou bloqueio permanentes entre perfis. Este cancelamento incorre na quebra da vinculação comunicacional e circulação de informações entre todos os atores sociais, que funcionam como pré-requisito de premissas tácitas que lardeiam este regime (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

A confiança e a solidariedade orgânica entre os pactuantes neste novo “acordo” social foram trocadas pelo monitoramento através de ações mediadas por computadores. E esta seria uma condição que pode ser tomada como uma sociedade aos moldes deleuziano, pois conta com dispositivos bastante claros para modificação comportamental a partir da vigilância das redes. Nestes novos termos, muitas empresas passam a ter certo poder, porque podem se aproveitar para modificar as regras originais sutilmente, de modo a potencializar os lucros com os dados coletados em detrimento da aceitação de condições menores de privacidade (PARISER, 2012). Neste sentido, a ideia do *ban-opticon* como um regime de exceção e exclusão viabilizado pelas tecnologias de controle da informação a partir das práticas de isolamento e rejeição de Didier Bigo (2008) parecem corresponder bastante ao momento contemporâneo. O contrato é descolado da vinculação social (acordo entre indivíduos) e repensado levando em conta agora os processos algorítmicos, como novos atores de estabilização social diante da falibilidade humana.

Neste cenário de relações sociais on-line, o *habitus* tecnológico também possui a capacidade clássica de orientar as ações de um indivíduo para um determinado contexto social, podendo unificar, mas também separar pessoas e grupos. Contudo, este é um conceito também pensado com a figura do *Big Other* que, por extensão das ideias de Zuboff, diz respeito não

apenas aos conglomerados empresariais, mas também aos demais usuários (*big others*), que compartilham entre si uma nova forma de poder descentralizado (HARARI, 2016). Caso uma pessoa discorde de um posicionamento político de outra, por exemplo, pode acionar um mecanismo de filtragem de informação para preservar a si e diminuir a possibilidade de circulação daquele considerado dissonante. O que cada vez mais faz surgir uma forma de poder, não mais identificado com a propriedade dos meios de produção, mas agora com de modificação comportamental, à medida que deve buscar ao máximo não ser interrompido do fluxo informacional da rede, sob a penalidade de perder status infosocial.

Enquanto o pacto iluminista promove a pacificação através da abdicação da liberdade natural, permitindo, assim, a manifestação da diversidade na medida da submissão de uma liberdade civil, os filtros de conteúdo parecem gerar efeito semelhante, exigindo que o usuário renuncie ao acesso ao universo informacional por completo (com suas contradições e conflitos) em troca da facilidade e do conforto de um mundo pacífico sob medida. E estas tecnologias baseadas em algoritmos dispõem de soluções que acabam deformando a percepção de uma realidade mais ampla pelas pessoas, ao associá-las em rede sob o princípio das convergências políticas e ideológicas. O imperativo dos padrões de relacionamento e de consumo que sustenta as empresas capitalistas e donas dos sites de redes sociais condiciona os usuários a conviverem em “bolhas de filtros”, possibilidade tecnológica que, a partir dos dados dos próprios usuários, incorre na fatalidade do isolamento. O alcance massivo dessa manipulação algorítmica culmina em diversas implicações sociais, como o próprio comprometimento do potencial democrático das sociedades contemporâneas (PARISER, 2012).

Para os pensadores modernos, a vida livre é a principal característica humana; portanto, deve ser garantida através de uma convenção civil, assim como o direito da propriedade de tudo que se possa possuir (ROUSSEAU, 2018). E isso deixa clara a visão positivista que a própria pacificação das relações sociais carrega consigo, uma vez que: “O *espírito do comércio*, que é incompatível com a guerra, mais cedo ou mais tarde prevalece em cada Estado.” (KANT, 1975, apud CAPURRO, 2014, p. 15, tradução nossa)¹⁵⁸. O mercado seria então uma das maiores celebrações da liberdade, segundo os clássicos, mas esta visão é condicionante ao tempo de origem de seus pensadores e deve ser avaliada de forma crítica, pois não se poderia vislumbrar a mudança estrutural que afetaria o meio social juntamente com os apêndices tecnológicos e culturais da contemporaneidade.

¹⁵⁸ No original: The *spirit of commerce*, which is incompatible with war, sooner or later gains the upper hand in every state.

A busca incessante pelos lucros de um neoliberalismo aprofundado pelo fenômeno da globalização parece manifestar uma das problemáticas fundamentais com relação ao compromisso que se deveria ter com a sociedade civil e a esfera pública. Embora a internet tenha surgido sob a perspectiva de evocar uma democracia global por meio da redução das distâncias, integração de pessoas e disseminação de assuntos de natureza coletiva, seu desenvolvimento não é somente permeado pelos interesses cívicos, mas também econômicos, com objetivos de manutenção do capitalismo de informação vigente ou, como proposto mais especificamente, de vigilância. Torna-se cada vez mais claro que a democracia não pode ser alcançada através das tecnologias, por mais que tragam consigo um ideário neste sentido. Os interesses corporativos precisariam estar mais alinhados com os temas da liberdade e igualdade, assim como os cidadãos precisariam enxergar as coisas também pelo ponto de vista dos demais, a partir do senso democrático do diálogo, e não exclusivamente de suas bolhas informacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços de pesquisa deste trabalho demonstram a pacificação das relações como um dos efeitos que pode ser constatado a partir dos usos de algumas ferramentas de filtragem de informação presentes no site de rede social do Facebook. E isso ocorre no contexto em que grandes empresas de tecnologia ou *big techs*¹⁵⁹ – como Alphabet, Facebook, e Twitter – têm apostado em diversas estratégias, através de recursos algorítmicos, como possíveis formas para manutenção das interações entre os usuários e, assim, evitar a não interrupção dos fluxos informacionais das redes sociais digitais. Consequentemente, a dinâmica de harmonização das relações têm sido o *modus operandi*, dentre outras existentes, para a continuidade da coleta de mais dados sobre as pessoas, pilar fundamental dos negócios dessas plataformas. Com isso, toda esta atmosfera em rede construída apresenta-se como terreno fértil para o uso crescente de agentes algorítmicos de gerenciamento de informações, que, baseados em diferentes lógicas, processam nossos rastros digitais e os convertem em informações a serviço das mais variadas práticas de marketing digital.

A “pluralização de vozes” é um anseio histórico, ainda mais quando muitos estudiosos e vozes mais gerais da sociedade demandaram um espaço de fala que não existia com o modelo dos meios de comunicação de massa. A internet então seria a concretização deste projeto, mas com o tempo foi-se percebendo a formação de um cenário distinto e de gradativa polarização, fenômeno que se torna mais evidente com a Web 2.0 e com acentuação a partir da primeira década do século XXI. Houve um certo descompasso entre a velocidade das tecnologias digitais em reunir o pensamento coletivo da população mundial em um único ambiente e a necessária competência informacional para lidarmos com esta nova realidade. Afinal, passamos a estabelecer contato com pessoas e coisas de outro lado do mundo, sem ter qualquer relação contextual ou pertencimento ao local de origem. Além de tudo isso, o ambiente das redes foi capturado por atores (individuais e institucionais) a serviço de estratégias altamente nocivas ao meio social; e por indivíduos também, através de discursos de ódio, stalkeamentos, cancelamentos, ciber guerras e polarizações político-ideológicas.

O problema da esfera pública atual não está apenas no fato de que, na web, o debate público é de menor qualidade do que na esfera pública de Habermas. Estamos falando de uma

¹⁵⁹ São chamadas assim as gigantes empresas de tecnologia com poder de atingir um público global em seus mais diversificados ramos. Cf. FÊ, Ana. Big techs detêm um terço do mercado. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com>. Acesso em 30 jul. 2021.

realidade constituída por muitas situações de “não-debate”, uma vez que as interações sociais nas redes são em boa parte suscitadas por inspirações da ordem emocional e do subjetivo. Não haveria nestes casos a prevalência do debate ou o diálogo de argumentações racionais sobre os assuntos do interesse coletivo, mas das “trocas sensoriais” e quanto mais estas expressarem sentimentos extremos em seus conteúdos maiores serão suas repercussões nas mídias sociais digitais. Afinal neste novo tribalismo vivenciado, os usuários tendem a interagir recorrentemente com assuntos de envolvimento emocional o que vai indicando aos algoritmos um alto nível de relevância, distribuindo-os mais amplamente na plataforma que estiver. O uso de robôs, ainda que não seja objeto da pesquisa, é um dos sintomas dos problemas dessa esfera pública das redes, que precisa ser considerado.

À medida que a internet se transforma em um lugar para interagir mais plenamente com a consciência – se considerando a superação cada vez maior da noção de mediação –, as redes sociais digitais se tornam um espaço direto para expressão do pensamento frequentemente não refletido e por momentos sem o devido polimento, como se daria no contexto de uma sociabilidade face a face. E isso justifica, por exemplo, os muitos casos de interações com conteúdos pouco racionais e bastante emotivos, como discurso de ódio, intolerância etc., situações estas que vêm causando grandes problemas, inclusive, democráticos. Sendo assim, embora a capacidade de interação seja compreendida como uma demanda natural humana de comunicação entre atores sociais estabelecida através do contato recíproco, nas redes, ganhou muitas vezes uma dimensão preocupante, no sentido de que, com a polarização política ou mesmo fenômenos, como *fake news*, *spoilers*, *stalkers* e *haters*, a reciprocidade tem sido nociva à saúde, à economia, à democracia etc.

A pesquisa sobre filtragem de informação e sua utilização em conflitos de relacionamento social e em ambientes altamente tóxicos na internet nos ajudou a entender o que estamos chamando de dimensão negativa do capital social, pois o acionamento de ferramentas como o *snooze* contra um usuário o impede temporariamente de acumular capital relacional através dos seus fluxos de informação. O próprio paradigma da filtragem econômica, de Peter Denning, mostra-se corroborar com a ideia de capital uma vez que os filtros de conteúdo acabam atribuindo um determinado valor às pessoas. Em princípio, o ato interativo tem um caráter positivo, se considerarmos que se trata de uma ação de informação de uma pessoa a outra, que gera mais informação como resposta. Mas no ambiente das redes,

observamos uma nova “forma interativa” (do tipo negativa) que não seria possível na vida real, embora já sejam retratadas nas obras de ficção algumas possibilidades¹⁶⁰.

Se em algum momento as corporações responsáveis pelos sites de redes sociais acreditaram que a polarização seria um recurso adicional para maior envolvimento das interações nas redes, logo foram dissuadidas. Conforme apresentado, as eleições nos Estados Unidos (2016) e no Brasil (2018) expuseram uma forma de cansaço que resulta em diferentes tipos de evasão dos usuários. Por mais que o tribalismo contemporâneo, proposto por alguns autores, tivesse como característica os minicontratos sociais provisórios; e que a realidade das novas mídias seja bastante lardeada por assuntos da ordem do sensível; nossa pesquisa acompanhada de diversos outros indicadores aponta alguns contrapontos. Boa parte das pessoas não está disposta a permanecer em uma constante guerra virtual expressa por violência verbal com discussões cheias de ódio (ainda mais com a esfera pública artificial criada a partir dos *bots*). Mesmo em nome de sua tribo ou ideologia, os usuários recorrem a alternativas para cessar os conflitos com o tempo. Algo que pode ser relacionado com a máxima aristotélica baseada na ideia de que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade.

A pacificação das relações sociais mostra-se figurar não apenas a existência de um acordo maior e simbólico entre os súditos e o Soberano de um governo, mas permeia grande parte das microrrelações existentes no cotidiano da sociedade civil. O medo do isolamento é responsável por desencadear os mais profundos sentimentos de sobrevivência humana, sinalizando, de forma neuropsicológica, a sensação de estar em perigo. E o modo mais imediato de superação desta ansiedade é colocar-se em comum com o outro por vinculação e compartilhamento. Estamos falando assim de comunicação, propriamente dita, e sob os moldes do que o termo sugere na língua originária do latim: *communicatio* (*communis* + *actio*) ou ação do comum, para descrever o ato de comer juntamente com outros¹⁶¹. Estas reflexões são bastante

¹⁶⁰ No episódio *Natal* (*White Christmas*, título original) é narrada a história do casal Joe e Beth que se separam após um grande desentendimento no relacionamento envolvendo traição e gravidez. Para evitar a hostilidade do ex-companheiro, Beth o “bloqueia” através de seu *Z-Eye*, uma tecnologia baseada em uma espécie de implante neural de comunicação e mídia que adiciona ao campo de visão humana uma interface com funções semelhantes a de um *smartphone*. Além das opções de mensagens, chamadas de áudio e vídeo, câmera etc., o *Z-Eye* também permite “bloquear” fisicamente outra pessoa na vida real, censurando sua imagem e voz, restando no lugar uma silhueta estática e som distorcido da fala. Cf. (temporada 2, ep. 4). *Black Mirror* [Seriado]. Direção: Carl Tibbetts. Reino Unido: Netflix, 2014. 1 vídeo (73 min). Disponível em: <http://netflix.com>. Acesso em: 1 jun. 2020.

¹⁶¹ No período do cristianismo antigo, era comum nos mosteiros a prática de isolamento como uma condição para conhecer mais profundamente a Deus. Mais tarde, alguns destes grupos religiosos optaram por uma vida em comunidade, logo o cotidiano dos monges passou a se dar de forma coletiva como a prática de “tomar a refeição da noite em comum” que recebeu o nome de *communicatio*, rompendo assim com o tradicional isolamento eclesiástico (MARTINO, 2015).

ricas, se considerarmos que, embora estejamos lidando com dinâmicas de trocas informacionais realizadas por meio de tecnologias, inevitavelmente estão contidos no horizonte das questões também os processos comunicacionais.

Assim como ocorre na vida real, há uma disposição no meio digital de as pessoas não serem obrigadas a se manifestar e correrem o risco de sofrer sanções por ideias possivelmente conflitantes. Os usuários valorizam a convivência de suas relações nas redes sociais digitais dentro de uma certa pacificidade e seguridade, traduzidas muitas vezes na condição de controlar as possíveis reações das pessoas sobre si, em algum nível, e também de evitar ser assacado por conteúdos conflitantes com suas ideias, ocasionando mal-estar e prejuízos ao capital social. Se no passado as primeiras tecnologias de filtragem de informação tinham como função permitir o endereçamento do universo até, então, limitado de conteúdos da internet, pode-se dizer que hoje também funcionam como complexos mecanismos de gerenciamento da permanência constante do usuário na interação com seus contatos on-line. E isso é somado ao fato de também oferecerem diversas novas estratégias de silenciamento a si próprio e ao outro, como ocorre com o acionamento do *snooze* do Facebook. Estamos tratando com isso da ampla possibilidade de tecnologias de personalização presentes no ambiente da internet e com capacidade de simular um universo informacional inteiro sob medida para cada pessoa.

Como abordado, a filtragem de informação funciona de forma mais aprimorada quando os processos algorítmicos recebem interferência humana por meio de recomendações, isto é, adaptando-se às nossas necessidades e desejos. Desta forma, os sites de redes sociais apropriam-se desta condição para oferecer a construção de um clima sempre acolhedor em suas plataformas e, assim, potencializar a geração de receitas advindas da conexão permanente dos usuários (também chamada de engajamento). É estabelecida uma atmosfera interior capaz de gerar condições psicológicas ideais de pacificação e segurança, em conformidade com todo um planejamento técnico e acurado de estímulo para o potencial de *inputs* de dados. Temos neste cenário algo que seria bastante semelhante ao conceito de “shopping center”¹⁶². A diferença está no que seria a moeda de troca na realidade dos sites de redes sociais, afinal a constância na interação com os conteúdos neste caso propicia melhor sondagem de informações pelas

¹⁶² A descrição conceitual dos objetivos da natureza jurídica de um centro comercial no Brasil aborda categoricamente o efeito “shopping”, pretendido em ambientes com disposição de variados bens de consumo, prestação de serviços e lazer. Estes são sempre oferecidos a partir de cuidadosos estudos sobre potencial de compras segundo o segmento que atende, com vistas a dar o máximo de conforto e estímulo ao consumidor. Com isso, são facilitadas a escolha e a aquisição de quaisquer mercadorias e serviços. Cf. REQUIÃO, Rubens. Considerações jurídicas sobre os centros comerciais (“shopping centers”) no Brasil. **Revistas dos Tribunais**, ano 72, v. 571, p. 9-35, maio 1983.

gigantes da internet, que as monetizarão principalmente através da venda do conhecimento detalhado sobre os usuários aos anunciantes.

Os sites de redes sociais parecem fazer uso de um processo, o qual propomos chamar figurativamente de “fagocitose”, que consiste em capturar possíveis consumidores através de marketing agressivo, condicionando-os em bolhas informacionais por meio da filtragem de informação. E toda esta vivência e exposição com a construção de uma existência particular no ambiente virtual vai alterando a própria consciência social da vida real. Inevitavelmente, há uma mútua interferência entre estas duas realidades e é neste sentido que levantamos a questão de que tais “soluções” apresentam grande potencial de enfraquecer a consciência democrática. Charles Ess (2008) ao tratar de ética global, por exemplo, afirma que nossas identidades fora do mundo digital, isto é, no off-line, assim como valores éticos, comunidades, histórias e culturas, moldam densamente nosso conhecimento, comportamentos, expectativas e experiências on-line.

A humanidade necessita dar sentidos às coisas, estabelecendo assim totalidades parciais de acordo com critérios particulares muitas vezes obtidos com a filtragem de informação. Mesmo com tudo isso, é necessário que os cidadãos enxerguem as coisas também pelo ponto de vista dos outros e não apenas dentro de compreensões filtradas de nosso interesse pessoal, conforme uma ideologia. Necessitamos de informações gerais para entendermos como funciona o mundo, pois a democracia só é possível através do diálogo, em que as partes compreendam sua relação com o todo. Esta distorção da realidade, que pode resultar na submissão dos usuários a bolhas informacionais nas quais são privilegiadas certas visões de mundo, também pode beneficiar determinados grupos com interesses diversos, principalmente aqueles fundados na lógica capitalista da mais valia e que, por sua vez, levam a domínios políticos a partir das mais diferentes estratégias e à manutenção do poder.

A principal questão que emerge é: como garantir que esta parcialidade provocada pelos filtros de conteúdo não simule ou espelhe a ideia do que seria o universo informacional por completo no meio social, de modo a não prejudicar a construção da consciência democrática dos indivíduos? Diante do compromisso de considerarmos a dimensão prático-crítica desta pesquisa, faremos alguns apontamentos que estamos chamando de recomendações, para reflexão de possíveis caminhos baseados no estudo e material levantado para este trabalho. Os problemas suscitados pelas transformações sociopolíticas deste novo regime de informação requerem todo um esforço em conjunto para solução de muitas situações complexas na realidade contemporânea. Afinal espera-se que este trabalho cumpra a sua função acadêmica e

também social de trazer o devido esclarecimento aos temas que envolvem o objeto de estudo, assim como sirva de alguma forma para provocar novas pesquisas e mobilizações cidadãs.

O ponto que apresentamos ser de crucial necessidade é pensarmos em maneiras de estabelecer um “novo contrato” – ou mesmo revisar o atual – para depurar esta situação de des-contrato social de um mundo em rede. Como apresentado, é preciso regular de alguma forma as grandes companhias de tecnologia, que passam a operar, a partir de diversas fronteiras socioculturais, políticas e econômicas sobre questões, muitas vezes sem regras ou ainda pouco claras. E esta situação é bastante aproveitada pela fragilidade humana de acompanhar, refletir e discernir com precisão sobre os diversos temas evocados com o surgimento de novas tecnologias, afinal educação e cultura são lentas diante da velocidade dos avanços técnicos. É neste ponto que precisamos pensar em como explorar a formação de novos modelos da capacidade cognitiva humana, que têm na cultura participativa a possibilidade de maior disseminação de conteúdos e reflexão de ideias baseadas em uma inteligência distribuída.

É possível que o conceito contratualista de “estado de guerra” esteja oculto nas relações contemporâneas, cujo diagnóstico revela uma desigualdade no comprometimento com os direitos iguais sobre os dados, mesmo debaixo de um contrato social. Com isso, faz-se necessário chegarmos a um acordo, sobre a importância de as partes envolvidas entenderem conscientemente o valor de suas informações e claramente como se estabelece a forma de negócio sobre elas. Podemos ter como ponto de partida a retomada de alguns princípios do campo da ética, como já é consolidado no campo da Ciência da Informação sob o termo “*Information Ethics*”¹⁶³ para a observação sobre as consequências práticas dos novos modos de conhecimento propostos na contemporaneidade e a responsabilização que deve ser requerida diante do intensificado uso das tecnologias da comunicação e informação nas dimensões sociais. Significa, então, que é necessário discutir, a partir do aporte de uma filosofia da informação, sobre a responsabilidade pública das empresas e sobre o “resgate” de uma cidadania colaborativa, já que esta tem sido baseada em uma lógica que transforma civis em passivos consumidores. Estes são dois princípios que pretendemos apontar como caminhos.

¹⁶³ A ampliação do que já vinha sendo debatido a respeito das questões éticas de armazenamento e acesso a informações na Biblioteconomia (VERGUEIRO, 1987) é proposta mais tarde com a revolução da informática por uma *Computer Ethics* (Ética do Computador), introduzida à discussão por Norbert Wiener e mais extensamente desenvolvido nas décadas de 1970 e 1980 (FLORIDI, 2010). Anos mais tarde, acompanhando o desenvolvimento técnico e social, os estudos da ética da informação passaram a adotar o nome *Cyberethics* (Ciberética), como forma de lidar particularmente com questões relacionadas à internet ou ciberespaço (SULLIVAN, 1996).

No primeiro ponto de vista apresentado, será pensada a condição da responsabilidade na teoria moral dos homens na sociedade. E para o pensamento ético, o progresso social está relacionado diretamente com a elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, sendo a liberdade como um fator atrelado ao crescimento da própria responsabilidade. O ato moral se dispõe então para que os cidadãos ajam livremente, mas com consciência de suas consequências sobre si e os outros. E o caráter social da moral é estabelecido na relação entre o indivíduo e a comunidade, por isso, a responsabilidade só pode ser pensada no meio público, entre o individual e o coletivo. Considerados estes pontos, pode-se dizer que quanto mais autoridade um cidadão possui na relação com os demais, maior será a pressão moral sobre ele e isso ocorre porque “o indivíduo age então de acordo com as normas aceitas por um grupo social ou por toda a comunidade, sancionadas pela opinião e sustentadas pela fiscalização atenta dos demais.” (VÁSQUEZ, 1999, p. 72). A responsabilidade pública assim se torna um conceito ético indispensável à vigilância para manutenção da coesão social.

Como vimos discutindo, as tecnologias digitais parecem estar encaminhando ironicamente a vida social cada vez mais para um determinismo informacional (ideológico, até) e isso ocorre por conta da forma que são operadas e segundo lógicas algorítmicas de processamento de grandes volumes de dados (inclusive os dos usuários). Sob a desculpa da “neutralidade” tecnológica, empresas e governos esperam não ser responsabilizados pelas consequências nefastas de suas práticas. Somada a isso, a lógica do neoliberalismo acompanhada pelo fenômeno da globalização, como “uma plataforma econômico-político-social-cultural, empenhada em governo mínimo, fundamentalismo de mercado, individualismo econômico, autoritarismo moral e outros” (SODRÉ, 2010, p. 14), parece agravar ainda mais a noção de responsabilidade. E isso ocorre uma vez que a doutrina de financeirização da economia por trás desta realidade muitas vezes exclui o dever social, enfraquecendo assim a presença de princípios éticos na sociedade civil.

De maneira prática, a responsabilidade pública que as corporações responsáveis pelos sites de redes sociais precisariam assumir é a transparência de seus sistemas disponíveis aos públicos. Em muitas ocasiões, os processos algorítmicos ocultam os negócios dessas empresas, que, por sua vez, protegem-se sobre o fato de não poderem abrir seus sistemas e revelarem seus segredos de mercado. O que deveria ser entendido é que todo serviço público se torna um bem coletivo por ter o poder de favorecer ou mesmo prejudicar o meio social. Somente através dos esclarecimentos vindos das produções científicas – como se propõe este trabalho –, da cobrança maior aos representantes públicos e da criação de novos movimentos sociais para encampar os

diversos temas que envolvem este novo mundo em rede, será possível elevar a discussão da responsabilidade pública a níveis de senso coletivo muito produtivos para a democracia.

No segundo ponto de vista, será pensada a condição da cidadania como uma demanda cívica e social. E de acordo com o pensamento aristotélico, o objeto principal da disciplina política é o sumo bem, que, em outras palavras, pode ser traduzido como felicidade. A proposta ética neste sentido é algo que deve ser atingível e prático, sendo alcançada através da política, que, seria o centro da vida humana. A cidadania para Aristóteles (2015), portanto, seria a participação dos membros na gestão da *polis*, que na perspectiva temporal do filósofo se dava na experiência democrática ateniense. Um dos aspectos do ato moral é sua obrigatoriedade como responsabilidade individual dos cidadãos, isto é, o homem, sendo um ser social, tem o compromisso de estar no mundo sempre pensando no seu semelhante. O cuidado da própria conservação é consequência da necessidade primeira da liberdade natural; já o cuidado com o outro está associado à liberdade civil dos homens (ROUSSEAU, 2018). Um dos grandes desafios para se pensar a cidadania na contemporaneidade é que alguns conceitos caros da sociedade foram esvaziados pela demanda técnica mercadológica.

É preciso então “resgatar” a ideia de cidadania da influência deontológica fundada na lógica de mercado, em que a ação se torna mais importante que as suas consequências. Por mais interessantes e eficientes que as tecnologias sejam, nada deveria sobrepujar o controle cidadão das informações coletadas, inclusive as dele próprio. E neste sentido, ainda há uma certa desatenção no meio social ao que seria nocivo à democracia, seja por um deslumbre com as novidades tecnológicas ou mesmo pela qualidade da informação pública. Em meio aos debates de assuntos tão recentes e de extrema relevância para o meio social, é possível pensar que uma das maneiras de contribuir para o que estamos chamando de cidadania colaborativa seja a educação. Esta iniciativa parece bastante apropriada para os tempos em que as próprias mídias de um modo geral possuem uma alta pedagogia sobre os indivíduos.

É preciso levar em conta que no campo da Ciência da Informação existe uma subárea chamada de *Information Literacy* (Competência em Informação)¹⁶⁴, preocupada com iniciativas pedagógicas a partir dos usos de dispositivos informacionais. Embora inicialmente voltada para um caráter restritamente instrumentalista, com a disseminação dos computadores e a ampliação

¹⁶⁴ Relacionada aos estudos biblioteconômicos e pedagógicos, a *literacy information* surge como um conceito em 1974 para se referir às preocupações do campo a respeito do saber como proceder dos usuários no suprimento de suas necessidades de conhecimento diante dos acervos informacionais no meio social. Por iniciativa do bibliotecário estadunidense Paul Zurkowski, a ideia passou a fazer da National Commission on Libraries and Information Science (Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência da Informação) (ZURKOWSKI, 1974).

de acesso a internet o debate amadureceu para um novo patamar, figurado sobretudo em uma vertente de pesquisa chamada *Critical Information Literacy* (Competência Crítica em Informação) e fundamentada por uma pedagogia crítica¹⁶⁵. Propõe-se com isso discussões para além da aquisição de habilidades técnicas, com reflexões éticas e políticas de liberdade e autonomia para um discernimento da agência de cada pessoa. Sendo assim, toda esta abordagem reflete, por exemplo, sobre como o usuário pode proceder criticamente e conscientemente diante das lógicas algorítmicas presentes no modo *snooze*. Embora o objeto deste trabalho tenha suscitado a exploração maior de outras áreas temáticas da Ciência da Informação, certamente a Competência Crítica em Informação será assunto de discussão em posteriores trabalhos.

Na realidade contemporânea brasileira, a discussão de importantes autores e ativistas sobre a questão da informação como recurso de poder social e os dados como bens de garantia individual tem gerado alguns resultados. No ano de 2019 tramitou no Plenário do Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 17/2019 que incluía a proteção de dados pessoais como uma das garantias individuais na Constituição Federal.¹⁶⁶ Aprovada no final do mesmo ano de sua apresentação, passou a valer a partir do dia 1º de agosto de 2021 em todo território nacional. As penalidades da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) vão desde advertências até multas para órgãos públicos e empresas (sejam estas físicas ou virtuais) que descumprirem as normas estabelecidas acerca da privacidade dos usuários.¹⁶⁷ Esta notícia tem sido um grande marco na atualização dos direitos humanos fundamentais, além de encorajar diversas outras ações que incentivem a responsabilidade das empresas com os dados privados dos cidadãos, debate já bastante avançado nos Estados Unidos e na União Europeia.

No que diz respeito a iniciativas voltadas para cidadania colaborativa, o cenário nacional também dispõe de inúmeros movimentos muito importantes, com foco no compartilhamento de informações para o bem comum. E um dos que tem obtido resultado é o projeto “*É fake? Tô fora*”, coordenado por uma professora da rede estadual de ensino Stella Sâmia, em parceria com o jornalista e professor universitário Esdras Marchezan. A iniciativa consiste na realização de encontros, em formatos de palestras e oficinas, com estudantes de escolas estaduais do Rio

¹⁶⁵ A pedagogia crítica faz parte de uma corrente de pensadores inspirados nos pensamentos do sociólogo alemão Karl Marx e do pensamento da Escola de Frankfurt, sobretudo a partir de Max Horkheimer, que tinha por objetivo repensar uma educação institucional voltada para o desenvolvimento de consciência crítica e hábitos reflexivos (BEZERRA, 2018). Fazem parte desta vertente: Henry Giroux, Ira Shor e outros.

¹⁶⁶ Cf. PROTEÇÃO de dados pessoais deverá ser direito fundamental na Constituição. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 2 jul. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 21 jul. 2019.

¹⁶⁷ Cf. MULTAS da LGPD começam a ser aplicadas em 1º de agosto. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 2 jul. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 29 jul. 2021.

Grande do Norte para debater sobre temas relacionados ao combate às *fake news* e o papel cidadão na comunicação. Segundo Stella: “A ideia nasceu junto com meu projeto de dissertação, no qual estou trabalhando a questão do letramento midiático na escola. Daí nasceu a vontade de tornar este trabalho uma ação maior” (PROFESSORES..., 2019)¹⁶⁸. Projetos como estes tem ajudado na formação de leitores cada vez críticos e conscientes na utilização das tecnologias digitais e da consciência de como lidar com a informação.

Com base nas discussões apresentadas, fica clara a importância de se refletir sobre a busca por um pacto social, que nos permita acompanhar e fiscalizar de forma crítica as transformações sociotécnicas vivenciadas, por mais aceleradas e complexas que sejam. O atual cenário que tem as megaempresas de tecnologia baseando seus negócios no capitalismo de vigilância precisa passar constantemente por escrutínio público, de modo a tornar possível a construção de uma sociedade cada vez mais comprometida com a manutenção democrática de liberdade e igualdade. Conclui-se, então, que os estudos a partir de uma ética da informação devem ter como compromisso fundamental a provocação de iniciativas que visem à responsabilidade pública e à cidadania colaborativa na sociedade da informação, de modo que “nenhum cidadão seja tão opulento a ponto de poder comprar outro [extrapolar a proteção de dados do outro], e nenhum tão pobre [vulnerável] a ponto de se achar forçado a se vender [entregar seus dados] [...]” (ROUSSEAU, 2018, p. 66-67).

Em notas de considerações finais, estima-se que a verificação das questões levantadas por esta pesquisa contribua, mesmo que a partir de um novo ponto de vista, para abordagem das discussões que tecnologias baseadas em algoritmos suscitem no tratamento informacional do início do século XXI, de modo a ampliar o debate realizado pelo campo da Ciência da Informação. É esperado que este trabalho consiga também provocar novas ideias e alternativas para manutenção da democracia – profundamente ameaçada nos últimos anos –, seja através de proposições para a formulação de estratégias que resultem em cobrança ética sobre governos e empresas, no que diz respeito a se voltarem para um olhar mais humanista e responsável de suas atividades na sociedade contemporânea; ou para a discussão da necessidade de melhor competência informacional da população sobre os assuntos de natureza pública envolvendo o universo das novas tecnologias baseadas em processamentos algorítmicos.

¹⁶⁸ Cf. PROFESSORES lançam projeto de combate a *fake news* em escolas públicas de Mossoró, RN. Rio Grande do Norte, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte>. Acesso em: 15 jul. 2020.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. (org.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 9-39.
- ALHABASH, Saleem; MA, Mengyan. A tale of four platforms: motivations and uses of Facebook, Twitter, Instagram, and Snapchat among college students? **Social Media + Society**, v. 3, n. 1, p. 1-13, Mar. 2017.
- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, Spring 2017.
- AMARAL, Allan. **Redes de computadores**. Colatina: Instituto Federal do Espírito Santo, 2012.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- ASHEIM, Lester. Not censorship but selection. **Wilson Library Bulletin**, v. 28, p. 63-67, Sept. 1953.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. Northvale, New Jersey; London: Jason Aronson, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BELKIN, Nicholas. Cognitive models and information transfer. **Social Science Information Studies**, v. 4, n. 2-3, p. 111-129, 1984.
- BELKIN, Nicholas. CROFT, W. Bruce. Information filtering and information retrieval: two sides of the same coin? **Communications of the ACM**, v. 35, n. 12, p. 29-38, 1992.
- BELL, Daniel. **The coming of post-industrial societ: a venture in social forecasting**. New York: Basic Books, 1999.
- BEZERRA, Arthur; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo. **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BEZERRA, Arthur. Contribuição da teoria crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib)*, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 179-194.

BEZERRA, Arthur. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib)*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. [não paginado].

BIGO, Didier. Globalized (in)security: the field and the ban-opticon. *In: BIGO, D.; TSOUKALA, A. (ed.). **Terror, insecurity and liberty**: iliberal practice of liberal regimes after 9/11*. Oxon; New York: Routledge, 2008. p. 10-48.

BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification**: economies of worth. Princeton: University Press, 2006.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. (org.). **Escritos de educação***. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 65-70.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel Difusão Editorial: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius Editora, 1996.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2006.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In: BRAMAN, S. (ed.). **The emergent global information policy regime***. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-37.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, 2012.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, June 1991.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CAPURRO, Rafael. Citizenship in the digital age. *In*: SAMEK, T.; SCHULTZ, L. (ed.). **Information ethics, globalization and citizenship: essays on ideas to praxis**. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, 2014. p. 11-30.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. [não paginado].

CARAÇA, João. **Do saber ao fazer: porque organizar a ciência**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAZELLA, Sílvio; NUNES, Maria; REATEGUI, Eliseo. A ciência da opinião: estado da arte em sistemas de recomendação. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Computação – Jornada de Atualização em Informática (JAI), 30., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 161-216.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DENNING, Peter. Electronic junk. **Communications of the ACM**, v. 25, n. 3, p. 163-165, Mar. 1982.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

DRUCKER, Peter. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2006.

DRUCKER, Peter. **Post-capitalist society**. London; New York: Routledge, 1994.

EKBIA, Hamid; EVANS, Tom. Regimes of information: land use, management, and policy. **The Information Society**, v. 25, n. 5, p. 328-343, 2009.

EKBIA, Hamid. Information in action: a situated view. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2009.

ESS, Charles. Culture and global networks: hope for a global ethics? *In*: VAN DEN HOVEN, J.; WECKERT, J. (ed.). **Information Technology and Moral Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 195-225.

ESTIVALS, Robert. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 10, n. 2, p. 121-152, 1981.

FINN, Ed. **What algorithms want**: imagination in the age of computing. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2017.

FLORIDI, Luciano. **The Cambridge handbook of information and computer ethics**. New York: Cambridge University Press, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOMENI, Ana. **Dicionário enciclopédico de informática**. São Paulo: Campus, 1986.

FREIRE, Letícia. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46-65, jan./jun. 2006.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. Annual Conference of the Canadian Association for Information Science, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings** [...]. Edmonton, Alberta: CAIS/ACSI, 1995. p. 7-10.

GARCÍA MARTÍNEZ, Antonio. **Chaos monkeys**: inside the Silicon Valley money machine. London: Ebury Press, 2016.

GEHLEN, Arnold. **Man his nature and place in the world**. New York: Columbia University Press, 1988.

GEHLEN, Arnold. **Morale e ipermorale**: un 'etica pluralistica. Verona: Ombre Corte, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: **Media technologies**: essays on communication, materiality, and society. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2014. p. 167-194.

GOFFMAN, William. 'An indirect method of information retrieval'. **Information Storage and Retrieval**, v. 4, p. 361-373, 1969.

GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcizio. "Politics 2.0": a campanha on-line de Barack Obama em 2008. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43, out. 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da ciência da informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 109-110, maio/ago. 1999b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANANI, Uri; SHAPIRA, Bracha; SHOVAL, Peretz. Information filtering: overview of issues, research and systems. **User Modeling and User-Adapted Interaction**, v. 11, n. 3, p. 203-259, 2001.

HARARI, Yuval. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HAYES, Andrew. Exploring the forms of self-censorship: on the spiral of silence and the use of opinion expression avoidance strategies. **Journal of Communication**, v. 57, n. 4, p. 785-802, Dec. 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**; ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2014.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2001. p. 118-162.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Spreadable media**: creating value and meaning in a networked culture. New York; London: New York University Press, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

JUNG, Carl. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2008.

KITTLER, Friedrich. **A verdade do mundo técnico**: ensaios sobre a genealogia da atualidade. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KÜSTER, Inés; HERNÁNDEZ, Asunción. De la web 2.0 a la web 3.0: antecedentes y consecuencias de la actitud e intención de uso de las redes sociales en la web semántica. **Universia Business Review**, Madrid, n. 37, p. 104-119, 2013.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LESSIG, Lawrence. **Code**: and other laws of cyberspace, version 2.0. New York: Basic Books, 2006.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Edipro, 2014.

MACHLUP, Fritz. **The production and distribution of knowledge in the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1962.

MAES, Pattie; KOZIEROK, Robyn. Learning interface agents. National Conference on Artificial Intelligence, 11., 1993, Washington, DC. **Proceedings [...]**. Washington, DC: [s. n.], 1993. p. 459-465.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**: por uma sociologia da vida cotidiana. Natal: Argos, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **Homo eroticus**: comunhões emocionais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Luiz. **Arquitetura de redes de computadores**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MALONE, Thomas; GRANT, Kenneth; TURBAK, Franklin; BROBST, Stephen. Intelligent information sharing systems. **Communications of the ACM**, v. 30, n. 5, p. 390-402, May 1987.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARTINO, Luiz. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. FRANÇA, V. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 11-26.

MARTINS, Moisés. Comunicação e cidadania. *In*: Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), 5., 2007, Braga. **Anais [...]**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2007. p. 19-25.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional: Editora da USP, 1972.

MIKHAILOV, Alexander; CHERNYI, Arkadii; GILYAREVSKY, Rudhzero. Informatics: its scope and methods. *In*: FID/RI- International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. **On theoretical problems of informatics**. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969, p. 7-24. (FID 435).

MORITA, Masahiro; SHINODA, Yoichi. Information filtering based on user behavior analysis and best match retrieval. ACM Annual International Conference on Research and Development in Information Retrieval (SIGIR'94), 17., 1994, Dublin. **Proceedings [...]**. Dublin: Springer-Verlag, 1994. p. 272-281.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**: opinión pública - nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

OARD, Douglas. The state of the art in text filtering. **User Modeling and User-Adapted Interaction**, v. 7, n. 3, p. 141-178, 1997.

PAGE, Lawrence; SERGEY, Brin; RAJEEV, Motwani; WINOGRAD, Terry. The pagerank citation ranking: bringing order to the web. **Technical Report**. Palo Alto: Stanford InfoLab, 1999. Disponível em: <http://ilpubs.stanford.edu>. Acesso em: 3 ago. 2021.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PARSONS, Talcott; SHILL, Edward. A interação social. *In*: CARDOSO, F.; IANNI, O (org.). **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. p. 125-127.

PASQUALE, Frank. **The black box society**: the secret algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

POPPER, Karl. **The logic of scientific discovery**. London; New York: Routledge, 1992.

PORAT, Marc. **Information economy**: definition and measurement. Washington: Department of Commerce, Office of Telecommunication, 1977.

POSTER, Mark. **A segunda era dos media**. Oeiras: Celta Editora, 2000.

POSTER, Mark. **Foucault, marxism and history**: mode of production versus mode of information. New York: Basil Blackwell, 1984.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional. 2003. 292 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.

QUATTROCIOCHI, Walter; SCALA, Antonio; SUNSTEIN, Cass. Echo chambers on Facebook. **Discussion Paper**, n. 877, p. 1-15, Sept. 2016.

QUINN, Dennis; ANDERSON, Monica. 46% of U.S. social media users say they are ‘worn out’ by political posts and discussions. 2019. **Pew Research Center**, Washington, DC, 8 Aug. 2019.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROSENBERG, Richard. Controlling access to the Internet: the role of filtering. **Ethics and Information Technology**, v. 3, n. 1, p. 35-54, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: princípios do direito político. São Paulo: Edipro, 2018.

RUTTAN, Vernon. **Is war necessary for economic growth?** Military procurement and technology development. New York: Oxford University Press, 2006.

SADIN, Éric. **La vie algorithmique**: critique de la raison numérique. Paris: Éditions l'Échappée, 2015.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHUDSON, Michael. **Descobrendo a notícia**: uma história social dos jornais americanos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SIMMEL, Georg. **Conflict and the web of group-affiliations**. New York: Free Press, 1964.

SMITH, Martha. Information ethics. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 32, p. 339-366, 1997.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2010.

STEINER, Christopher. **Automate this**: how algorithms came to rule our world. New York: Portfolio / Penguin, 2012.

STOREY, John. **Cultural theory and popular culture**: an introduction. Harlow: Pearson Education, 2018.

STRAUSS, Anselm; GLASER, Barney. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

STRIPHAS, Ted. Algorithmic culture. **European Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 4-5, p. 395-412, 2015.

SULLIVAN, Patrick. Ethics in the computer age. In: KIZZA, J. (ed.). **Social and Ethical Effects of the Computer Revolution**. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, 1996. p. 288-296.

SUNSTEIN, Cass. **Republic.com 2.0**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

TSOUKALA, Anastassia. Defining the terrorist threat in the post-september 11 era. In: BIGO, D.; TOSUKALA, A. (ed.). **Terror, insecurity and liberty**: iliberal practice of liberal regimes after 9/11. Oxon; New York: Routledge, 2008. p. 49-99.

VAIDHYANATHAN, Silva. **The googlization of everything**: (and why we should worry). Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2011.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru: EDUSC; Belém: EDUPFA, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VELHO, Léa. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 128-153, jan./abr. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987.

WAITE, Geoff. **Nietzsche's corps/e**: aesthetics, politics, prophecy, or, the spectacular technoculture of everyday life. Durham; London: Duke University Press, 1996.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1975.

WERSIG, Gernot. Information theory. In: FEATHER, J.; STURGES, P. (ed.). **International Encyclopedia of Library and Information Science**, London: Routledge, 1997. p. 220-227.

WHITE, David. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, N. (ed.). In: **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

WIENER, Norbert. **Cybernetics**; or control and communication in the animal and the machine. New York: Wiley, 1948.

WU, Tai-Yee; XU, Xiaowen; ATKIN, David. The alternatives to being silent: exploring opinion expression avoidance strategies for discussing politics on Facebook. **Internet Research**, v. 30, n. 6, p. 1709-1729, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

ZUBOFF, Shoshana. New worlds of computer-mediated work. **Harvard Business Review**, v. 60, n. 5, p. 142-152, Sept./Oct. 1982.

ZURKOWSKI, Paul. Integrating america's infostructure. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 35, n. 3, p. 170-178, 1984.

ZURKOWSKI, Paul. The information service environment relationships and priorities.
National Commission on Libraries and Information Science, Washington, DC, n. 5, p. 1-30, Nov. 1974.